



CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE VILA VELHA DE RÓDÃO



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Centro de Estudos
e Desenvolvimento Regional



CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE VILA VELHA DE RÓDÃO



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Centro de Estudos
e Desenvolvimento Regional

Outubro de 2006

A responsabilidade técnica e científica do documento, decorrente da contratação de serviços **ao Instituto Politécnico de Castelo Branco** - Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDER), teve a seguinte constituição:

Coordenação

João Serrano

Equipa Técnica

João Serrano

George Ramos

Paulo Silveira



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Centro de Estudos
e Desenvolvimento Regional

ÍNDICE

ÍNDICE.....	IV
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	VII
ÍNDICE DE QUADROS.....	VIII
1 - Introdução.....	1
2 - Carta Educativa - Conceito, Finalidade.....	3
3 - Enquadramento Legislativo.....	5
4 - Carta Educativa – Princípios Orientadores.....	8
5 - Enquadramento Territorial e Características Físicas do Concelho.....	10
6 – Caracterização Socio-Económica do Concelho.....	15
6.1. Sectores de Actividade.....	15
6.2. Actividades Económicas.....	17
6.3. Estrutura do Emprego.....	21
6.4. Outros dados socio-económicos.....	28
6.5. Índices de Desenvolvimento.....	30
7 - Análise demográfica do Concelho.....	32
8 - Rede Viária e Acessibilidades.....	38
9 - Hierarquização dos Aglomerados.....	43
10 - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo.....	46
10.1. Caracterização da Rede Educativa.....	48
10.1.1. Agrupamento Vertical de Vila Velha de Ródão.....	49
10.1.2. Caracterização dos diferentes níveis de ensino presentes no Concelho de V. Velha.....	50
10.1.2.1. Caracterização do Ensino Pré-escolar.....	51
10.1.2.2. Caracterização do 1º Ciclo do Ensino Básico.....	56
10.1.2.3. Caracterização dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.....	62
10.2. Acção Social Escolar /Apoio à Família.....	66
10.3. Previsão de evolução da população escolar dos vários ciclos de estudos.....	66
11. Critérios de Ordenamento da Rede Educativa.....	72
11.1. Critérios de reordenamento relacionados com os diferentes ciclos de ensino.....	75
11.2. Território Educativo.....	78



<i>11.3. Diagnóstico Prospectivo</i>	79
<i>11.3.1. A Educação Pré-escolar</i>	80
<i>11.3.2. O 1º Ciclo do Ensino Básico</i>	81
<i>11.3.3. O 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico</i>	83
<i>11.3.4. O Ensino Secundário</i>	84
<i>11.4. Vectores estratégicos de actuação</i>	84
<i>11.4.1. A Educação Pré-escolar</i>	84
<i>11.4.2. O 1º Ciclo do Ensino Básico</i>	87
<i>11.4.3. O 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico</i>	90
<i>11.5. Optimização do funcionamento escolar – medidas globais</i>	91
<i>11.6. Optimização do funcionamento escolar – medidas específicas de intervenção</i>	92
<i>Fichas de Escola</i>	94
<i>12. Monitorização / Avaliação</i>	101
<i>Nota Final</i>	104
<i>Bibliografia Consultada</i>	105
<i>ANEXO 1 – FICHAS DE ESCOLA</i>	107
<i>ANEXO 2 – ANEXO ESTATÍSTICO</i>	115

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento territorial de Vila Velha de Ródão, a nível nacional e regional	13
Figura 2. Concelho de Vila Velha de Ródão e as suas freguesias	14
Figura 3. Localização e rede viária de Vila Velha de Ródão	39
Figura 4. Localização e rede viária de Vila Velha de Ródão	40
Figura 5. Fotografias do edifício onde funcionam os Jardins de Infância do Fratel e de Vila Velha	53
Figura 6. Fotografias do recreio exterior dos Jardins de Infância de Vila Velha e do Fratel.....	55
Figura 7. Fotografias dos edifícios escolares do 1º Ciclo do Fratel, Sarnadas e Porto do Tejo....	59
Figura 8. Fotografias dos recreios das Escolas do 1º Ciclo do Fratel, Porto do Tejo e Sarnadas de Ródão	60
Figura 9. Zonas de intervenção ao nível da Educação Pré-Escolar	87
Figura 10. Zonas de intervenção ao nível do 1º Ciclo.....	89

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estrutura percentual do emprego, segundo o sector de actividade	15
Gráfico 2. Distribuição das empresas segundo os sectores de actividade.....	16
Gráfico 3. Distribuição dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade	16
Gráfico 4. Distribuição das pessoas ao serviço dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade	17
Gráfico 5. Peso percentual do número de empresas por actividades económicas	18
Gráfico 6. Peso percentual do número de estabelecimentos por actividades económicas	19
Gráfico 7. Peso percentual de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, por actividade económica	19
Gráfico 8. Densidade empresarial (por km ²).....	20
Gráfico 9. Dinâmica empresarial (taxas de crescimento)	21
Gráfico 10. Taxa de actividade	22
Gráfico 11. Taxa de desemprego em Vila Velha de Ródão	23
Gráfico 12. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, com actividade económica (sentido lato) e nível de instrução	24
Gráfico 13. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, sem actividade económica (sentido lato) e nível de instrução	25
Gráfico 14. População residente empregada, com actividade económica, segundo a situação na profissão, por grupo etário	26
Gráfico 15. População residente desempregada, por tipo de procura de emprego em peso percentual, por grupo etário	27
Gráfico 16. População residente no concelho de Vila Velha de Ródão (1981-2001) e tendência futura	33
Gráfico 17. População residente em Vila Velha de Ródão, por grupo etário, em 2001	35
Gráfico 18. Total de óbitos e nados-vivos em Vila Velha de Ródão, entre 1996 e 2004	36
Gráfico 19. Saldo fisiológico no concelho de Vila Velha de Ródão, entre 1996 e 2004.....	36
Gráfico 20. Evolução da população residente nas freguesias do concelho de Vila Velha de Ródão	44
Gráfico 21. Evolução do Ensino Pré-escolar (valores totais).....	51
Gráfico 22. Evolução do 1º Ciclo do Ensino Básico (valores totais).....	57
Gráfico 23. Evolução dos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (valores totais).....	63



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Área e População nas freguesias do concelho de Vila Velha de Ródão, 2001	13
Quadro 2. Densidade empresarial (por km ²)	20
Quadro 3. Dinâmica Empresarial (taxas de crescimento)	21
Quadro 4. População activa, população residente e taxa de actividade	22
Quadro 5. Emprego, Desemprego e Taxa de Desemprego	23
Quadro 6. População desempregada, por tipo de desemprego (2001)	23
Quadro 7. População residente, desempregada em sentido lato e restrito, segundo a condição de procura de emprego	24
Quadro 8. População residente empregada segundo grupos de profissões, de acordo com a CNP	28
Quadro 9. Poder de compra do concelho entre 1995 e 2004.....	29
Quadro 10. Impacto dos incêndios no ano de 2002 no concelho	30
Quadro 11. Consumo de Electricidade em Vila Velha de Ródão, 2002	30
Quadro 12. Índices de Desenvolvimento	31
Quadro 13. Défices de Desenvolvimento em Vila Velha de Ródão	32
Quadro 14. Área e População do Concelho de Vila Velha de Ródão e da Beira Interior Sul, 2001	34
Quadro 15. Peso Relativo dos Grupos Etários no Concelho.....	35
Quadro 16. Evolução da Taxa de Natalidade e de Mortalidade, entre 1996 e 2004.....	37
Quadro 17. Evolução da Taxa de Analfabetismo, no concelho de Vila Velha de Ródão e na Beira Interior Sul, entre 1981 e 2001	37
Quadro 18. Freguesias: distância à sede.....	41
Quadro 19. Matriz de conectividade do concelho.....	42
Quadro 20. População residente e variação inter-censitária nas freguesias do concelho de V. Velha de Ródão	45
Quadro 21. Equipamentos de Ensino por Tipo de Rede e Alunos Matriculados.....	46
Quadro 22. Alunos a frequentar os vários níveis de ensino por idades	47
Quadro 23. Taxas de escolarização por grupos etários	48
Quadro 24. Distribuição dos Estabel. de Ensino por Nível de Ensino e Freguesia	48
Quadro 25. Escolas e Freguesias do Agrupamento Vertical de Vila Velha.....	49
Quadro 26. Síntese do Agrupamento Vertical de Vila Velha por escola e por idades.....	50
Quadro 27. Evolução da população Pré-escolar por freguesias	51
Quadro 28. Estabelecimentos de Ensino Pré-escolar por Freguesia e Tipo de Rede.....	52
Quadro 29. Recursos Humanos Afectos aos Equipamentos de Ensino Pré-escolar	52
Quadro 30. Relação entre os recursos físicos e a população escolar dos equipamentos de ensino Pré-escolar	53
Quadro 31. Rácios do ensino Pré-escolar.....	54
Quadro 32. Taxas de Ocupação das Escolas do Ensino Pré-escolar	54
Quadro 33. Condições Infraestruturais dos Equipamentos de Ensino Pré-escolar	55
Quadro 34. Crianças com necessidades educativas especiais e crianças beneficiárias do transporte escolar.....	56
Quadro 35. Evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico por freguesia.....	56
Quadro 36. Evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico.....	57
Quadro 37. Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.....	58



Quadro 38. Recursos Humanos Afectos aos Equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico	58
Quadro 39. Recursos físicos dos equipamentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	59
Quadro 40. Rácios no 1º Ciclo do Ensino Básico	60
Quadro 41. Taxas de ocupação das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.....	60
Quadro 42. Condições de Infra-estruturação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	61
Quadro 43. Necessidades Educativas Especiais e Transporte Escolar.....	62
Quadro 44. Evolução da população do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	62
Quadro 45. Escola dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	63
Quadro 46. Recursos Humanos no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	64
Quadro 47. Recursos físicos e equipamentos de ensino do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	64
Quadro 48. Rácios do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.....	64
Quadro 49. Taxas de ocupação das escolas dos 2º, 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.....	65
Quadro 50. Instalações Desportivas das Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º Ciclos	65
Quadro 51. Necessidades Educativas Especiais e Transporte Escolar.....	65
Quadro 52 - Previsão de evolução da população do Ensino Pré-escolar	67
Quadro 53 - Variação percentual de 2000/01 a 2010/11	67
Quadro 54 - Previsão de evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico	68
Quadro 55 - Variação percentual de 2000/01 a 2010/11	68
Quadro 56 - Previsão de evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico por ano de escolaridade	69
Quadro 57 - Variação percentual de 2000/01 a 2010/11	69
Quadro 58 - Previsão de evolução da população dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	69
Quadro 59 - Variação percentual de 2000/01 a 2010/11	70
Quadro 60 - Capacidade recomendada e máximas dos Jardins de Infância.....	80
Quadro 61 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura no Ensino Pré-escolar	81
Quadro 62 - Capacidade recomendada e máximas da escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	82
Quadro 63 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura no 1º Ciclo do Ensino Básico	82
Quadro 64 - Capacidade recomendada e máxima da escola com 2.º e 3.º Ciclos.....	83
Quadro 65 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura pelo 2.º e 3.º Ciclos.....	83
Quadro 66 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura no Ensino Pré-escolar	85
Quadro 67 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura no 1º Ciclo do Ensino Básico	88
Quadro 68 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura pelo 2.º e 3.º Ciclos.....	90
Quadro 69 - Mapa de funcionamento das escolas até 2010-2011	92

1 - Introdução

O mundo contemporâneo apresenta segundo Roberto Carneiro e col. (2000) múltiplos e complexos desafios a nível educativo. Múltiplos porque são diversas e multidimensionais as missões e objectivos futuros dos sistemas educativos; complexos porque a educação, a formação e a qualificação das pessoas estão no centro das profundas alterações das economias e sociedades emergentes, inicialmente chamadas “sociedades da informação”, e hoje cada vez mais conhecidas como “sociedades do conhecimento e da aprendizagem”.

A formação de cidadãos competentes no rigor da aplicação prática dos conhecimentos, bem como a capacidade de percepção do mundo global que os rodeia sem nunca perderem de vista a dimensão local, deve ser um dos desafios que se colocam ao sistema educativo.

A educação deve ser encarada, nas ditas “sociedades do conhecimento” simultaneamente causa e efeito do que de mais profundo ocorre ao nível dos diferentes processos de transição em curso e na emergência de um novo paradigma societário. Os desafios transfiguram-se em oportunidades para a educação, assumindo-se as sociedades como “aprendentes” ao longo da vida, nas diferentes dimensões, lugares ou formas. A educação deve ser vista como o sustentáculo do desenvolvimento humano, sendo simultaneamente causa e efeito de uma sociedade do conhecimento e da aprendizagem, de acordo com uma perspectiva abrangente, que procura valorizar as diferentes vertentes da dimensão humana a nível social, económico e cultural, rumo a uma sociedade sustentável, evoluída e com responsabilidade.

A centralidade dos processos de educação e da aprendizagem exige estudos sobre o presente e prospectivas sobre o futuro, onde a escola e os sistemas educativos sejam pensados mediante uma atitude que acente num plano de respostas ao impacto das mutações tecnológicas, tendências demográficas ou dinâmicas de globalização. Assumir uma atitude pró-activa sobre a educação é uma necessidade, cuja construção exige uma visão e intencionalidade na escolha entre os múltiplos cenários de futuras possibilidades antecipáveis. Uma atitude de reflexão e avaliação prospectiva amplamente participada, desejavelmente estimulante no plano intelectual e mobilizadora para a acção, deve ser uma opção incontornável. A relação entre a escola e a comunidade envolvente, bem como a monitorização cuidadosa do processo educativo é determinante para o desenvolvimento e melhoria do próprio sistema.



Perspectivando um instrumento de gestão territorial que fornecesse as condições necessárias para responder aos novos desafios, criou-se a figura da Carta Educativa que é, sucintamente, o instrumento de planeamento e ordenamento dos edifícios e equipamentos educativos do Concelho que contempla, visando desenvolver o processo de agrupamento das escolas de forma a obter uma coerência satisfatória com a política urbana aí defendida. É importante que a carta educativa congregue toda uma comunidade, que possa valorizar para além dos espaços de aprendizagem, o papel determinante dos agentes educativos na caminhada para o futuro, formando cidadãos cada vez mais capazes de responder aos novos desafios de uma sociedade cada vez mais exigente.

A Carta Educativa, conjugada com outros instrumentos, proporciona uma oportunidade histórica para Portugal se aproximar dos níveis de escolaridade e de qualidade de ensino que evidenciam outros países membros da União Europeia. Permite lançar novos desafios que criem roturas com determinadas práticas, apelando a uma visão prospectiva, com o objectivo de trilhar novos caminhos para as organizações escolares, deixando as escolas de serem encaradas no sentido redutor do termo (cujas práticas, localização e organização espacial limitam a acção educativa), evoluindo para centros escolares com recursos físicos e humanos de maior qualidade que as possam tornar centros de excelência em termos educativos.

Para responder às novas exigências do sistema educativo, o procedimento metodológico preconizado tem como base as indicações constantes no Manual para a Elaboração da Carta Educativa elaborado pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, no âmbito da Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento (Oliveira, Coragem e Martins, 2000b) e actual legislação vigente, embora tenha sido considerada proveitosa a inclusão de outros aspectos de análise e de diagnóstico, uma vez que as boas práticas do planeamento e ordenamento do território assim o pronunciavam.

2 - Carta Educativa - Conceito, Finalidade

A Carta Escolar (documento sem configuração legal estabelecida, onde era feito o registo dos edifícios escolares existentes e os que faltava construir) foi um documento que precedeu a actual Carta Educativa.

Reconhecida a ineficácia de um planeamento estático e dogmático desse tipo e a natureza bloqueadora de uma Carta Escolar, evoluiu-se para o conceito de Carta Educativa Instrumento e Prática de Planeamento, projecto fundamental e dinâmico de intervenção de planeamento e ordenamento da rede educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social (Oliveira, Coragem e Martins, 2000b).

A principal finalidade da Carta Educativa visa a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo e dos normativos daí emanados, nomeadamente:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da Rede Escolar colocadas pela evolução da política educativa, pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspectiva de adequação da Rede Escolar às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.

Pretende-se assim que a Carta Educativa seja um documento que formule uma proposta de reordenamento da rede educativa, onde estejam delineados os contornos mais adequados a cada situação de acordo com um determinado horizonte temporal. Devem por isso, convergir para a Carta Educativa todas as intervenções a executar a curto ou médio prazos, sendo as mesmas indissociadas das propostas do Plano Director Municipal. A Carta Educativa deverá assim, segundo Oliveira, Coragem e Martins (2000b), constituir-se como instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;



- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque otimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Definir prioridades;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

3 - Enquadramento Legislativo

A concretização da descentralização administrativa, acenta numa nova dinâmica de modernização do estado, tendente à obtenção de níveis mais elevados de satisfação das necessidades reais por parte dos cidadãos, mais eficientes e eficazes e mais conformes com o sentido de autonomia responsável constituinte dos regimes democráticos. Neste modelo assume particular relevância a concretização da transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, reconhecendo que os municípios se constituem como o núcleo essencial para o desenvolvimento harmonioso da área educativa.

Assim, consideramos importante ter como pontos de partida as indicações emanadas pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) complementadas com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e com as alterações e aditamentos introduzidos pela Nova Lei de Bases (Lei 49/2005 de 30 de Agosto) cujas mais valias dominantes são:

- Aumento da escolaridade mínima obrigatória para 12 anos e novo agrupamento escolar, com redução do actual Ensino Básico para 6 anos, correspondendo aos actuais 1º e 2º Ciclo; integração do actual 3º Ciclo no agrupamento do Ensino Secundário, que passará a ter uma duração de 6 anos. A obrigatoriedade da frequência escolar termina aos 15 anos, mas numa lógica que assenta numa escolaridade de 12 anos que termina aos 18 anos de idade. Findo o novo 1º Ciclo do Ensino Secundário, os alunos que manifestem a intenção de não concluir a nova escolaridade mínima obrigatória deverão ser encaminhados para programas de formação vocacional adequados, respondendo assim também às necessidades emergentes de técnicos profissionalizados no tecido económico.
- As modalidades de ensino passam a compreender duas vertentes: a modalidade geral de educação; e a modalidade especial de educação que incorpora o ensino artístico, o ensino especial, o ensino recorrente, o ensino prisional e o ensino à distância.
- Passa a haver um agrupamento dos serviços de creche com a educação pré-escolar, que embora não obrigatória, é incentivada pelo Estado Português.

Consideramos também importante levar em linha de conta o Decreto-Lei nº 7 de 2003, de 15 de Janeiro que opera a transferência de atribuições e competências educativas para os Municípios, regulamentando a criação dos Conselhos Municipais de Educação e a elaboração

das Cartas Educativas Concelhias e num âmbito mais alargado de análise a legislação que se segue:

- Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro que sofreu alterações através do Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro (transportes escolares);
- Lei 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo
- Despacho Conjunto nº 28/SERE/SEAM/88 (princípios gerais da planificação da rede escolar);
- Decreto-Lei nº 108/88 de 31 de Março (Regulamentação do Ensino Particular e Cooperativo);
- Lei nº 5/97 de 10 de Fevereiro (Lei quadro da Educação Pré-Escolar);
- Decreto-Lei nº 147/97 de 11 de Junho (Regime Jurídico da Educação Pré-Escolar);
- Despacho Normativo nº27/97 de 2 de Junho (Estímulo à participação e iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa);
- Despacho Conjunto nº123/97 de 7 de Julho (assegurar o cumprimento da escolaridade básica de 9 anos por todos os jovens associado a uma qualificação profissional certificada de nível II).
- Despacho Conjunto nº128/97 de 9 de Julho (Articulação entre Escolas/Ministério/Autarquias, no apoio sócio-educativo às famílias nos percursos escolares das crianças);
- Despacho Conjunto nº 258/97 de 21 de Agosto (Critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar);
- O Despacho Conjunto nº 268/97 de 25 de Agosto (Requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar);
- Decreto-Lei 291/97 de 4 de Setembro (Regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos de educação pré-escolar).
- Decreto-Lei nº 314/97 de 15 de Novembro (Denominação dos estabelecimentos de ensino públicos, não superiores);
- Decreto-Lei nº 4/98 de 8 de Janeiro (Novo regime de criação, organização e funcionamento das Escolas Profissionais, no âmbito do ensino não superior);
- Decreto-Lei nº 89-A/98 de 7 de Abril (Linha de crédito bonificado para financiamento de construção e aquisição de instalações e equipamento de estabelecimentos de educação pré-escolar).
- Decreto-Lei nº 115/98 de 4 de Maio (Regulamentação do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário);
- Lei nº 42/98 de 6 de Agosto (Lei das finanças locais que estabelece o regime financeiro dos Municípios e das Freguesias);



- Lei nº 159/99 de 14 de Setembro (Quadro das transferências das atribuições e competências das autarquias locais ao nível da responsabilidade no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de ensino);
- Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro (Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial);
- Decreto-Lei nº 12/2000 de 29 de Agosto (Condições para constituição e instalação dos agrupamentos de escolas do Ensino Básico).

No quadro dos diplomas legislativos anteriores podemos destacar as seguintes competências dos Órgãos Municipais para a área educativa:

- Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação Pré-Escolar e Básica;
- Assegurar a gestão dos transportes escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e Básica;
- Providenciar o alojamento dos estudantes do Ensino Básico, em alternativa ou complemento ao transporte escolar;
- Participar na educação Pré-Escolar e Básica no domínio da acção social escolar;
- Apoiar actividades culturais e recreativas complementares e extra-escolares, no âmbito da educação Pré-Escolar e Básica;
- Gerir o pessoal não docente da educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Criar os Conselhos Municipais de Educação;
- Elaborar a Carta Educativa do Concelho.

4 - Carta Educativa – Princípios Orientadores

Um princípio chave a ter em consideração na elaboração da Carta Educativa, e que deverá estar presente em qualquer acção de reordenamento, tem a ver com a organização da rede escolar em territórios educativos. É importante não considerar os estabelecimentos de educação/ensino isoladamente mas sim, integrados em redes de equipamentos concebidas como organizações integradas e integradoras tanto no plano interno como no das relações com a comunidade, pois esta forma é segundo Oliveira, Coragem e Martins (2000b), a mais adequada para a racionalização da rede, contribuindo para o funcionamento harmonioso de uma estrutura que implica sistemas de contactos regulares entre os vários intervenientes no processo educativo.

Os territórios educativos devem ser servidos por um conjunto de instalações de educação pré-escolar e de Ensino Básico interdependentes e complementares sob o ponto de vista pedagógico e de utilização e gestão de recursos físicos, integrando uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico, permitindo esbater “as disparidades evidenciadas sobretudo nas áreas de maior isolamento”.

Um Território Educativo (Oliveira, Coragem e Martins, 2000a) deve promover o desenvolvimento de estruturas conducentes à integração vertical e horizontal dos três ciclos do Ensino Básico e de jardins de Infância , tendo em vista:

- Sucesso escolar dos alunos, permitindo-lhes um desenvolvimento harmonioso e de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada ao longo dos diferentes níveis de educação e ensino, facilitando a sua sociabilização e inserção nos diferentes níveis do processo educativo;
- Funcionamento de serviços de apoio sócio-educativo, coordenados e abrangendo todos os níveis etários, nomeadamente os de Educação Especial, Psicologia e Orientação Educativa e Acção Social Escolar;
- A racionalização, rentabilidade e melhoria de qualidade dos recursos físicos – instalações, equipamento e material didáctico – através de um sistema de administração e gestão conjugado que permita beneficiar todos os estabelecimentos de educação e ensino de um apoio pedagógico acrescido e o acesso a equipamentos superiores;
- Maior facilidade de contacto e articulação entre os docentes – educadores de Infância e professores dos três ciclos do Ensino Básico – conducentes a uma melhor integração no meio escolar e comunitário;

- Organização local coordenada e desenvolvimento sistemático de acções de formação contínua de pessoal docente e não docente, evitando deslocações onerosas e com percas de tempo a locais mais distantes, e permitindo um conhecimento mais profundo das várias realidades existentes na zona, o que leva a uma melhor integração das escolas na comunidade.

A fim de atingir os objectivos propostos, a delimitação do Território Educativo deve de obedecer a determinados critérios:

- . Deve respeitar-se, sempre que possível, o âmbito concelhio.
- . A sua área de influência deve permitir um contacto fácil e regular entre os diferentes estabelecimentos de educação e ensino, tendo em conta as condições geográficas, da acessibilidade da região e da densidade populacional.
- . Deve possuir uma Escola que congregue maiores e mais especializados recursos físicos e humanos, que se domina «Escola Nuclear», onde se centralizam certas funções e actividades que não é possível desenvolver em escolas mais pequenas e, por isso, menos equipadas.
- . A Escola Nuclear funciona, conseqüentemente, como um centro de dinamização e de apoio, tanto sob o ponto de vista pedagógico como de instalações, articulando-se este conjunto de escolas num sistema de trabalho participado e coordenado.
- . A Escola Nuclear é, por isso, uma Escola Básica 2,3 (EB 2,3), ou uma Escola Básica Integrada (EB 1,2,3) ou uma Escola Básica Integrada com JI (EBI/JI). Estes tipos de escola, constituindo em si mesmo equipamentos diferenciados para a população escolar da sua área de influência, traduzir-se-ão ainda num benefício significativo para todas as escolas articuladas no Território Educativo, que assim irão dispor de apoio pedagógico acrescido e de um conjunto de recursos qualitativamente superiores.
- . A área de influência de cada Território Educativo deve ser definida pelas Direcções Regionais de Educação, com base na metodologia da Carta (Escolar) Educativa, devendo ser consultadas obrigatoriamente as Autarquias Locais e, sempre que possível, as Associações de Pais.

Uma preocupação importante a ter na definição dos territórios educativos é não se separar em territórios diferentes as escolas que façam parte do mesmo agrupamento.



5 - Enquadramento Territorial e Características Físicas do Concelho

O concelho de Vila Velha de Ródão fica localizado na região Centro e é um dos 11 municípios do distrito de Castelo Branco. O seu limite de Nordeste para Sudoeste é constituído pelo rio Tejo e, para lá dele, o concelho de Nisa e a Espanha (Cedilho); a Norte, localiza-se o concelho de Castelo Branco; a Oeste, os concelhos de Mação e Proença-a-Nova. Vila Velha de Ródão é parte integrante do agrupamento de concelhos da Sub-região Beira Interior Sul (unidade territorial NUT, nível III).

A sede do concelho de Vila Velha de Ródão está desdobrada em dois aglomerados populacionais: a vila propriamente dita, que sobe pela serra do Perdigão, e Porto do Tejo, que nasceu do tráfego fluvial anterior à construção da ponte e depois se desenvolveu ao longo da estrada.

As povoações desta região da Beira Interior vivem, na sua maior parte, predominantemente da agricultura, embora, sobretudo junto ao rio Tejo, o modo de vida tenha sido profundamente alterado nas últimas décadas pela introdução de várias indústrias.

Nas zonas rurais, a indústria tradicional, que funcionava apenas alguns meses por ano, era a dos lagares de azeite. No entanto, nos concelhos de Mação e de Vila Velha de Ródão essa cultura nunca foi explorada em grande extensão. Os vastos olivais que se debruçam sobre o Tejo e se prolongam pelas encostas e vales, desde Porto do Tejo até Mação, onde actualmente confinam com o pinhal, foram plantados apenas nos últimos anos do século XIX. Para proteger e fixar o olival, evitando os danos das enxurradas, foram construídas centenas de pequenos muros, destinados a segurar a terra nas encostas.

Concelho de índole rural, onde a história se mistura com a realidade, Vila Velha de Ródão apresenta, um pouco por todo o concelho, numerosos vestígios de ocupação que remontam a tempos pré-históricos. Os vestígios que se encontram na zona de Vila Velha de Ródão fazem recuar a presença humana até ao Paleolítico, sendo que junto ao Tejo se encontra uma das maiores estações de arte rupestre ao ar livre em Portugal. Além do seu posicionamento estratégico defensivo, a sua importância também surge do facto de ser Porto do Tejo um local de passagem comercial e pastoril que sustentou o desenvolvimento das regiões da Beira Baixa e Alentejo. A travessia no Tejo desenvolveu-se até à construção da ponte metálica e do caminho



de ferro (final do século XIX), os barcos portugueses subiam o Tejo até Alcântara, negociando com minério de ferro, madeira, cortiça, azeite, vinho, sal e lã.

O concelho de Vila Velha de Ródão atravessa uma fase decisiva da sua história: a mudança para uma situação de desenvolvimento e modernidade, em que as vertentes social, cultural e económica tendem a modernizar-se e a proporcionar um estágio de desenvolvimento, do qual beneficiarão as 4 freguesias do concelho. O turismo histórico-patrimonial e cultural e, numa outra vertente, associado a actividades desportivas, parece ser uma das grandes potencialidades de Vila Velha de Ródão. O desafio envolve, para além do económico, o social: como conseguir estancar e enfrentar a progressiva desertificação e envelhecimento da população?

Vila Velha de Ródão é o núcleo central da hierarquia urbana concelhia, uma vez que polariza a actividade económica e administrativa do concelho e envolve o mais significativo número de equipamentos colectivos e de apoio à actividade socio-económica. A sua capacidade de atracção sobre o resto do concelho é manifestamente superior aos restantes aglomerados, porque detém uma posição chave na estrutura posicional de oferta e acesso a bens e serviços. Paralelamente, é o aglomerado de maior volume populacional e urbanístico.

Do ponto de vista geológico o concelho é dominado em altitude pela Serra do Perdigão, que se desenvolve na direcção NNO-SSE, desde as proximidades de Alvito, no concelho de Proença-a-Nova, até ao termo de Nisa, onde termina abruptamente. Trata-se de um sinclinal ordovícico que se apresenta sob a forma de duas cristas paralelas, de rocha quartzítica, definindo um vale interior. A altitude máxima é atingida no Penedo Gordo (566 metros).

A região de Vila Velha de Ródão possui um relevante património natural, com destaque para valores geológicos, geomorfológicos, paisagísticos e ecológicos. Existem alguns que se salientam pela importância científica, outros principalmente pelo valor didáctico, e ainda outros por aspectos estéticos e de fruição do ambiente natural envolvente. Também existem locais de importância arqueológica e um património de arquitectura rural tradicional. A região situa-se na transição da Bacia Terciária do Baixo Tejo para os relevos da Cordilheira Central Portuguesa, essencialmente constituídos por rochas metamórficas, transição essa que se processa por uma escadaria de blocos tectónicos. São evidentes várias escarpas, nomeadamente as da falha do Ponsul e a do Duque-Arneiro, bem como um expressivo controlo tectónico no traçado da rede hidrográfica. Imponentes cristas quartzíticas destacam-se sobre uma escadaria de aplanamentos ligados ao encaixe dos cursos de água que deixou relevos residuais sedimentares (testemunhos

da Formação de Falagueira). Para sul, vislumbra-se a Superfície de Nisa (peneplanície do Alto Alentejo).

Em termos paisagísticos, o concelho situa-se na transição da Campina Albicastrense para o Alentejo; os seus solos são adequados à olivicultura, floresta, cinegética e à criação de pequenos ruminantes (prados e pastagens). A geologia do concelho de Ródão, marcada pela presença de afloramentos quartzíticos e terrenos constituídos por xistos e arcoses, resulta em solos pouco produtivos do ponto de vista da produtividade agrícola, dedicando-se os agricultores principalmente à olivicultura. As principais produções agrícolas do concelho são assim a azeitona, os produtos hortícolas, as frutas, os cereais e a batata. Na floresta predomina o pinheiro bravo e o eucalipto, seguindo-se o sobreiro e a azinheira. No que concerne ao sector pecuário, assiste-se hoje a um crescendo na produção de ovinos, seguindo-se os caprinos, os suínos e os bovinos. A apicultura também é uma actividade com grandes potencialidades.

As características meteorológicas da região onde o concelho se insere, estão directamente relacionadas com a sua posição geográfica, em plena Bacia do Tejo e encostada aos contrafortes da Crista Quartzíca da Serra de São Miguel. Os Verões são muito quentes, com temperaturas médias superiores a 20°C. Os Invernos são frescos, com temperaturas na ordem dos 8° a 10°C. No entanto, registam-se acentuadas amplitudes térmicas que vão desde temperaturas negativas próximas dos -8°C e máximas que ultrapassam os 42°C. O mês mais chuvoso é, de modo geral, o mês de Dezembro, registando-se outras máximas eventuais em Novembro, Janeiro e, por vezes, Março/Abril. Julho e Agosto são os meses mais secos do ano, com precipitação quase nula.

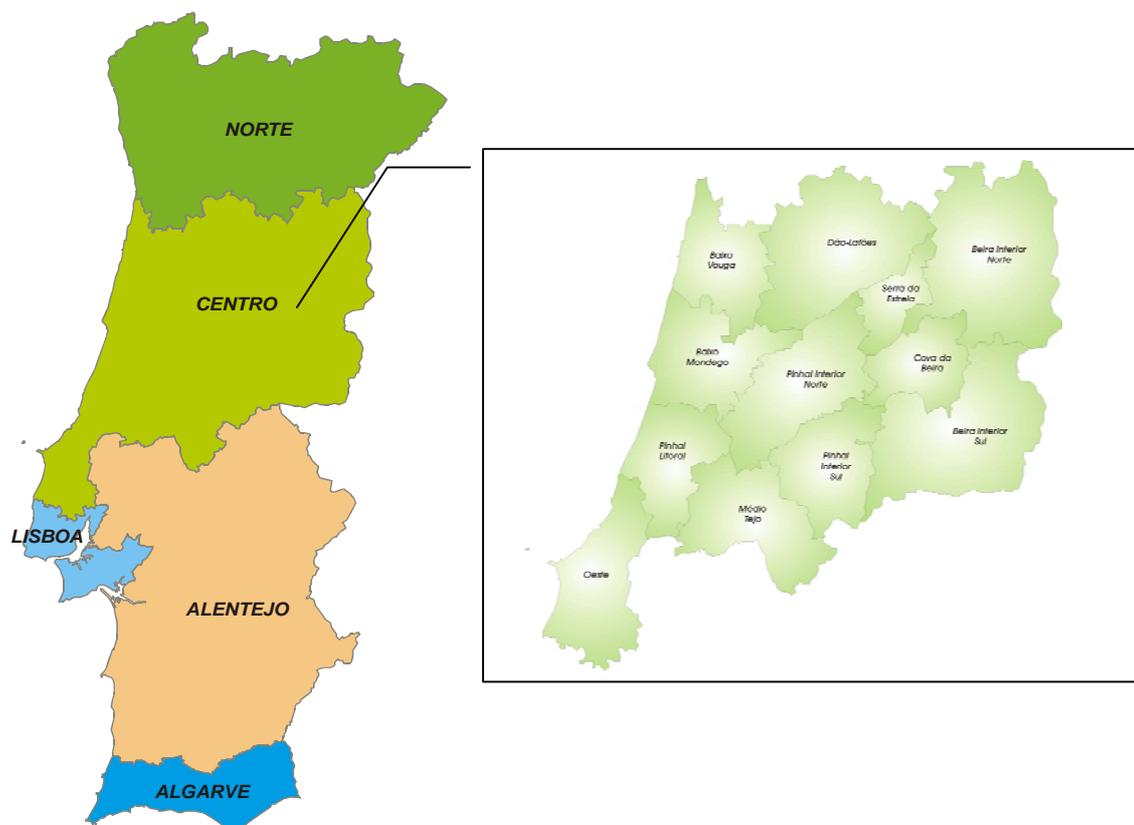


Figura 1. Enquadramento Territorial de Vila Velha de Ródão, a nível nacional e regional

O concelho de Vila Velha de Ródão tem uma área¹ de cerca de 329,94 km², é constituído por 4 freguesias e possui uma população total de 4.098 pessoas²; este último dado faz ressaltar a baixa densidade populacional³ (11,52 hab/km²), tanto em relação à Beira Interior Sul (20,35 hab/km²), como em relação à região Centro (83,94 hab/km²).

Quadro 1. Área e População nas freguesias do concelho de Vila Velha de Ródão, 2001

FREGUESIAS	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO RESIDENTE
FRATEL	97,84	760
PERAIS	81,95	589
SARNADAS DE RÓDÃO	59,68	693
VILA VELHA DE RÓDÃO	90,44	2.056
TOTAL	329,91	4.098

Fonte: Área: Carta Administrativa Oficial de Portugal (2005); População Residente: XIV RGP, 2001, INE (2002).

¹ Carta Administrativa Oficial de Portugal (2005).

² XIV RGP, 2001, INE (2002).

³ Anuário Estatístico da Região Centro, INE (2004).

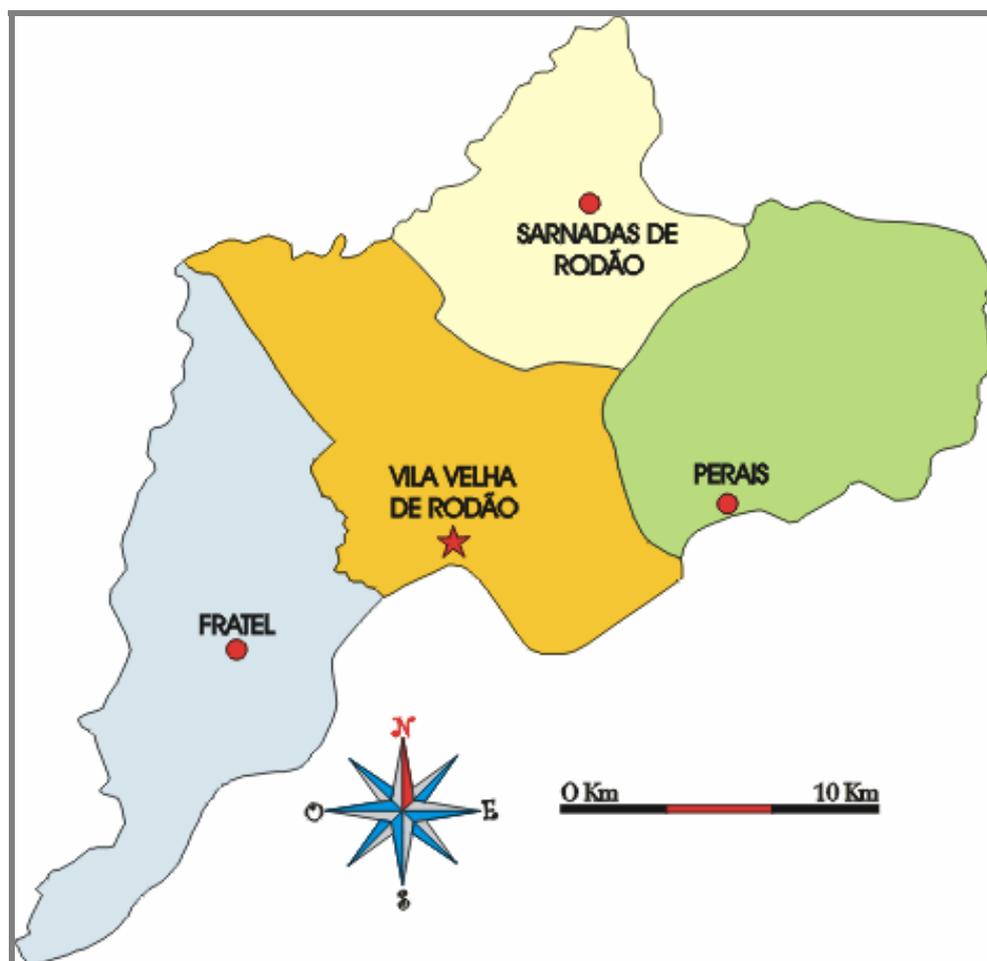


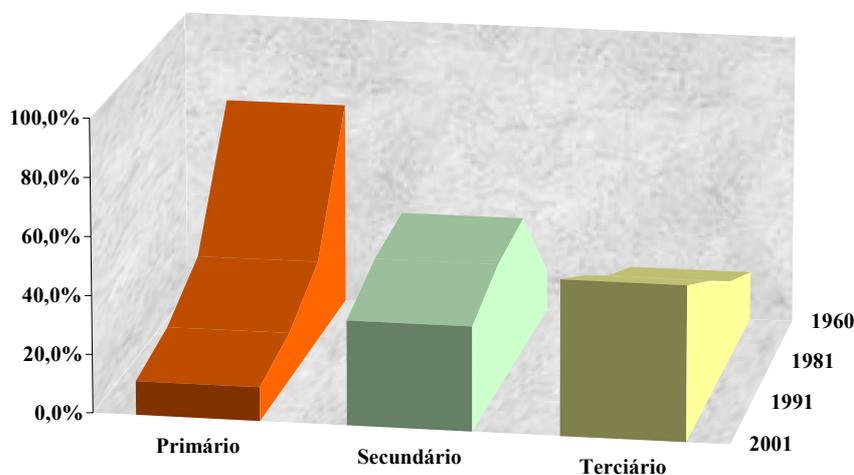
Figura 2. Concelho de Vila Velha de Ródão e as suas freguesias

6 – Caracterização Socio-Económica do Concelho

6.1. Sectores de Actividade

O concelho de Vila Velha de Ródão encontra-se a passar, hoje em dia, por uma situação que acaba por ser um denominador comum às regiões do interior de Portugal, mais periféricas: a desertificação populacional. Este fenómeno acaba por ser arrasador para a economia local no sentido em que afasta um dos principais factores produtivos - o trabalho humano. Pode-se constatar que, de quase 2.920 pessoas empregues em 1960, restam em 2001 apenas pouco mais de 50% desse emprego. Assiste-se, em paralelo com esta realidade, a um efeito de terciarização das actividades económicas, efeito que se estende a toda a “aldeia global”. Apesar desta realidade algo sombria, continua-se, quase em contraciclo, a tentar lutar pela sobrevivência económica do concelho, procurando-se motivar o empreendedorismo e a exploração económica em sectores onde existem na região vantagens comparativas.

Gráfico 1. Estrutura percentual do emprego, segundo o sector de actividade

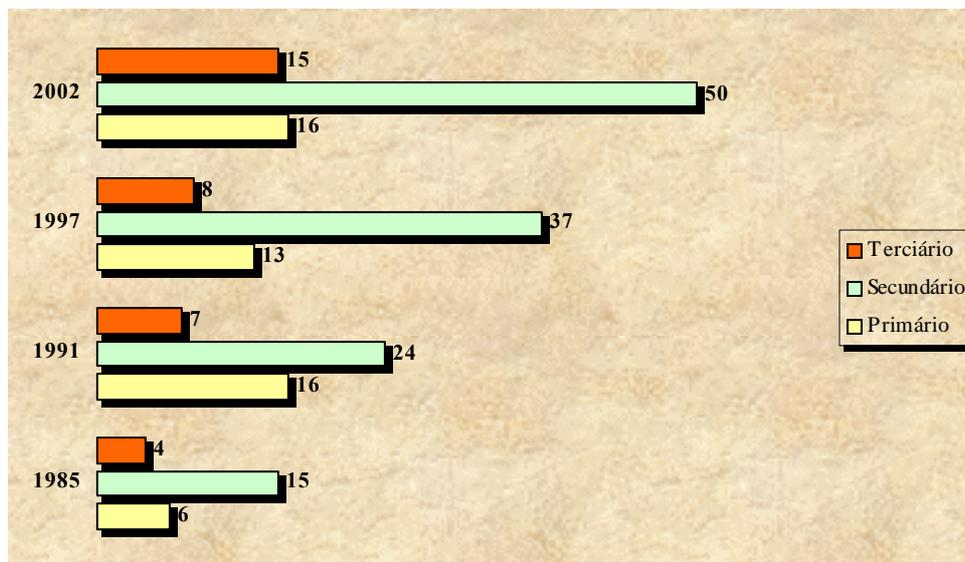


Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

O gráfico anterior apresenta uma reconfiguração das importâncias sectoriais ao longo dos últimos quarenta anos, verificando-se o ganho no sector terciário já referido por uma diminuição das actividades primárias. O sector secundário (produtivo transformador) apresenta um peso percentual relativamente constante nos últimos 20 anos.

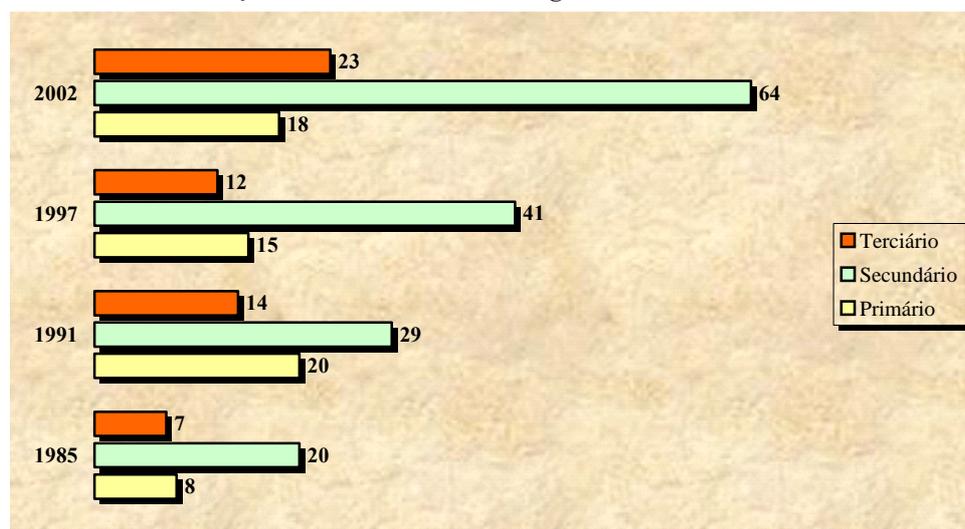
A forma como as empresas, os estabelecimentos e as pessoas ao serviço se repartem sectorialmente é apresentada em seguida.

Gráfico 2. Distribuição das empresas segundo os sectores de actividade



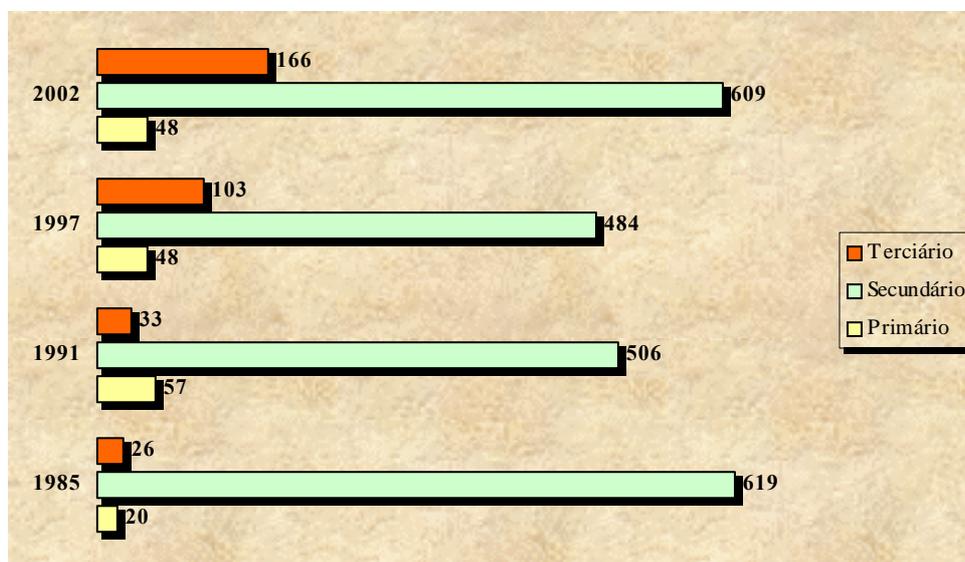
Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 3. Distribuição dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade



Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 4. Distribuição das pessoas ao serviço dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade



Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

É possível por estes dados (num período cronológico menos alargado, é certo) verificar que o sector secundário tem revelado uma dinâmica positiva, sendo de facto o sector mais importante aos vários níveis analisados, incluindo as pessoas ao serviço. No sector terciário, não é corroborada a terciarização da economia em termos empresariais, pelo menos de forma significativa. O sector primário apresenta valores bastante surpreendentes, com muito poucas empresas e pessoas ao serviço.

6.2. Actividades Económicas

Em termos das actividades económicas representadas no concelho, as actividades agrícolas constituem uma parte não tão significativa quanto o expectável, tanto no número de empresas/estabelecimentos, como principalmente no número de pessoas ao serviço; a tendência visível apresenta, no período considerado, alguma constância da fileira agrícola consubstanciada numa evolução das indústrias agro-alimentares, nomeadamente ao nível da dimensão das empresas (mais trabalhadores).

Outro sector mais activo do que os restantes tem sido o alojamento e restauração, que é importantes ao nível de formação de emprego, rendimento e de bem-estar da população, mas que em termos produtivos tem um impacto muito reduzido. Da mesma forma, o comércio tem tido

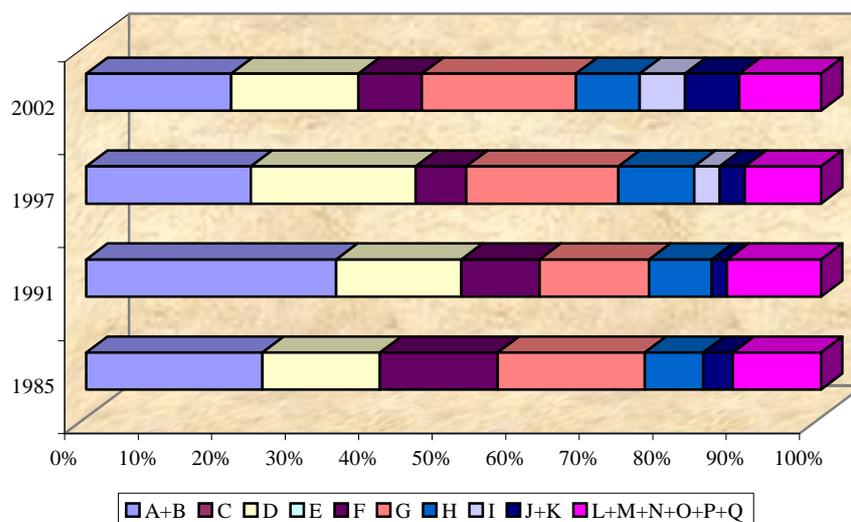
um crescimento positivo, em termos empresariais e em termos de emprego. Já no sector da construção, a dinâmica evidenciada por outras regiões do interior não é muito acompanhada no concelho.

O peso das indústrias transformadoras, em termos de pessoas ao serviço, é altamente influenciado pela presença de uma grande empresa de produção de pasta de papel; nota-se algum dinamismo nas indústrias alimentares, aproveitando alguns dos recursos existentes na região. Verifica-se que, salvo algumas excepções, estas actividades envolvem um grau de transformação muito a montante da cadeia de valor, sendo que o valor acrescentado acaba por ser bastante baixo relativamente ao potencial.

O concelho apresenta uma actividade industrial escassa, apenas recortada pela existência de um conjunto de empresas transformadoras de recursos locais (produção de queijos, enchidos, azeite), sem muita expressão em termos do número de estabelecimentos, mas que se conseguiram consolidar e cuja estratégia deverá ser orientada pela qualidade, e por um conjunto de unidades de pequena dimensão, com impacto essencialmente local e de cariz familiar, que não possuem estratégias evidentes de desenvolvimento que não a de sobrevivência.

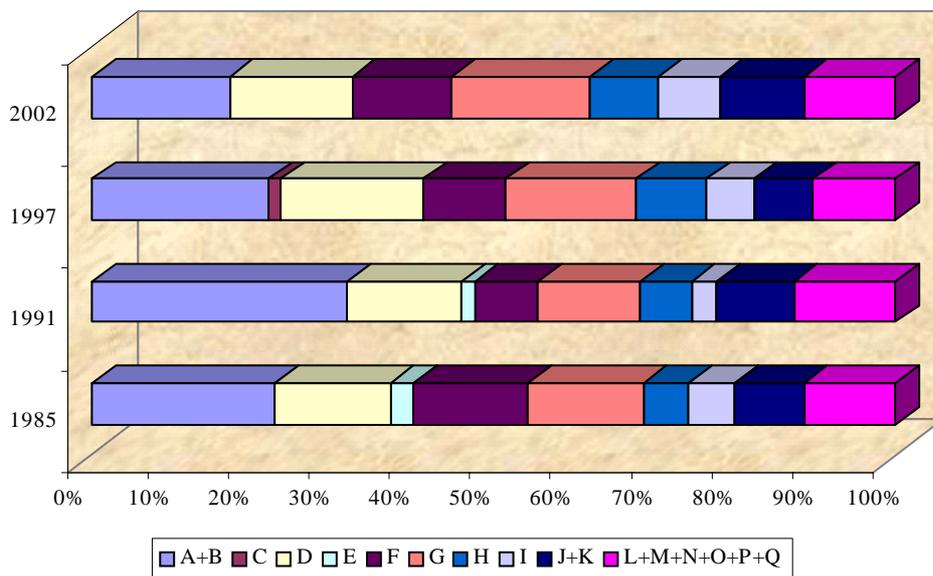
Apresentam-se nos gráficos seguintes as repartições, de acordo com o CAE das empresas (quadro A.5 do Anexo Estatístico), dos estabelecimentos e das pessoas ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Vila Velha de Ródão.

Gráfico 5. Peso percentual do número de empresas por actividades económicas



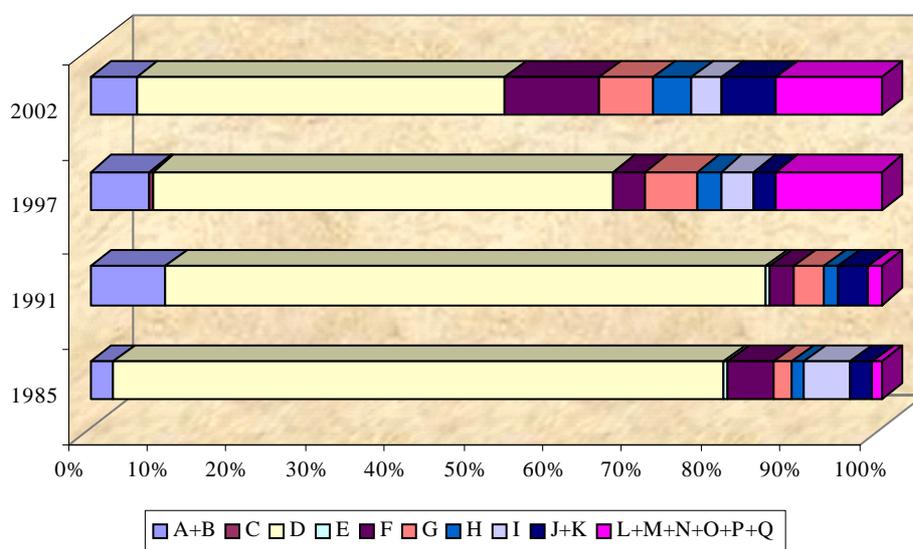
Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 6. Peso percentual do número de estabelecimentos por actividades económicas



Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 7. Peso percentual de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, por actividade económica



Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

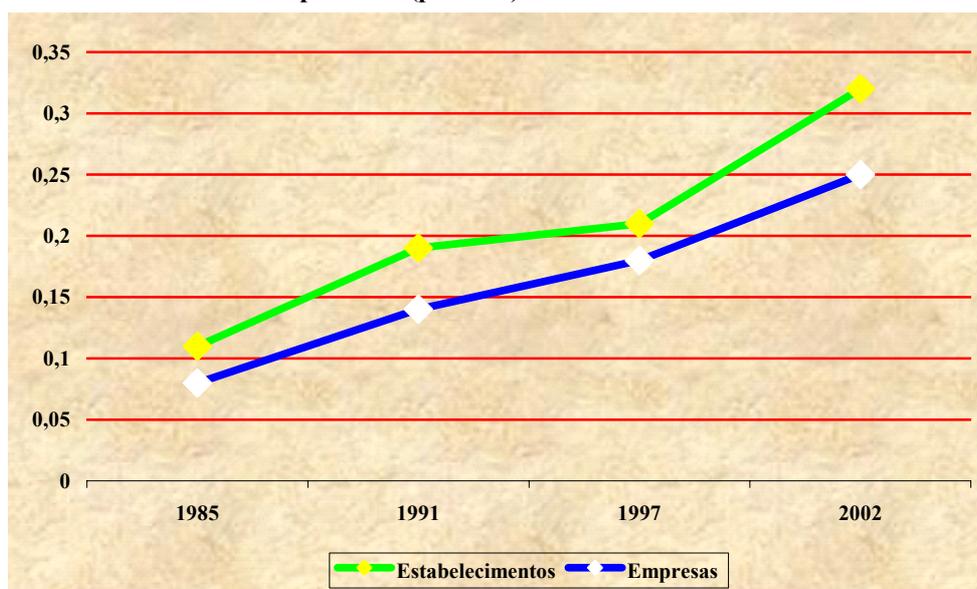
A densidade empresarial, retratada pela relação entre o número de empresas e a área do concelho, apresenta em 2002 um valor de 0,25 empresas e 0,32 estabelecimentos por km², o que revela sucessivos aumentos relativamente a anos anteriores. O quadro e o gráfico seguintes pretendem retratar essa densidade desde 1985.

Quadro 2. Densidade empresarial (por km²)

	Área (km ²)	1985	1991	1997	2002
Estabelecimentos	329,93	0,11	0,19	0,21	0,32
Empresas	329,93	0,08	0,14	0,18	0,25

Fonte: Calculado a partir de: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 8. Densidade empresarial (por km²)



Fonte: Calculado a partir de: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

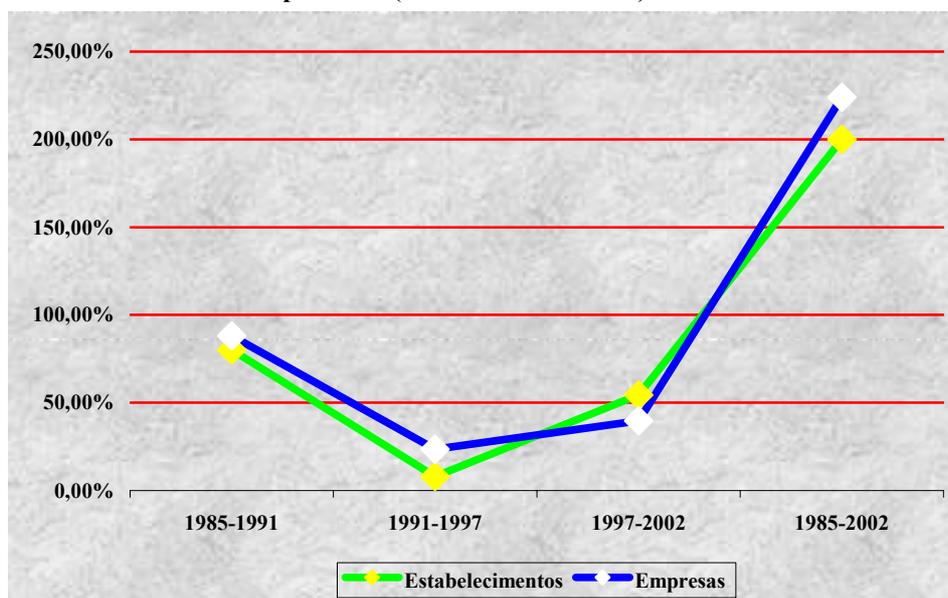
Em termos de dinâmica empresarial, as taxas de crescimento empresarial são também significativas, tendo sido de 224% entre 1985 e 2002. Nota-se, no entanto que essa dinâmica tem sido bastante instável com uma diminuição muito significativa entre 1991 e 1997 (curioso por coincidir com o 1.º e 2.º Quadros Comunitários de Apoio) e um aumento forte entre 1997 e 2002. Esta situação pode ser observada no quadro e gráfico seguintes. Haverá que levar em linha de conta que não são retratadas as empresas que entretanto foram fechando por razões diversas.

Quadro 3. Dinâmica Empresarial (taxas de crescimento)

	1985-1991	1991-1997	1997-2002	1985-2002
Estabelecimentos	80,00%	7,94%	54,41%	200,00%
Empresas	88,00%	23,40%	39,66%	224,00%

Fonte: Calculado a partir de: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 9. Dinâmica Empresarial (taxas de crescimento)



Fonte: Calculado a partir de: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

6.3. Estrutura do Emprego

O emprego registado no concelho de Vila Velha de Ródão parte de uma base de população activa relativamente estreita, confirmada pela taxa de actividade de 36,4% verificada em 2001. Houve, no entanto uma subida desta taxa relativamente a 1981 (31,3%) e a 1991 (30,3%), fruto de um aumento significativo no emprego feminino. Aquela taxa de actividade representa, na prática, 1.492 pessoas, das quais 1.396 se encontram empregadas.

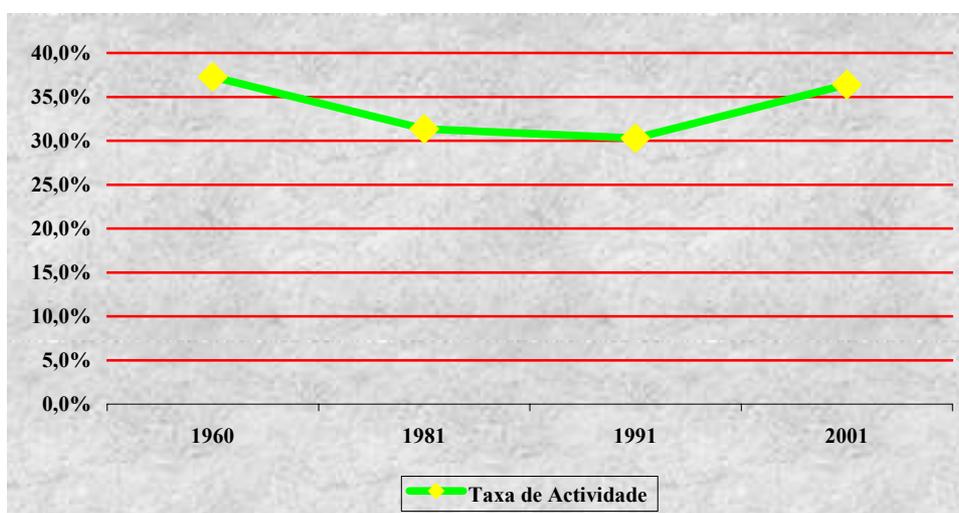
Os dados relativos ao emprego e à taxa de actividade podem ser observados no Quadro 4 e no Gráfico 10.

Quadro 4. População activa, população residente e taxa de actividade

Anos	População Activa	População Residente	Taxa de Actividade
1960	2.997	8.039	37,3%
1981	1.756	5.605	31,3%
1991	1.503	4.960	30,3%
2001	1.492	4.098	36,4%

Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

Gráfico 10. Taxa de actividade



Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

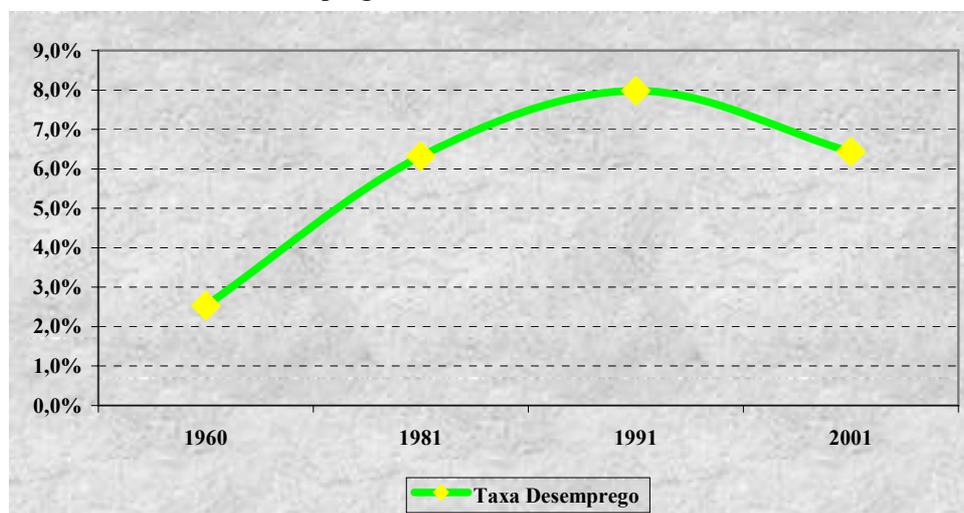
A taxa de desemprego registada em 2001 assume alguns contornos preocupantes, cifrando-se em 6,4% da população activa (Quadro 5 e Gráfico 11). Este valor vem concluir um processo cronológico de crescimento desta variável, com um pico de desemprego na primeira metade da década de 90. A leitura que se poderá fazer está intimamente ligada com a desertificação populacional a que o concelho tem sido sujeito e à relativa incapacidade empresarial local de conseguir fixar activamente a população que decide permanecer.

Quadro 5. Emprego, Desemprego e Taxa de Desemprego

Anos	População Activa	População Empregada	População Desempregada	Taxa Desemprego
1960	2.997	2.921	76	2,5%
1981	1.756	1.645	111	6,3%
1991	1.503	1.383	120	8,0%
2001	1.492	1.396	96	6,4%

Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

Gráfico 11. Taxa de Desemprego em Vila Velha de Ródão



Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

A situação é tanto mais preocupante quanto se sabe que o desemprego registado apresenta algumas características estruturais – em quase 80% dos casos trata-se de desempregados à procura de novo emprego e cerca de 40% dos desempregados ou não fez diligências para obter emprego ou fê-lo à mais de 1 ano. Pode-se aferir esta situação nos quadros seguintes.

Quadro 6. População desempregada, por tipo de desemprego (2001)

População Desempregada	96
População Desempregada, procura 1.º emprego	20
População Desempregada, procura novo emprego	76

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Quadro 7. População residente, desempregada em sentido lato e restrito, segundo a condição de procura de emprego

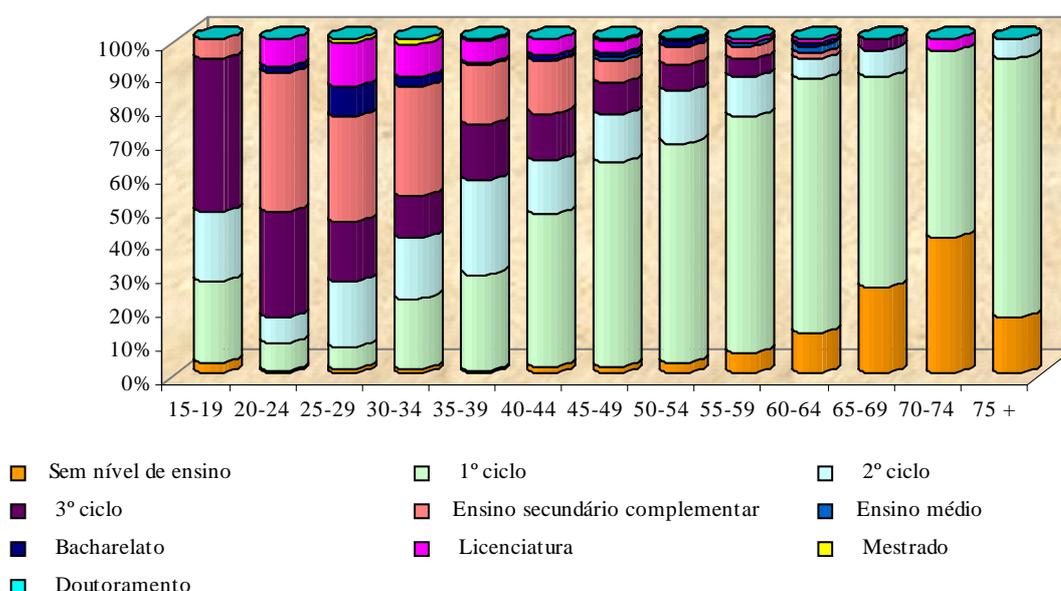
	Sentido Lato		Fez Diligências								Não fez Diligências	
			Até 1 Mês]1 - 4 Meses]]4 Meses - 11 Meses]		12 + Meses		HM	H
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H		
Vila Velha de Ródão	96	39	29	13	17	8	12	5	26	8	12	5

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

De registar que cerca de 77% da população residente não tem qualquer actividade económica, fenómeno associado à desertificação populacional (que afecta os mais jovens – activos potenciais) e ao envelhecimento populacional.

Dos que têm actividade económica, 4,5% não possui qualquer nível de ensino, 42,4% completou o 1.º Ciclo, 15,5% completou o 2.º Ciclo e 13,1% o 3.º Ciclo; apenas 16,4% completou o Ensino Secundário e 0,4% o ensino médio; quanto a formação superior, 2,1% está habilitado com o grau de bacharel, 5,2% com o grau de licenciado; a nível pós-graduado, apenas 0,4% possui o grau de mestre, não existindo qualquer residente com actividade económica possuidor do grau de doutor. A análise mais pormenorizada pode ser apreciada no gráfico seguinte.

Gráfico 12. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, com actividade económica (sentido lato) e nível de instrução

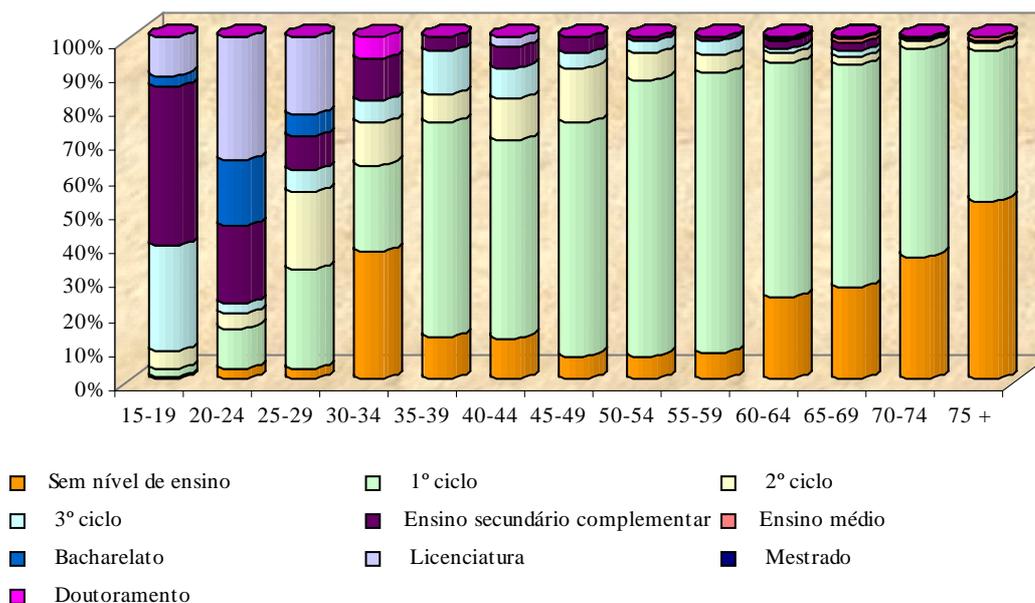


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

No gráfico 12, é possível verificar que à medida que se sobe no escalão etário maior é percentagem de pessoas que possuem níveis de educação mais baixos. Verifica-se igualmente que nos escalões etários mais baixos, a população sem qualquer nível de ensino é bastante diminuta. É de realçar que existe uma significativa percentagem de jovens entre os 15 e os 19 anos que possui já o 3.º Ciclo completo (cerca de 45%); no escalão 20-24 anos, cerca de 40% possui o Ensino Secundário completo. No escalão dos 25 a 29 anos, a percentagem de pessoas que possui licenciatura ou bacharelato ronda os 20%.

Quanto ao gráfico seguinte (Gráfico 13), é naturalmente de notar que nos escalões mais baixos são bastante fortes os pesos percentuais de conclusão dos diversos graus de ensino, revelando uma forte presença de estudantes. O forte índice de conclusão do Ensino Secundário no escalão etário mais baixo e os pesos percentuais da conclusão de licenciatura nos dois escalões seguintes reforçam uma trajectória formativa positiva e que garante o futuro potencial de uma geração de empreendedores mais qualificados, mais globais e que sustentem as almejadas esperanças de combater o posicionamento periférico da região. No caso dos escalões etários mais velhos, regista-se, tal como no caso anterior, uma relação directa entre a idade e o peso percentual de população sem qualquer tipo de formação.

Gráfico 13. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, sem actividade económica (sentido lato) e nível de instrução

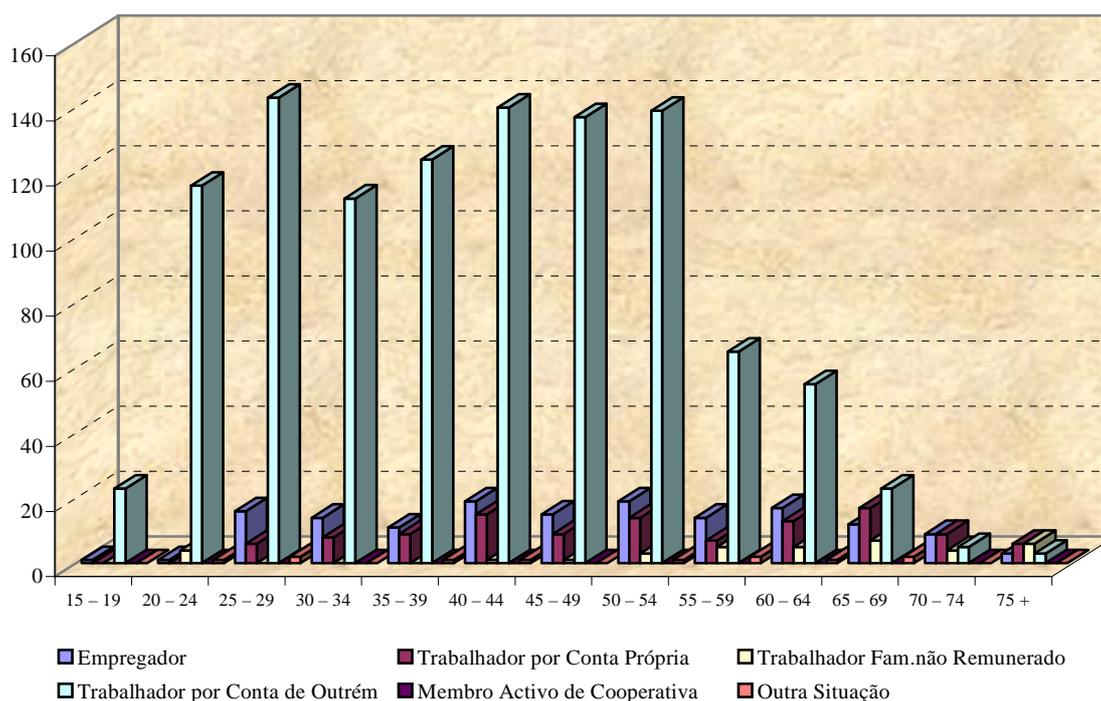


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

No gráfico anterior, estão compreendidos cumulativamente os estudantes, domésticos, reformados, incapacitados permanentes para o trabalho e outros. Em termos de peso percentual, os reformados constituem mais de 70% da população residente sem actividade económica, os domésticos 13,6% e os estudantes 7,4%. O peso dos reformados faz-se notar no gráfico pelo pendor à esquerda em termos de população sem nível de ensino.

Quanto à população residente empregada (Gráfico 14) verifica-se que, dos activos, 93,7% encontra-se empregado, sendo que a taxa de empregabilidade é de 100% para maiores de 69 anos, enquanto no intervalo [15-19 anos] a taxa é bastante inferior – 72,7%. Do escalão etário [20-24 anos] ao escalão etário [35-39 anos] a percentagem de empregabilidade é muito próxima; nos escalões etários superiores existe alguma inconstância no nível de empregabilidade.

Gráfico 14. População residente empregada, com actividade económica, segundo a situação na profissão, por grupo etário



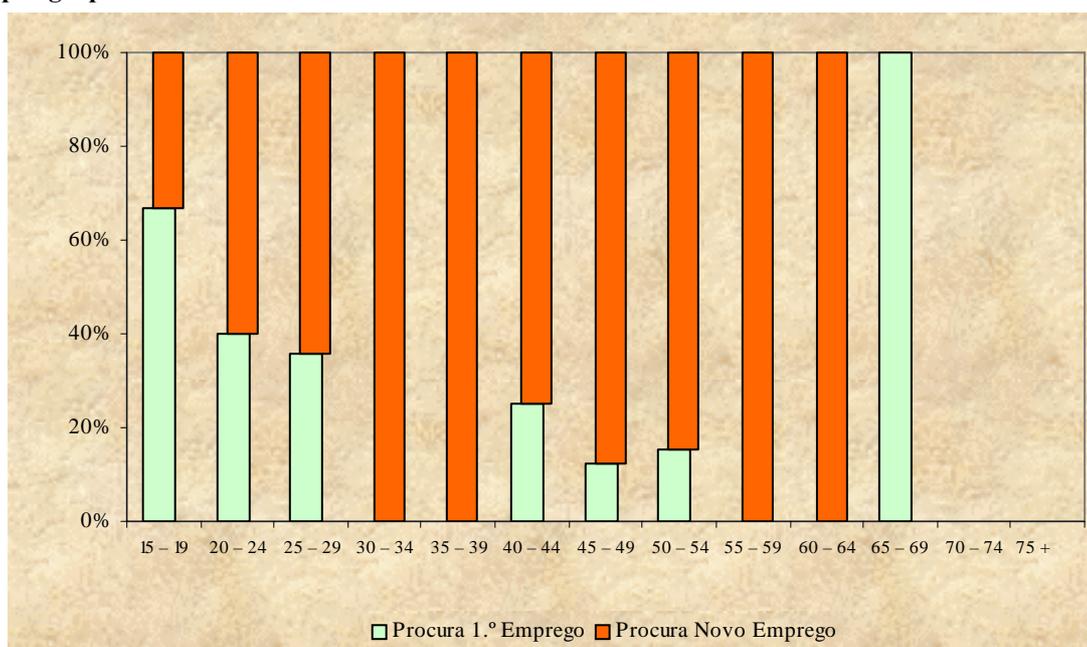
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

É possível verificar no Gráfico 14 a maior percentagem do trabalho por conta de outrem e a menor apetência para assumir o risco profissional.

No concelho de Vila Velha de Ródão, o escalão etário mais penalizado pelo problema de desemprego é o dos [15-19 anos], embora não exista suficiente evidência estatística para afirmar que o problema do desemprego afecte, de forma mais intensa, as camadas mais jovens.

Em termos do emprego perante a situação na profissão, verifica-se que mais de 78% dos activos empregues trabalham por conta de outrem, enquanto cerca de 11% são empregadores e apenas 8% se instalaram por conta própria. A preferência pela estabilidade profissional é notória, enquanto a assumpção do risco, retratada pelas situações de empregador e trabalho por conta própria, é moderada, numa região marcada por algumas deficiências no mercado de trabalho, na dimensão do mercado e na sustentabilidade das actividades económicas.

Gráfico 15. População residente desempregada, por tipo de procura de emprego em peso percentual, por grupo etário



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

No Gráfico 15 são apresentados os dados do desemprego por situação no desemprego. No total da população desempregada, 21% procura o seu primeiro emprego e 79% procura um novo emprego, compreensível à luz do envelhecimento da população. Mesmo nas classes etárias mais baixas, é evidente o predomínio desta situação que se sedimenta com o evoluir dos intervalos etários considerados. De referir que não existe desemprego acima dos 70 anos.



Ainda em termos de emprego, mas relativamente às profissões, verifica-se uma distribuição relativamente homogénea, com predominância dos “Trabalhadores Não Qualificados”, dos “Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas” e ainda do “Pessoal dos Serviços e Vendedores”. Estes dados apontam para a execução de tarefas com menor complexidade face a outras profissões, mas que se coaduna com a realidade económica do concelho.

Quadro 8. População residente empregada segundo grupos de profissões, de acordo com a CNP⁴

Vila	Total	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G0
Velha de Ródão	1.396	75	46	71	116	195	139	255	183	300	16
	100,00%	5,37%	3,30%	5,09%	8,31%	13,97%	9,96%	18,27%	13,11%	21,49%	1,15%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

6.4. Outros dados socio-económicos

O concelho de Vila Velha de Ródão apresenta um índice de envelhecimento⁵ em 2002 de 523,3% (INE), o que significa que existem 5,2 pessoas com idade superior ou igual a 65 anos por cada criança com idade inferior ou igual a 14 anos. Este dado apenas vem confirmar o anteriormente enunciado sobre o processo estrutural de envelhecimento do concelho.

Se se comparar o índice de envelhecimento no concelho de Vila Velha de Ródão com o índice de envelhecimento em Portugal (105,5%, em 2002), constata-se quão longe se encontra da média nacional.

Outro aspecto interessante corresponde ao poder de compra concelhio per capita, isto é, a capacidade de aquisição localizada, que se cifra em 59,5% da média de poder de compra nacional e que se traduz em capacidade de aquisição limitada, seja em virtude da ausência de concorrência no mercado local (com a inerente prática de preços no consumidor mais elevados), seja por menores remunerações médias dos empregados locais. De referir em abono dessa

⁴ Classificação Nacional de Profissões: G1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa; G2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; G3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; G4 – Pessoal Administrativo e Similares; G5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores; G6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; G7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares; G8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem; G9 – Trabalhadores Não Qualificados; G0 – Membros das Forças Armadas.

⁵ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).



capacidade de aquisição que o indicador per capita tem vindo a crescer ininterruptamente no concelho desde 1995.

Quanto ao peso do poder de compra no concelho de Vila Velha de Ródão relativamente ao total do país, podemos verificar que é praticamente irrelevante, com 0,02% do total e que, no período analisado, não sofre oscilações relevantes, mas tem vindo a ganhar peso.

Quanto ao factor dinamismo relativo, pode-se verificar um decréscimo deste factor, nomeadamente após a viragem do século onde começou a assumir valores negativos, o que significa que as actividades turísticas não têm sido devidamente acauteladas e aproveitadas no processo de desenvolvimento concelhio.

Os dados podem ser confirmados pela quadro seguinte:

Quadro 9. Poder de compra do concelho entre 1995 e 2004

Vila Velha de Ródão	1995	1997	2000	2002	2004
Indicador per capita ⁶	43,61	45,5	48,35	50,17	59,51
% do poder de compra ⁷	0,021	0,0212	0,0213	0,0202	0,0224
Factor dinamismo relativo ⁸	0,0312	0,0212	0,2326	-0,1157	-0,1564

Fonte: Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, INE, 1995, 1997, 2000, 2002 e 2004.

Outros dados que interessa referir, cujo impacto é reversível para as explorações agrícolas e silvícolas e, portanto, para a produtividade das actividades primárias, estão relacionados com os incêndios que têm vindo a assolar o concelho, com maior intensidade nos últimos anos. Verificou-se que, em 2002, a área ardida (em povoamentos florestais e em matos) no concelho atingiu os 20 ha, correspondentes a 12 incêndios ocorridos.

⁶ Número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do país a que foi atribuído o valor 100.

⁷ Permite aferir o peso de poder de compra de cada concelho (ou região) no total do país que toma o valor 100% (ponderando o IpC de cada concelho pelo seu efectivo populacional).

⁸ O Factor Dinamismo Relativo (FDR) mede a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões do País. O FDR mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal.

Quadro 10. Impacto dos incêndios no ano de 2002 no concelho

Incêndios florestais (área ardida em povoamentos florestais)	20,0 ha
Incêndios florestais (área ardida em matos)	n.d.
Incêndios florestais (n.º de ocorrências)⁹	12

Fonte: INE 2002.

Quanto aos dados relativos ao consumo de electricidade apresentados no quadro 11 são apresentados comparativamente ao território nacional. Verifica-se que em termos individuais, os consumos doméstico e industrial de electricidade estão bastante longe da média nacional: no caso do consumo doméstico, corresponde a pouco mais de metade da média nacional; quanto ao consumo industrial, corresponde a quántuplo dessa média; este valor explica-se pela presença da fábrica de produção de pasta de papel já referida, cujo consumo se dilui por uma população muito reduzida. Em termos globais, o consumo doméstico no concelho corresponde a 0,03% do total nacional e o consumo industrial a 0,35% do total nacional.

Quadro 11. Consumo de Electricidade em Vila Velha de Ródão, 2002

	Portugal	Vila Velha de Ródão
Consumo Doméstico de Electricidade por Consumidor¹⁰	2,3 milhares de kWh	1,3 milhares de kWh
Consumo Industrial de Electricidade por Consumidor	102,3 milhares de kWh	523,4 milhares de kWh
Consumo Doméstico de Electricidade	11.381.968,8 milhares de kWh	3.684,1 milhares de kWh
Consumo Industrial de Electricidade	17.113.117,6 milhares de kWh	59.142,3 milhares de kWh

Fonte: INE 2002.

6.5. Índices de Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) correspondem a índices mais ou menos simplificados e o seu cálculo parte do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU)¹¹. O

⁹ O número de ocorrências corresponde à soma do número de incêndios com o número de reacendimentos.

¹⁰ Os valores apresentados para o consumo e n.º de consumidores de energia eléctrica dizem respeito ao universo das empresas de produção/distribuição do país (e não apenas aos fornecimentos da EDP) e incluem a autoprodução e a cogeração.

¹¹ Para maiores desenvolvimentos ver Carvalho, A. e Matias, S. (2004). Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas. *Prospectiva e Planeamento*, 2004(10), 87-161, DPP.



IDES¹² resulta das quatro componentes básicas do IDH original, modificando-se o modo de cálculo do índice associado ao rendimento: o PIB per capita é calculado a preços constantes e em Euros, tomando-se como referência o concelho com o PIB per capita mais elevado. O IDS¹³ é representado através da média aritmética dos índices da esperança de vida média, do índice global de conforto e do índice de educação.

O IDS procura constituir uma aproximação às condições sociais que prevalecem num dado espaço geográfico (ao nível do conforto da habitação, da saúde e educacional) enquanto o IDES procura incorporar também uma aproximação ao nível de rendimento disponível, através da consideração do índice per capita do PIB.

Quadro 12. Índices de Desenvolvimento

Índices	1991	2001	Δ 1991-2001
Índice de Conforto	0,928	0,985	6,14%
Índice da Longevidade	0,775	0,838	8,13%
Índice de Educação	0,759	0,794	4,61%
Índice do PIB	0,272	0,431	58,46%
IDES (média nacional)	0,764	0,823	7,72%
IDES (concelho)	0,684	0,762	11,40%
IDS (média nacional)	0,878	0,915	4,21%
IDS (concelho)	0,821	0,872	6,21%

Fonte: Carvalho e Matias (2004).

No caso do concelho de Vila Velha de Ródão (ver quadro 12), os valores são positivos em termos de qualquer dos indicadores analisados; para além disso, tanto no IDS como no IDES verifica-se uma redução do diferencial para a média, o que significa uma convergência real de ambos os índices para a média nacional, com a consequente diminuição da assimetria regional. Se se analisarem as componentes dos índices de desenvolvimento, verifica-se um crescimento bastante acentuado no IDES via variável de rendimento, compreensível pelo grande crescimento do PIB a nível nacional durante a década de 90 (cerca de 2,6% ao ano), a que o concelho não foi

¹² $IDES = \frac{IEDU + IEV + IC + IPIB}{4}$ em que IEDU é o Índice de Educação, IEV é o Índice da Longevidade, IC é o Índice de Conforto e IPIB é o Índice do PIB per capita a preços constantes, em €

¹³ $IDS = \frac{IEDU + IEV + IC}{3}$.

naturalmente imune. O índice de longevidade é o que, entre os que compõem o IDS, o que mais se evidencia, com um crescimento superior a 10,25%, reflectindo um aumento da esperança de vida e/ou da natalidade ou uma recomposição etária à custa de, por exemplo, movimentos migratórios.

Concomitantemente com a análise da evolução dos índices de desenvolvimento pode perspectivar-se a análise da evolução dos correspondentes défices de desenvolvimento, a qual corrobora as conclusões anteriores.

Quadro 13. Défices de Desenvolvimento em Vila Velha de Ródão

Índices	1991	2001	Δ 1991-2001
Índice de Conforto	0,072	0,015	-79,17%
Índice da Longevidade	0,225	0,162	-28,00%
Índice de Educação	0,241	0,206	-14,52%
Índice do PIB	0,728	0,569	-21,84%
IDES (média nacional)	0,236	0,177	-25,00%
IDES (concelho)	0,316	0,238	-24,68%
IDS (média nacional)	0,122	0,085	-30,33%
IDS (concelho)	0,179	0,128	-28,49%

Fonte: Baseado em Carvalho e Matias (2004).

Os valores negativos da variação correspondem, de facto, a melhoria das condições de desenvolvimento do concelho, salientando-se a evolução conseguida com o índice de conforto.

7 - Análise demográfica do Concelho

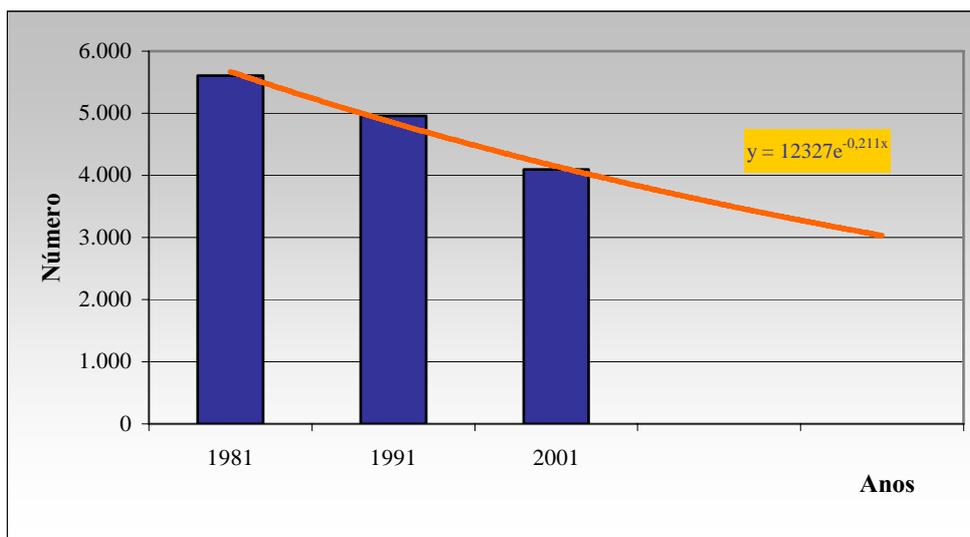
Neste ponto efectuaremos uma análise das dinâmicas demográficas que têm sido registadas no concelho de Vila Velha de Ródão nos últimos anos, procurando, por um lado, enfatizar a distribuição geográfica e a estrutura etária, e, por outro, atentar especificamente à evolução da população em idade escolar.

Tendo em consideração os dados do último recenseamento (INE, 2002a), verificamos que a população residente na Região Centro cresceu em cerca de 60.000 pessoas, devido,

principalmente, ao regresso de muitos emigrantes portugueses provenientes principalmente de França e ao ingresso de emigrantes de outros países (nomeadamente de Leste), já que a positividade do saldo migratório interno¹⁴ é marginal e o crescimento natural foi negativo¹⁵.

Em termos populacionais, verificou-se que no concelho de Vila Velha de Ródão a população tem sofrido uma diminuição acentuada desde 1981 e a tendência apresenta também, e naturalmente, um quadro negativo. Este comportamento contraria a tendência nacional (de 1991 para 2001, a população portuguesa cresceu 5%), mas acompanha a realidade dos concelhos limítrofes (nomeadamente, e também entre 1991 e 2001, os concelhos de Nisa e Proença-a-Nova perderam cerca de 13% e o concelho de Mação perdeu 16%; Castelo Branco, devido ao facto de ser o maior centro urbano da região - foco de atractividade regional - ganhou 2,6% da população).

Gráfico 16. População Residente no concelho de Vila Velha de Ródão (1981-2001) e tendência futura



Fonte: XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE (1981); XIII RGP, 1991, INE (1993); XIV RGP, 2001, INE (2002).

O concelho de Vila Velha de Ródão perdeu cerca de 17,4% da população entre 1991 e 2001 (26,9% desde 1981), o que levanta naturais dificuldades em termos da redução da bacia de emprego e, também, no que diz respeito ao envelhecimento da população. Se se pensar na

¹⁴ Diferença entre as pessoas que imigraram para o concelho e as que emigraram para outro concelho. Este saldo migratório apenas foi possível de obter entre 12/03/2001 relativamente a 31/12/1995.

¹⁵ Tanto a análise do saldo migratório como o crescimento natural é referido comparativamente à posição da população em 31/12/1995, que foram os dados possíveis de extrair do Instituto Nacional de Estatística.

emigração e na baixa taxa de natalidade como características da população mais jovem, facilmente se conclui que ambos os fenómenos estão associados, sendo a diminuição e o envelhecimento da população resultado dos mesmos problemas sociais. Esta realidade, comum à maior parte do interior, gera uma zona pouco atractiva para uma população jovem crescentemente instruída e ávida por actividades socio-culturais, comerciais, etc., que procura satisfazer essas necessidades em outras zonas do país. As análises dos dados demográficos disponíveis levam a uma mesma conclusão: a população de Vila Velha de Ródão é uma população envelhecida, a perder a sua vitalidade e capacidade de regeneração. Trata-se de um território despovoado e a atravessar um processo de desertificação.

Não sendo, no entanto, esta a temática do presente trabalho, remete-se para outros a análise mais detalhada deste fenómeno.

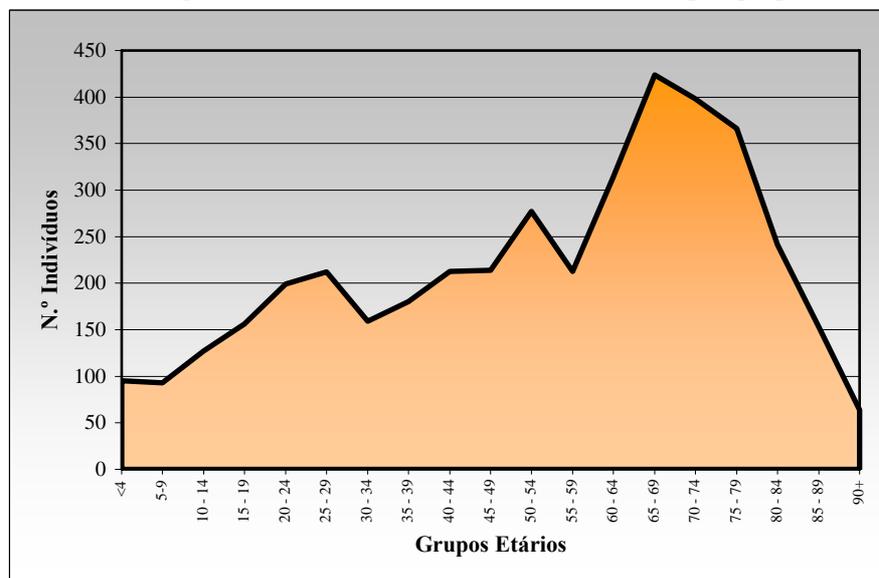
Quadro 14. Área e População do Concelho de Vila Velha de Ródão e da Beira Interior Sul, 2001

Indicador	V.V. Ródão	Beira Interior Sul	Unidade	%	Período
Área Total	329,91	3.748,74	km ²	8,8%	2001
Densidade demográfica	12,42	20,84	hab./km ²	-	2001
População Residente HM	4.098	78.123	n.º	5,3%	2001
População Residente H	1.965	37.355	n.º	5,3%	2001
População Residente M	2.133	40.768	n.º	5,2%	2001
População Residente HM (1991)	13.630	81.015	n.º	6,1%	1991

Fonte: XIV RGP, 2001, INE (2002).

As dificuldades para conseguir emprego levam a população activa mais jovem a procurar emprego e a fixar-se noutras regiões, o que explica os baixos valores nos grupos etários mais jovens na distribuição da população por escalões etários.

Gráfico 17. População Residente em Vila Velha de Ródão, por grupo etário, em 2001



Fonte: XIV RGP, 2001, INE (2002).

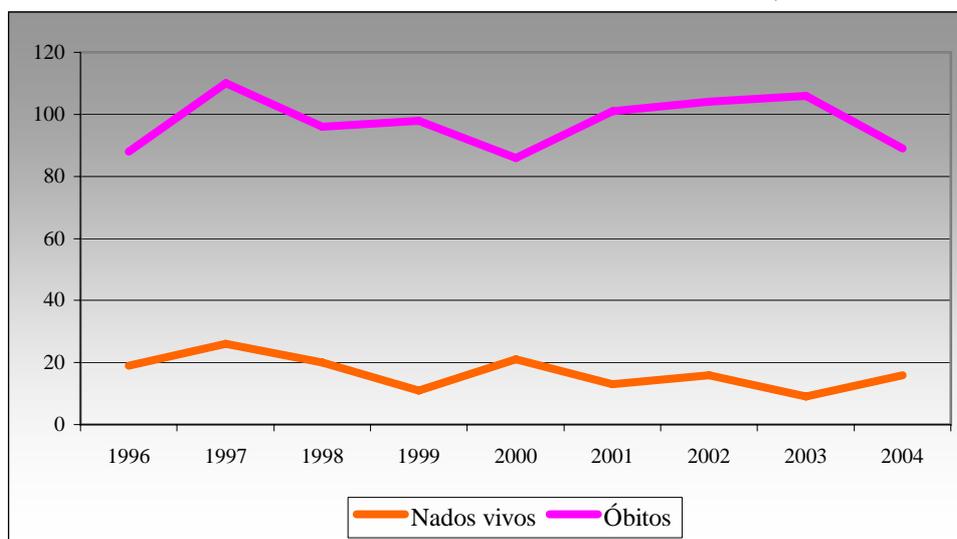
Quadro 15. Peso Relativo dos Grupos Etários no Concelho

Grupo Etário	1960	Peso Relativo	1981	Peso Relativo	1991	Peso Relativo	2001	Peso Relativo
0-14	1.800	22,39%	901	16,07%	553	11,15%	315	7,69%
15-64	5.191	64,57%	3.261	58,18%	2.808	56,61%	2.137	52,15%
≥ 65	1.048	13,04%	1.443	25,74%	1.599	32,24%	1.646	40,17%
TOTAL	8.039	100,00%	5.605	100,00%	4.960	100,00%	4.098	100,00%

Fonte: X RGP, tomo II, INE (1960); XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE (1981); XIII RGP, 1991, INE (1993); XIV RGP, 2001, INE (2002).

Verifica-se um crescente peso da população idosa, a par de um decréscimo da população mais jovem, o que condiciona a disponibilidade de activos no concelho. A taxa de transferência inter-grupos (dos mais jovens para os mais idosos), nos últimos quarenta anos, é de cerca de 30%.

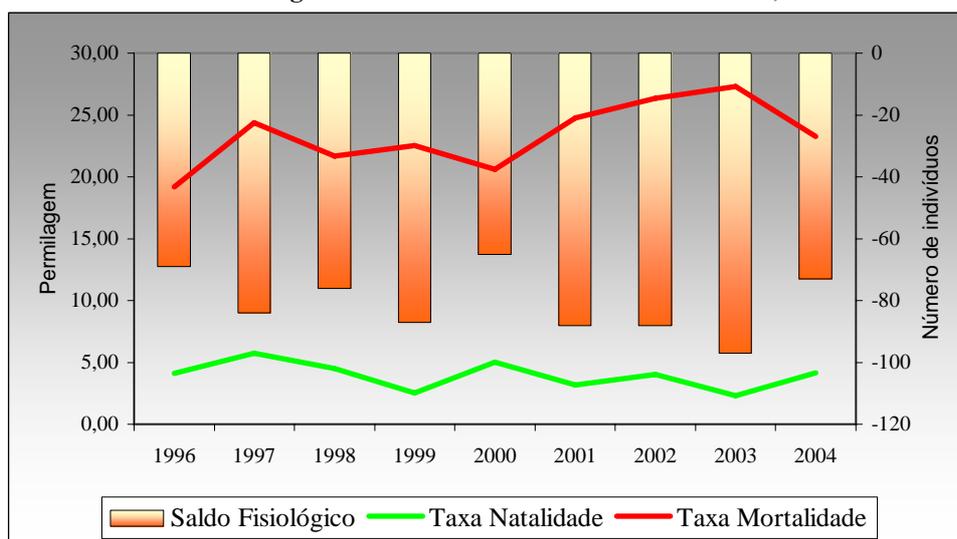
Gráfico 18. Total de Óbitos e Nados-Vivos em Vila Velha de Ródão, entre 1996 e 2004



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, INE (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004).

Pelo gráfico anterior, verifica-se que existe uma clara perda natural de população. Em termos do saldo fisiológico, verifica-se uma agudização da taxa de crescimento natural, tal como anteriormente referido.

Gráfico 19. Saldo Fisiológico¹⁶ no concelho de Vila Velha de Ródão, entre 1996 e 2004



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, INE (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004).

¹⁶ Saldo fisiológico: diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.



A evolução da taxa de natalidade e mortalidade, bem como o excedente de vida permitem subsidiar as informações anteriores, em termos de apresentação do concelho de Vila Velha de Ródão como um concelho em desertificação.

Quadro 16. Evolução da Taxa de Natalidade e de Mortalidade, entre 1996 e 2004

Anos	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Excedente de Vida
1996	4,14‰	19,17‰	-15,03‰
1997	5,76‰	24,39‰	-18,63‰
1998	4,51‰	21,67‰	-17,16‰
1999	2,53‰	22,53‰	-20,00‰
2000	5,03‰	20,62‰	-15,58‰
2001	3,19‰	24,75‰	-21,56‰
2002	4,05‰	26,35‰	-22,30‰
2003	2,32‰	27,29‰	-24,97‰
2004	4,18‰	23,26‰	-19,08‰

Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, INE (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004).

Quanto à educação verifica-se uma evolução positiva retratada na diminuição da taxa de analfabetismo no concelho, ainda que esta apresente valores ligeiramente superiores à referência da sub-região Beira Interior Sul. O concelho de Vila Velha de Ródão corresponde ao concelho mais envelhecido do país (em 2001); tal situação reflecte a “fuga para a cidade” e a não reposição de vidas.

Quadro 17. Evolução da Taxa de Analfabetismo, no concelho de Vila Velha de Ródão e na Beira Interior Sul, entre 1981 e 2001

	Vila Velha de Ródão	Beira Interior Sul	Diferença
Taxa de analfabetismo, 1981	50,2%	33,9%	+16,3
Taxa de analfabetismo, 1991	22,9%	22,7%	+ 0,2
Taxa de analfabetismo, 2001	20,0%	17,4%	+ 2,6

Fonte: XII RGP, INE (1981); XIII RGP, 1991, INE (1993); XIV RGP, 2001, INE (2002).

8 - Rede Viária e Acessibilidades

O concelho de Vila Velha de Ródão faz a transição do norte montanhoso para o sul muito mais plano. É uma área com alguns acidentes físicos, mas com condições de comunicação e de criação de acessibilidades favorável, onde o principal senão será o diminuto peso populacional e a baixa densidade demográfica que se registam no concelho.

No geral, o concelho de Vila Velha de Ródão apresenta uma rede viária suficiente em termos internos ao concelho; em termos de ligação externa, existem bons acessos aos concelhos limítrofes, com excepção de Nisa, mas neste caso o acesso é “perturbado” pela necessidade de ultrapassar a encosta do Tejo. A ligação estratégica a Espanha é inexistente, muito por culpa da fronteira natural proporcionada pelo rio Tejo. As áreas com maior densidade de estradas situam-se nas áreas mais povoadas, nomeadamente junto das freguesias de Vila Velha de Ródão, Sarnadas de Ródão e Fratel. A zona mais carenciada ocupa a área menos populosa do extremo Este do concelho.

Apesar de ser uma realidade, não é visível em termos de acessibilidades o pólo aglutinador (em termos socio-económicos e demográficos) da sede de concelho; tal justifica-se pela importância fundamental da AE23 que cruza o concelho.

Pelo concelho passa a linha da Beira Baixa que une a Beira Alta ao Sul e à capital, via alternativamente utilizada à deslocação em automóvel.



Figura 3. Localização e Rede Viária de Vila Velha de Ródão

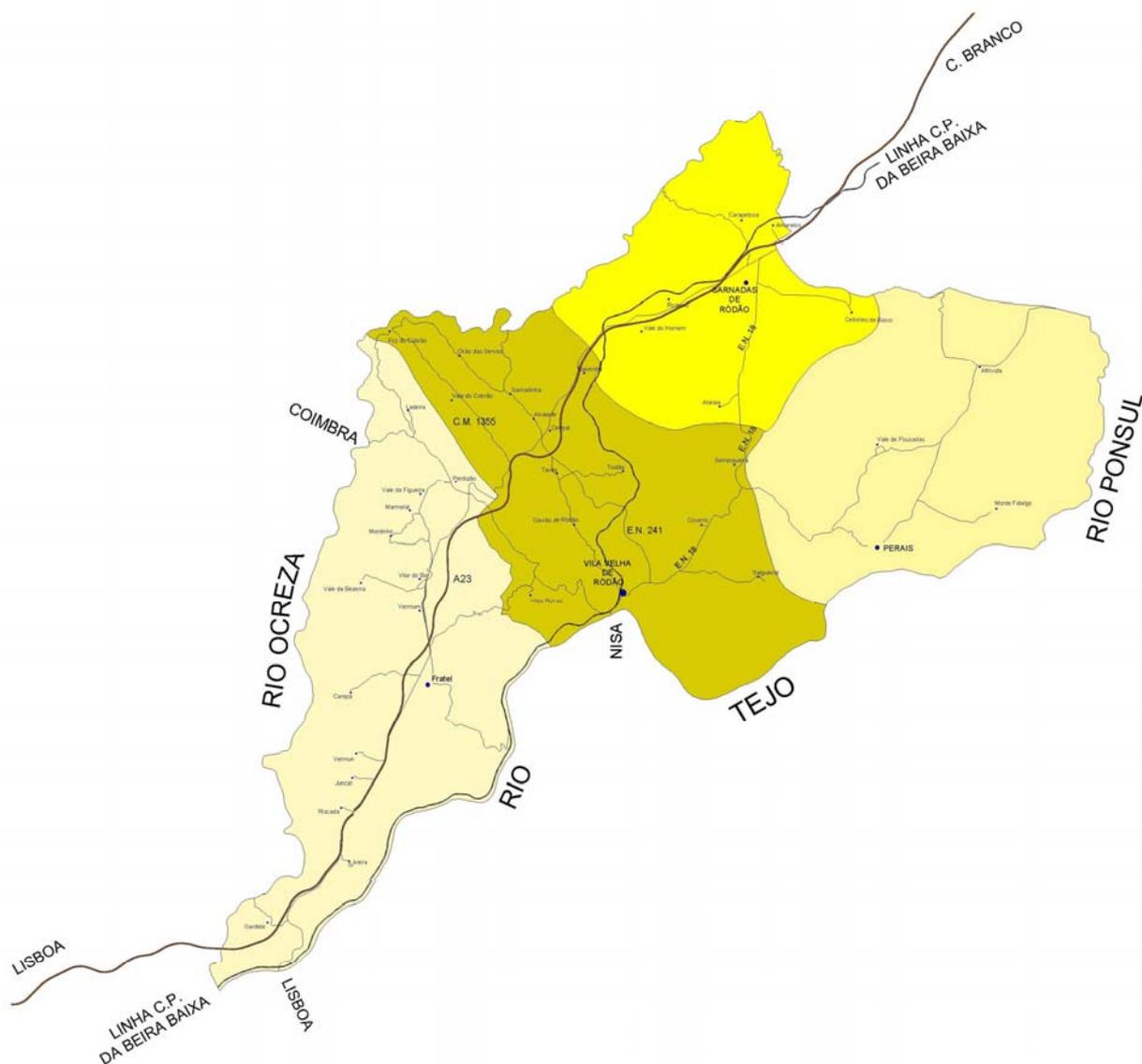


Figura 4. Localização e Rede Viária de Vila Velha de Ródão

A rede viária do concelho é marcada pela passagem da AE23, que liga a Beira Interior com o litoral e o sul do país. Em termos internos, a comunicação rodoviária no concelho é estruturada por duas vias principais de acesso: a N241 que conduz à saída oeste do concelho, em direcção a Sertã e Proença-a-Nova e à IC8; a histórica N18 que antigamente fazia a transposição, pelo interior do país, da região norte com a região sul, e que serve de ligação ao norte e a Castelo Branco. Hoje em dia, a ligação ao centro urbano mais importante é feita por auto-estrada, relativamente perto de todas as sedes de freguesia (com excepção ao caso de Perais). As outras ligações são efectuadas através de estradas municipais, tornando a acessibilidade interna mais difícil, mas com a pequena dimensão relativa do concelho como factor atenuante.

Quadro 18. Freguesias: distância à sede

FREGUESIAS	DISTÂNCIA À SEDE (KM)	DISTÂNCIA À SEDE (MIN.)
FRATEL	19	16
PERAIS	12	15
SARNADAS DE RÓDÃO	21	17
VILA VELHA DE RÓDÃO	-	-

Sendo um concelho relativamente pequeno, o acesso a bens e serviços é relativamente fácil (por exemplo, a auto-estrada mais próxima situa-se a 7,5km da sede de concelho). A rede de transportes públicos, nomeadamente o seu horário e cobertura geográfica, é reduzida e diminuem o acesso a bens e serviços na sede de concelho e extra-concelho; o seu funcionamento é também bastante condicionado pelos períodos escolares, prejudicando os períodos de férias.

A configuração administrativa do concelho permitiu a construção de uma rede viária radial, centrada na sede de concelho; no entanto, a AE23 veio claramente enviesar aquela centripetação e o eixo viário mais importante acaba por passar ao largo da sede de concelho. As populações residentes perto deste eixo viário deparam com uma clara alternativa (Castelo Branco) à sede de concelho para o acesso a bens e serviços.

Todas as freguesias do concelho se situam num raio de 20 quilómetros da sede de concelho, envolvendo deslocações inferiores a 20 minutos. A distância média à sede de concelho é de cerca de 17 quilómetros e a duração média de viagem é de 16 minutos.

Globalmente, é possível afirmar que a acessibilidade rodoviária do território do concelho é razoável, dentro das condicionantes geográficas, estando a rede de transportes organizada, principalmente, em função da sede de concelho e pode-se considerar minimamente ajustada às necessidades de funcionamento da rede escolar no município.

Quadro 19. Matriz de conectividade do concelho

FREGUESIAS	FRATEL	PERAIS	SARNADAS DE RÓDÃO	VILA VELHA DE RÓDÃO	Σ
FRATEL		0	0	0	0
PERAIS	0		0	0	0
SARNADAS DE RÓDÃO	0	0		1	1
VILA VELHA DE RÓDÃO	0	0	1		1

Nota: ligação directa por estrada nacional = 1; ligação directa por estrada municipal = 0

É evidente a pouca comunicação existente no território, mas como se referiu anteriormente, a pequena dimensão do concelho permite ultrapassar essa situação.

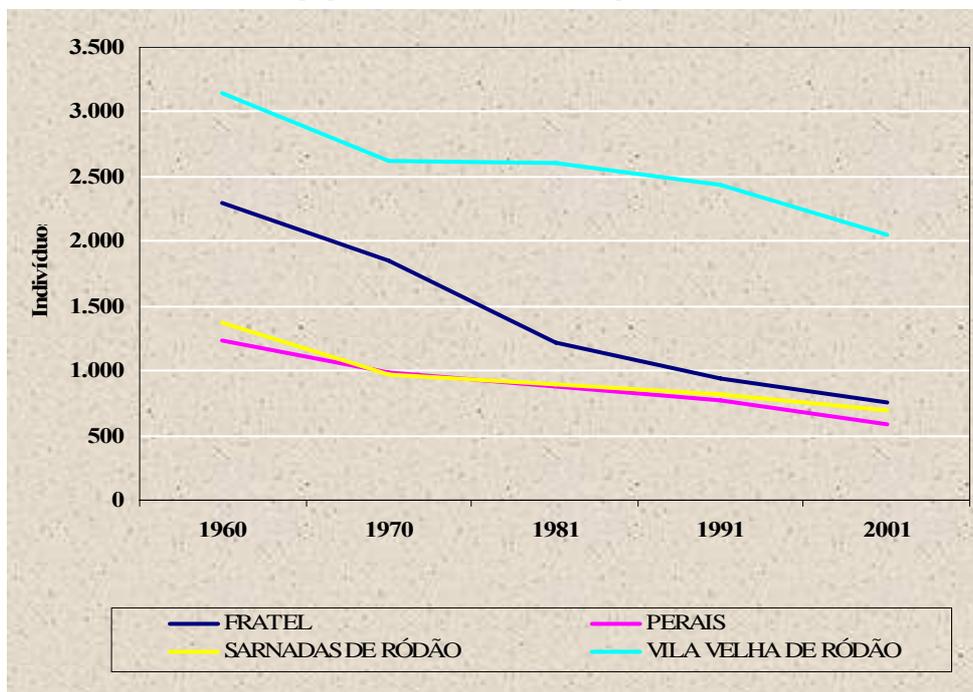
9 - Hierarquização dos Aglomerados

O Concelho de Vila Velha de Ródão, à semelhança do que acontece, no geral, com todo o Interior, não resistiu às décadas de migração portuguesa de '50 e '60. Para além da emigração, foi a partir destes anos que, verdadeiramente, Portugal entrou no desenvolvimento industrial. Existe, assim, um êxodo rural com dois sentidos, Europa e Grande Lisboa, o que coloca a questão do envelhecimento num patamar elevado, sendo que no caso do concelho de Vila Velha de Ródão corresponde à população mais idosa do país (526 idosos para cada 100 jovens).

A população do concelho encontra-se localizada, principalmente, na sede de concelho Vila Velha de Ródão, cuja freguesia possui à volta de 60% da população. Pode-se facilmente estabelecer uma ligação directa entre a densidade populacional e o processo de industrialização e concentração de serviços; neste sentido, o grau de desertificação é inversamente proporcional à proximidade da sede de concelho, permitindo estabelecer uma ligação directa entre o grau de desertificação e a proximidade dos eixos rodoviários e a proximidade da sede concelhia.

O processo de desertificação tem-se registado um pouco por todo o concelho, estigma a que a sede de concelho não tem fugido, apesar do menor impacto dos últimos censos. Em termos percentuais, o concelho perdeu cerca de 50% da população em quarenta anos e as projecções (apresentadas noutra parte do presente estudo) não são animadoras. Um dos grandes desafios da autarquia passa por conseguir criar condições de atractividade para as populações, tanto para estancar o êxodo como para fixação das pessoas.

Gráfico 20. Evolução da população residente nas freguesias do concelho de Vila Velha de Ródão



Fonte: INE, Censos 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Em relação às freguesias, Fratel perdeu mais de 65% da população residente entre 1960 e 2001, sendo bastante notado o período entre 1970 e 1981. Perais perdeu mais de 50% da população no mesmo período, com especial ênfase no último período intercensitário. A freguesia de Sarnadas de Ródão teve o seu período mais problemático entre 1960 e 1970, sendo que a perda de população entre 1960 e 2001 foi de cerca de 50%. Quanto a Vila Velha de Ródão, perdeu igualmente cerca de 35% da população entre 1960 e 2001, sendo que as épocas de maior migração foram as de 60 e 90. De referir que no concelho de Vila Velha de Ródão não existe um único valor positivo de variação da população, no período considerado.

Quadro 20. População residente e variação inter-censitária nas freguesias do concelho de V. Velha de Ródão
POPULAÇÃO RESIDENTE

FREGUESIAS	POPULAÇÃO RESIDENTE									
	1960	1970	VAR. 60/70	1981	VAR. 70/81	1991	VAR. 81/91	2001	VAR. 91/01	VAR. 60/01
FRATEL	2.292	1.843	-19,59%	1.221	-33,75%	945	-22,60%	760	-19,58%	-66,84%
PERAIS	1.231	980	-20,39%	880	-10,20%	769	-12,61%	589	-23,41%	-52,15%
SARNADAS DE RÓDÃO	1.370	977	-28,69%	891	-8,80%	810	-9,09%	693	-14,44%	-49,42%
VILA VELHA DE RÓDÃO	3.146	2.617	-16,82%	2.613	-0,15%	2.436	-6,77%	2.056	-15,60%	-34,65%
TOTAL	8.039	6.417	-20,18%	5.605	-12,65%	4.960	-11,51%	4.098	-17,38%	-49,02%

Fonte: INE, Censos 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Até 1981, todas as freguesias perderam população de uma forma significativa (com excepção do valor mais baixo verificado para a análise desenvolvida que foi o da freguesia de Vila Velha de Ródão, entre 1970 e 1981), enquanto na década de 80 a perda foi mais suave (novamente, a excepção registou-se na freguesia de Fratel com uma perda de população bastante significativa). Na década de 90 verificou-se a retomada de valores de perda populacional anteriores à década de 80, o que se revela preocupante pelo facto de as estratégias para fixação e atracção de pessoas não estarem a produzir efeitos práticos. Se atendermos às variações percentuais, verificamos que desde a década de 60 e até 1991 se assistiu a um desacelerar da perda populacional no concelho, mas na década de 90 cresceu novamente o ritmo de perda populacional. Estes factores foram claramente penalizadores da evolução da população residente nas diversas freguesias. Num pressuposto voluntarista, podemos equacionar a hipótese de essas pessoas que migraram/emigraram voltarem nesta década, mas serão sempre não-activos, reflectindo-se dessa situação o índice de envelhecimento.

Pode-se constatar que (como referido anteriormente) cerca de 60% da população reside na freguesia sede de concelho, não havendo qualquer freguesia a menos de 5 quilómetros, o que indicia polarização (em termos demográficos) da distribuição da população pelo concelho. A taxa de urbanização do concelho é nula, não existe qualquer aglomerado com mais de 10.000 habitantes.

10 - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo

Caracterizar a população escolar de uma região num determinado momento temporal parece-nos relativamente fácil já que o acesso às fontes de informação é bastante acessível, no entanto, pode apresentar-se por vezes morosa pela quantidade e diversidade da informação. Já quando procuramos fazer uma previsão sobre a população escolar de uma região em termos prospectivos, a tarefa torna-se bastante mais complexa e comporta mesmo algum risco, uma vez que está dependente de factores externos difíceis de prever, como são por exemplo, as migrações e os factores de mobilidade das famílias entre outros. É com conhecimento destes riscos que vamos desenvolver este trabalho, procurando sempre ser o mais precisos possível.

Para efectuar um correcto diagnóstico da actual situação da rede educativa de Vila Velha de Ródão, começamos por apresentar um quadro onde se encontram distribuídos os alunos pelos diferentes níveis de ensino e tipos de rede educativa, dando desta forma uma imagem global.

Quadro 21. Equipamentos de Ensino por Tipo de Rede e Alunos Matriculados

Nível de Ensino		Tipo de Rede	Nº Alunos
Pré-escolar		Público	57
Ensino Básico	1º Ciclo	Público	80
	2º Ciclo	Público	34
	3º Ciclo	Público	67
Total		Público	238

Pela análise do quadro podemos constatar que o concelho de Vila Velha de Ródão possui um número de alunos reduzido (238 alunos), à semelhança de outros concelhos do interior do país, distribuídos apenas por dois níveis de ensino (pré-escolar e Ensino Básico) e todos na rede pública.

O ensino pré-escolar representa 24,0% da população escolar do concelho de Vila Velha de Ródão. A população escolar que frequenta o 1º Ciclo do Ensino Básico é exclusivamente coberta pela rede pública através das diferentes escolas que povoam o concelho e representa 33,6% do total de alunos. Relativamente aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, podemos constatar que correspondem à percentagem mais elevada da população escolar (42,4% dos alunos), estando também eles cobertos na totalidade pelo ensino público.



Ao olharmos para as idades dos alunos verificamos que a maioria está dentro dos parâmetros normais da frequência dos diferentes ciclos de ensino. Podemos também constatar que a totalidade dos alunos se situa no intervalo que vai dos três até aos dezassete anos.

Quadro 22. Alunos a frequentar os vários níveis de ensino por idades

Número de alunos a frequentar o pré-escolar por idades								
Idades				3	4	5		
Número de alunos				17	19	21		
Número de alunos a frequentar o 1º Ciclo por idades								
Idades		6	7	8	9	10	11	
Número de alunos		15	14	28	16	6	1	
Número de alunos a frequentar o 2º Ciclo por idades								
Idades		9	10	11	12	13	14	
Número de alunos		4	7	13	6	2	2	
Número de alunos a frequentar o 3º Ciclo por idades								
Idades		11	12	13	14	15	16	17
Número de alunos		3	10	21	17	11	4	1

Atendendo às idades dos alunos nos diferentes níveis de ensino, os resultados revelam-nos ainda que no pré-escolar a idade mais representativa são as crianças com cinco anos, no 1º Ciclo são as crianças com oito anos, no 2º Ciclo são as crianças de onze anos e no 3º Ciclo são as crianças de treze anos. A partir do 1º Ciclo as frequências mais baixas estão nos extremos superiores, pois são constituídas pelos alunos que ultrapassaram as “idades normais” de frequência do respectivo nível de ensino.

Relativamente às taxas de escolarização, fizemos uma relação entre a população residente com base nos dados fornecidos pelo INE e a população escolar dos diversos níveis de ensino (tomamos por base as “idades normais” para a frequência de cada um desses níveis). Gostaríamos, no entanto, de salientar que os dados populacionais apresentadas não estarão isentos de erro, uma vez que pensamos que há variáveis importantes, como são por exemplo, o caso dos movimentos migratórios, que podem adulterar ligeiramente as conclusões. Considera-se, no entanto, que o desvio padrão não será elevado, uma vez que estamos na presença de um Concelho com uma dinâmica demográfica reduzida e uma dinâmica migratória da mesma natureza. Ainda respeitante aos valores da população escolar recenseada é necessário levar em consideração o facto do recenseamento efectuado não fornecer a indicação do Concelho de origem do estudante, pelo que poderão estar contemplados na análise alunos provenientes de Concelhos limítrofes.

Quadro 23. Taxas de escolarização por grupos etários

Taxas de escolarização					
Idades	3-5	6-9	10-11	12-14	15-19
População Residente	43	78	40	59	
Número de alunos	57	77	30	58	16
Taxa de Escolarização	133%	99%	75%	98%	

Através da análise do quadro 23 podemos constatar que as taxas médias de escolarização são elevadas em todos os intervalos etários, atingindo mesmo valores acima dos 100% entre os três e os cinco anos, o que significa que a grande maioria das crianças do concelho está escolarizada. Os resultados referentes ao ensino pré escolar revelam que poderá mesmo existir uma captação de alunos de outros concelhos vizinhos e que se deve, provavelmente, ao facto de alguns jovens acompanharem os pais nas suas deslocações casa/trabalho. Curiosamente o valor mais baixo de escolarização encontra-se no 2º Ciclo do Ensino Básico (crianças com idades compreendidas entre os 10 e 11 anos)

10.1. Caracterização da Rede Educativa

No concelho de Vila Velha de Ródão foram inventariados 9 estabelecimentos de ensino que se distribuem por três níveis de ensino (pré-escolar; 1º Ciclo e 2º e 3º Ciclos).

Quadro 24. Distribuição dos Estabel. de Ensino por Nível de Ensino e Freguesia

		V.V. Ródão	Fratel	Sarnadas	Total
Pré-escolar	Público	2	1	1	4
1º Ciclo	Público	2	1	1	4
2º e 3º Ciclos	Público	1	-	-	1
Ensino Recorrente		-	-	-	-
Total		5	2	2	9

Pela análise do quadro anterior verificamos que a maioria dos estabelecimentos de ensino (5) se situam na sede do concelho, estando também aí a única escola de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. Um outro dado relevante prende-se com o facto de em todas as freguesias mencionadas existir ensino Pré-escolar e 1º Ciclo em funcionamento.

10.1.1. Agrupamento Vertical de Vila Velha de Ródão

Dando cumprimento ao Decreto-Lei nº 115/98 de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, quando diz que “um agrupamento de escolas é uma unidade organizacional dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum que visa a construção de percursos escolares integrados, à articulação entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa”, as escolas de Vila Velha de Ródão constituíram-se num agrupamento vertical que integrou todas as escolas do concelho como se pode observar pelo quadro que segue, garantindo dessa forma que nenhum estabelecimento ficasse em condições de isolamento que pudesse dificultar uma prática pedagógica de qualidade.

Quadro 25. Escolas e Freguesias do Agrupamento Vertical de Vila Velha

Agrupamento Vertical de Vila Velha	
Freguesias	Escola
V.V. Ródão	Jardim de Infância de Vila Velha de Ródão
	Jardim de Infância de Porto do Tejo
	Escola do 1º CicloNº1 de Vila Velha de Ródão
	Escola do 1º CicloNº2 de Porto do Tejo
	Escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão
Fratel	Jardim de Infância de Fratel
	Escola do 1º Ciclo de Fratel
Sarnadas	Jardim de Infância de Sarnadas (Pólo itinerante)
	Escola do 1º Ciclo de Sarnadas de Ródão

O concelho de Vila Velha de Ródão possui apenas um agrupamento vertical de escolas, e é composto na sua totalidade por quatro Jardins de Infância , quatro escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e uma escola Básica de 2º e 3º Ciclos .

A escola sede do Agrupamento é a Escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão (núcleo urbano de hierarquia mais elevada).

Se olharmos para o peso de cada Ciclo de ensino no agrupamento, verificamos que as escolas do pré-escolar correspondem a 44,4%, as escolas do 1º Ciclo a 44,4%, e os restantes 11,2% correspondem a equipamentos de ensino de ciclos posteriores.

No quadro que segue podemos observar a distribuição dos alunos pelas escolas das diferentes freguesias que compõem o agrupamento de acordo com a idade.

Quadro 26. Síntese do Agrupamento Vertical de Vila Velha por escola e por idades

Alunos a frequentar o ensino pré-escolar										
ESCOLA/IDADE	3	4	5	TOTAL						
Jardim de Infância de Vila Velha de Ródão	9	5	5	19						
Jardim de Infância de Porto do Tejo	3	5	10	18						
Jardim de Infância de Fratel	3	5	5	13						
Jardim de Infância de Sarnadas (Pólo itinerante)	2	4	1	7						
TOTAL	17	19	21	57						
Alunos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico										
ESCOLA/IDADE	6	7	8	9	10	11	TOTAL			
Escola do 1º CicloNº1 de Vila Velha de Ródão	5	2	6	5			18			
Escola do 1º CicloNº2 de Porto do Tejo	6	5	15	6	2		34			
Escola do 1º Ciclo de Fratel	2	4	4	1		1	12			
Escola do 1º Ciclo de Sarnadas de Ródão	2	3	3	4	4		16			
TOTAL	15	14	28	16	6	1	80			
Alunos a frequentar os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico										
ESCOLA/IDADE	9	10	11	12	13	14	15	16	17	TOTAL
Escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão	4	7	16	16	23	19	11	4	1	101

Os resultados expressos no quadro anterior revelam que o agrupamento vertical de Vila Velha possui poucos alunos na sua totalidade (238). Podemos constatar que o ensino Pré-escolar representa apenas 24,0% dos alunos do agrupamento, o 1º Ciclo do Ensino Básico 33,6%, estando a maior percentagem (42,4%) a frequentar os 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico. Quanto à idade dos alunos podemos constatar que a grande maioria se enquadra dentro dos parâmetros normais para o Ciclo de Ensino que estão a frequentar como já referimos anteriormente.

10.1.2. Caracterização dos diferentes níveis de ensino presentes no Concelho de V. Velha

De seguida vamos caracterizar de forma mais pormenorizada cada um dos diferentes ciclos de ensino presentes no concelho de Vila Velha de Ródão, desde o pré-escolar até ao 3º Ciclo do

Ensino Básico. Nesta caracterização procuramos seguir as orientações emanadas pelo Manual para a Elaboração das Cartas Educativas elaborado pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, no âmbito da Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento da Educação.

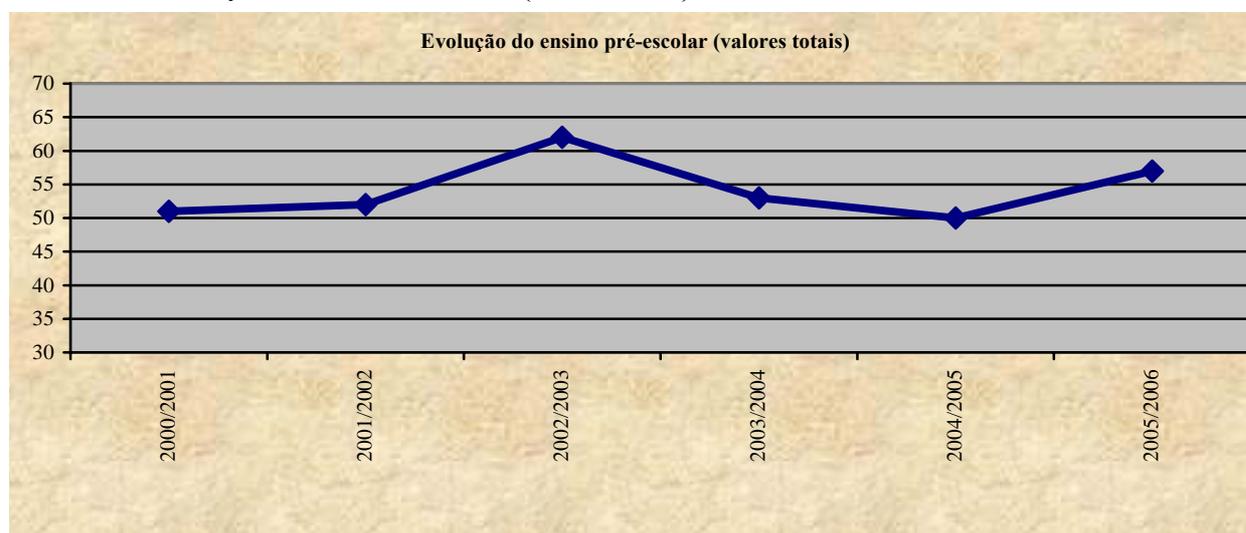
10.1.2.1. Caracterização do Ensino Pré-escolar

Começamos por apresentar a evolução da frequência do ensino Pré-escolar do concelho de Vila Velha de Ródão por freguesia desde o ano lectivo de 2000/2001, para ter uma ideia da variação.

Quadro 27. Evolução da população Pré-escolar por freguesias

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
V.V. Ródão	34	37	43	36	34	37
Fratel	9	10	14	12	11	13
Sarnadas	8	5	5	5	5	7
TOTAL	51	52	62	53	50	57

Gráfico 21. Evolução do ensino Pré-escolar (valores totais)



Os resultados expressos no quadro e gráfico anteriores, mostram que o número de crianças que tem frequentado o Pré-escolar no concelho de Vila Velha de Ródão é baixo, e que a variação se tem mantido relativamente estável ao longo dos últimos anos, uma vez que apresenta valores reduzidos quer quando analisamos os dados por freguesia, quer quando analisamos os valores totais anuais. Podemos no entanto constatar que entre os anos lectivos 2000/2001 e 2002/2003, houve um aumento do número de crianças a frequentar o Pré-escolar, seguido de um retrocesso



até ao ano 2004/2005, havendo de novo uma subida no último ano. Podemos concluir que no ensino Pré-escolar o concelho de Vila Velha de Ródão, ganhou seis alunos (12%) relativamente ao ano lectivo 2000/2001.

Quadro 28. Estabelecimentos de Ensino Pré-escolar por Freguesia e Tipo de Rede

Freguesia	Escola	Tipo de Rede
V.V. Ródão	Jardim de Infância de Vila Velha de Ródão	Público
	Jardim de Infância de Porto do Tejo	Público
Fratel	Jardim de Infância de Fratel	Público
Sarnadas	Jardim de Infância de Sarnadas (Pólo itinerante)	Público

Como já referimos anteriormente, ao nível do Pré-escolar encontramos estabelecimentos de ensino em 3 das freguesias do concelho, sendo que na sede de concelho existem duas instituições ligadas a este tipo de ensino (ambas pertencentes ao sector público).

Relativamente aos recursos humanos afectos ao ensino Pré-escolar, encontramos no concelho de Vila Velha de Ródão apenas quatro educadoras que se distribuem de forma equilibrada pelas diferentes instituições.

Quadro 29. Recursos Humanos Afectos aos Equipamentos de Ensino Pré-escolar

		Educadores	Tarefeiras	Auxiliares
Rede Pública	J.I. V.V. Ródão	1	-	1
	J.I Porto do Tejo	1	-	1
	J. I. Fratel	1	-	1
	J. I. Sarnadas	1	-	1

A rede Pré-escolar do concelho de Vila Velha de Ródão não possui tarefeiras, mas tem quatro auxiliares afectas aos estabelecimentos de ensino.

Quadro 30. Relação entre os recursos físicos e a população escolar dos equipamentos de ensino Pré-escolar

		Alunos	Capacidade Máxima (turmas)	Salas de Actividades	Salas Polivalentes	Salas de Informática	Outras Salas
Rede Pública	J.I. V.V. Ródão	19	1	1	-	-	-
	J.I Porto do Tejo	18	1	1	-	-	-
	J. I. Fratel	13	1	1	-	-	-
	J. I. Sarnadas	7	1	1	-	-	-
Total Concelho		57	4	4	-	-	-



Figura 5. Fotografias do edifício onde funcionam os jardins de Infância do Fratel e de Vila Velha

Quanto aos recursos físicos, os estabelecimentos de ensino Pré-escolar debatem-se com alguns problemas ao nível do espaço, bem como da sua adequação às crianças que os frequentam (um Jardim de Infância funciona no mesmo edifício da escola do 1º Ciclo, outro num centro de dia para a 3ª idade e outro nas instalações da Santa Casa da Misericórdia), havendo no entanto a preocupação de colmatar as deficiências de acordo com os requisitos legais. Podemos também constatar que as instituições têm apenas capacidade para albergar uma turma, pois só dispõem de uma sala de actividades em cada um dos jardins de Infância .

Um aspecto que importa salientar, tem a ver com o facto de todos os jardins de Infância terem capacidade de oferecer o almoço às crianças e também com a valência de prolongamento de horário que é oferecida em todos eles, mesmo utilizando espaços improvisados para o efeito. Trata-se de uma componente de extrema importância para apoio aos pais das crianças.

Relativamente aos rácios que dizem respeito ao número de alunos por educador ou número de alunos por sala, encontramos dois cenários, isto é, nos jardins de Infância da sede do concelho, os valores estão próximos daqueles que são apontados pelo Ministério da Educação

que sugerem que este rácio se deve situar entre 20 e 25 crianças por educador e por sala. Nos jardins de Infância de Fratel e Sarnadas os rácios estão muito abaixo desses valores apontados.

Quadro 31. Rácios do ensino Pré-escolar

	Rácio Alunos/Educador	Rácio Alunos/Sala	Rácio Professores/Sala
J.I. V.V. Ródão	19	19	1
J.I Porto do Tejo	18	18	1
J. I. Fratel	13	13	1
J. I. Sarnadas	7	7	1

Quanto ao rácio global educador/sala podemos verificar que é aceitável, uma vez que existe pelo menos um educador para cada sala, estando este número em conformidade com as normas do Ministério da Educação que apontam a importância de um educador por sala de actividades.

Para a aferir da eficácia da rede educativa sob o ponto de vista da correcta programação dos equipamentos utiliza-se a taxa de ocupação que relaciona o número de alunos e o número de salas. Para este efeito é necessário calcular as capacidades médias das salas do ensino Pré-escolar já que esta avaliação tem por base a assunção de que as salas possuem uma capacidade genérica entre os 20 e os 25 alunos por sala.

Quadro 32. Taxas de Ocupação das Escolas do Ensino Pré-escolar

Tipo de Rede	Escola	Nº de salas	Total de alunos	Taxa de Ocupação
Rede Pública	J.I. V.V. Ródão	1	19	76%
	J.I Porto do Tejo	1	18	72%
	J. I. Fratel	1	13	52%
	J. I. Sarnadas	1	7	28%

100 % = 25 alunos por sala – fonte do ministério

Se considerarmos uma taxa total de ocupação igual a 25 alunos por sala como sugerem as normas emanadas pelo Ministério da Educação, constatamos que a taxa global de ocupação da rede pública de Vila Velha de Ródão é baixa, situando-se apenas nos 57%.

Uma análise às condições infraestruturais dos equipamentos de ensino Pré-escolar, mostramos uma rede com algumas deficiências principalmente nos edifícios mais antigos (Jardim de Infância do Fratel) ou naqueles que foram construídos para outros fins, como são os casos dos jardins de Infância de Vila Velha ou de Sarnadas de Ródão, que funcionam respectivamente num espaço da Santa Casa da Misericórdia e num centro de dia para a 3ª idade, onde se nota uma

adaptação de salas, e outras condições que não foram previamente construídas para dar resposta às necessidades destas faixas etárias. Não obstante as constatações anteriores, podemos verificar que todos os edifícios onde funcionam os jardins de Infância têm ligação à rede de esgotos, possuem água canalizada com água quente. Relativamente ao sistema de aquecimento, podemos verificar que todos os estabelecimentos de ensino possuem sistema de aquecimento, embora nem sempre seja adequado às necessidades (Jardim de Infância do Fratel). Podemos ainda verificar que um dos problemas que afecta a maioria dos Jardins de Infância está relacionado com a inexistência de sistemas de arrefecimento (ar condicionado), tão importantes numa zona do país onde as temperaturas em certas fases do ano são tão elevadas.

Quadro 33. Condições Infraestruturais dos Equipamentos de Ensino Pré-escolar

		Recreio		Ligação à Rede Pública		Aquecimento (Eléctrico/Gás)
		Coberto	Descoberto	Água	Esgotos	
Rede Pública	J.I. V.V. Ródão	X	X	X	X	Aq. central com caldeira a lenha; Ar Condicionado
	J.I Porto do Tejo	-	X	X	X	Aq. central com caldeira a lenha
	J. I. Fratel	-	X	X	X	Radiadores a Óleo
	J. I. Sarnadas	-	X	X	X	Radiadores a Óleo



Figura 6. Fotografias do recreio exterior dos jardins de Infância de Vila Velha e do Fratel

Quanto aos espaços de recreio podemos constatar que nenhuma das instituições possui recreio exterior coberto à excepção do Jardim de Infância de Vila Velha, no entanto como podemos observar na figura anterior, esse espaço coberto está completamente desajustado às necessidades das crianças. Todos os Jardins de Infância possuem recreio exterior descoberto, mas desadequado nalguns casos e com problemas ao nível do estado de conservação (ver fig.6).

O parque edificado onde funciona a rede Pré-escolar, à excepção do Jardim de Infância do Fratel, encontra-se em bom estado de conservação, uma vez que estão integrados em edifícios relativamente novos.

Quanto aos almoços escolares, podemos constatar que todos os edifícios onde funcionam os jardins de Infância possuem refeitório.

Globalmente os equipamentos de ensino encontram-se razoavelmente dotados de mobiliário escolar adequado aos níveis de ensino aí ministrados e num estado de conservação considerado bom ou razoável. A situação é mais preocupante ao nível do material didáctico, uma vez que se encontraram deficiências em alguns dos equipamentos de ensino Pré-escolar.

Nos jardins de Infância do concelho de Vila Velha de Ródão encontramos apenas três crianças com necessidades educativas especiais distribuídas por três instituições (Jardim de Infância de Vila Velha de Ródão, Porto do Tejo e Fratel).

Quadro 34. Crianças com necessidades educativas especiais e crianças beneficiárias do transporte escolar

	Crianças com Necessidades Educativas Especiais	Crianças Beneficiárias de Transporte Escolar
J.I. V.V. Ródão	1	3
J.I Porto do Tejo	1	6
J. I. Fratel	1	3
J. I. Sarnadas	0	2
TOTAL CONCELHO	3	14

No quadro anterior podemos também observar, que são catorze as crianças beneficiárias do transporte escolar, e estão distribuídas pelos diferentes jardins de Infância do concelho.

10.1.2.2. Caracterização do 1º Ciclo do Ensino Básico

Nesta fase do trabalho vamos fazer uma análise ao 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Vila Velha de Ródão, procurando fazer uma caracterização semelhante à que foi efectuada relativamente à rede Pré-escolar de modo a perseguir uma certa uniformização na apresentação.

Quadro 35. Evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico por freguesia

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
V.V. Ródão	47	38	37	52	53	52
Fratel	17	17	15	15	16	12
Sarnadas	8	8	15	15	15	16
TOTAL	72	63	67	82	84	80

Gráfico 22. Evolução do 1º Ciclo do Ensino Básico (valores totais)



Os resultados expressos no quadro e gráfico anteriores, mostram que o número de alunos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Vila Velha é baixo, à semelhança de outros concelhos do Interior do país, e que a variação relativamente ao número de alunos de cada uma das freguesias se tem mantido dentro de patamares muito próximos nestes últimos anos. Quanto ao número total de alunos das diferentes freguesias do concelho, podemos verificar que tem vindo a crescer desde o ano lectivo 2001/2002, e apenas no último ano lectivo houve um ligeiro decréscimo.

Quadro 36. Evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
2000/01	-	-	-	-	72
2001/02	-	-	-	-	63
2002/03	16	18	18	15	67
2003/04	28	18	19	17	82
2004/05	16	32	16	20	84
2005/06	16	21	25	18	80

Os resultados relativos à evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico revelam que no último ano lectivo aumentou a população no 3º ano de escolaridade, enquanto que se verificou uma diminuição no 2º e 4º anos, com um decréscimo mais acentuado no 2º ano. Podemos ainda verificar que embora tenha havido oscilações nos diferentes anos lectivos com ganhos e perdas nos últimos anos, desde o ano lectivo 2001/2002 que o número total de alunos tem vindo a aumentar, apenas sofrendo uma ligeira quebra no último ano como já foi

referenciado anteriormente. Podemos concluir que no 1º Ciclo do Ensino Básico, o concelho de Vila Velha de Ródão ganhou 8 alunos (11,1%) relativamente ao ano lectivo 2000/2001.

No Concelho de Vila Velha de Ródão, o 1º Ciclo do Ensino Básico é ministrado em quatro estabelecimentos de ensino distribuídos por três das freguesias. Todo o 1º Ciclo do Ensino Básico pertence à rede pública, e como já referimos anteriormente todas as escolas do 1º Ciclo pertencem ao agrupamento vertical da Escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão.

Quadro 37. Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Escola	Tipo de Rede
V.V. Ródão	Escola do 1º Ciclo Nº1 de Vila Velha de Ródão*	Público
	Escola do 1º Ciclo Nº2 de Porto do Tejo	Público
Fratel	Escola do 1º Ciclo de Fratel	Público
Sarnadas	Escola do 1º Ciclo de Sarnadas de Ródão	Público

* - A escola funciona nas instalações da Escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão

Relativamente aos recursos humanos afectos ao 1º Ciclo do Ensino Básico, encontramos no concelho de Vila Velha de Ródão um total de quatro professores (todos com funções lectivas). Apenas uma das escolas do concelho possui mais que um professor (escola nº 2 Porto do Tejo).

Quadro 38. Recursos Humanos Afectos aos Equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico

	Alunos	Professores	Professores sem função lectiva	Funcionários Escolares
Escola Nº1 de Vila Velha de Ródão*	18	1	-	-
Escola Nº2 de Porto do Tejo	34	2	-	2
Escola do Fratel	12	1	-	1
Escola de Sarnadas de Ródão	16	1	-	1

* - A escola funciona nas instalações da Escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão

A rede do 1º Ciclo do concelho de Vila Velha de Ródão possui funcionários em todas as escolas (na escola Nº1 de Vila Velha de Ródão não vem mencionado o número uma vez que funciona nas instalações da Escola dos 2º e 3º Ciclos da sede do concelho).

Ao olhar para as escolas do 1º Ciclo do concelho de Vila Velha de Ródão encontramos um parque escolar com características diferenciadas, com edifícios antigos (Fratel e Sarnadas) e um edifício moderno (Porto do Tejo). De todos, o que se encontra em condições menos boas é o edifício onde funciona a escola do Fratel, que apresenta várias deficiências para o bom funcionamento das actividades lectivas (ver fig. 7).



Figura 7. Fotografias dos edifícios escolares do 1º Ciclo do Fratel, Sarnadas e Porto do Tejo

Pela análise dos recursos físicos das escolas do 1º Ciclo podemos constatar ainda que a capacidade máxima supera o número de salas que se encontram a funcionar (a escola do Fratel tem uma sala vazia), o que indica que neste momento a oferta de espaço supera a necessidade. Gostaríamos no entanto de realçar o facto de na sede do concelho faltar uma sala de aula, o que faz com que uma turma de crianças esteja alojada na escola sede do agrupamento.

Quadro 39. Recursos físicos dos equipamentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

	Alunos	Cap. Máxima (turmas)	Salas de Aulas a funcionar	Salas Polivalentes	Salas de Informática	Salas de ATL	Biblioteca	Outras Salas
Escola N.º1 de Vila Velha de Ródão	18	-	1	-	-	-	-	-
Escola N.º2 de Porto do Tejo	34	2	2	-	-	-	-	-
Escola do Fratel	12	2	1	-	-	-	-	1
Escola de Sarnadas de Ródão	16	1	1	-	-	-	-	-
Total (Concelho)	80	6	5	-	-	-	-	-

Para além das salas de aula, as escolas do 1º Ciclo do concelho de Vila Velha de Ródão não possuem nenhuma sala polivalente onde as crianças possam desenvolver diferentes actividades, não possuem biblioteca nem salas de informática, embora todas tenham pelo menos um computador com ligação à Internet. Uma das escolas possui uma sala de aulas vazia igual àquela onde decorrem as actividades lectivas.

Relativamente aos rácios, os que dizem respeito ao número de alunos por professor ou por sala é baixo em todas as escolas do concelho de Vila Velha de Ródão, ficando distante das

normas do Ministério da Educação que sugerem que este rácio deve situar-se entre vinte e vinte e cinco crianças por professor e por sala.

Quadro 40. Rácios no 1º Ciclo do Ensino Básico

	Rácio Alunos/Professor	Rácio Alunos/Sala	Rácio Professores/Sala
Escola N°1 de Vila Velha de Ródão	18	18	1
Escola N°2 de Porto do Tejo	17	17	1
Escola do Fratel	12	12	1
Escola de Sarnadas de Ródão	16	16	1

Quanto ao rácio global professor/sala podemos verificar que está de acordo com o preconizado pelo Ministério da Educação que aponta um professor por sala.

Os resultados obtidos relativamente à taxa de ocupação das escolas reflectem aqueles que foram apresentados anteriormente quando falamos dos rácios, pois também aqui podemos observar que apenas uma das escolas possui uma taxa de ocupação acima dos 70%, havendo mesmo uma escola com um rácio inferior a 50% (escola do Fratel).

Quadro 41. Taxas de ocupação das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola	Nº de salas a funcionar	Total de alunos	Taxa de Ocupação
Escola N°1 de Vila Velha de Ródão	1	18	72%
Escola N°2 de Porto do Tejo	2	34	68%
Escola do Fratel	1	12	48%
Escola de Sarnadas de Ródão	1	16	64%

Quanto às infra-estruturas das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico podemos constatar que nenhuma das instituições possui recreio exterior coberto e todas possuem recreio exterior descoberto mas com muitas limitações, como se pode observar nos exemplos da figura 8.



Figura 8. Fotografias dos recreios das escolas do 1º Ciclo do Fratel, Porto do Tejo e Sarnadas de Ródão

O parque edificado da rede do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Vila Velha de Ródão possui como já referimos anteriormente características diferenciadas, sendo o edifício onde funciona a escola do Fratel aquele que possui condições menos boas. Podemos também constatar que todas as escolas estão ligadas à rede pública de água e esgotos.

Quadro 42. Condições de Infra-estruturação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

	Recreio		Ligação à Rede Pública		Aquecimento (eléctr./gás)	Cantina
	Coberto	Descoberto	Água	Esgotos		
Escola Nº1 de Vila Velha de Ródão	-	X	X	X	Aq. central com caldeira a lenha	X
Escola Nº2 de Porto do Tejo	-	X	X	X	Aq. central com caldeira a lenha	X
Escola do Fratel	-	X	X	X	Aq. central com caldeira a lenha	X
Escola de Sarnadas de Ródão	-	X	X	X	Radiadores a Óleo	X

Podemos constatar que todos os edifícios onde funcionam as escolas possuem cantina, o que é importante pois desta forma as crianças não têm necessidade de se deslocar para fora da instituição escolar para almoçar.

Todas as escolas possuem aquecimento central a lenha com caldeira e radiadores, à excepção da escola de Sarnadas de Ródão que possui aquecimento com radiadores a óleo. Podemos ainda verificar que um dos problemas que afecta a maioria das escolas está relacionado com a inexistência de sistemas de arrefecimento (ar condicionado), tão importantes numa zona do país onde as temperaturas em certas fases do ano são tão elevadas.

Globalmente os equipamentos de ensino encontram-se razoavelmente dotados de mobiliário escolar em boas condições (a escola do Fratel parece-nos ser uma excepção, pois encontramos mobiliário envelhecido e algo degradado). Podemos também verificar que na generalidade o material está adequado aos níveis de ensino aí ministrados.

Relativamente às crianças com necessidades educativas especiais a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Vila Velha de Ródão, podemos verificar pela análise do quadro que segue que são dezanove crianças no total e estão divididas por todas as escolas. São cinco as

turmas que acolhem crianças com necessidades educativas especiais, e apenas na escola de Porto do Tejo estão em mais que uma turma.

Quadro 43. Necessidades Educativas Especiais e Transporte Escolar

	Crianças com Necessidades Educativas Especiais	Turmas com Crianças com Necessidades Educativas Especiais	Crianças Beneficiárias Transporte Escolar
Escola Nº1 de Vila Velha de Ródão	2	1	5
Escola Nº2 de Porto do Tejo	6	2	4
Escola do Fratel	4	1	6
Escola de Sarnadas de Ródão	7	1	7
TOTAL	19	5	22

A análise do quadro anterior mostra-nos, que nas escolas do 1º Ciclo do concelho de Vila Velha de Ródão há algumas crianças beneficiárias do transporte escolar (22), estando também elas divididas pelas diferentes escolas.

10.1.2.3. Caracterização dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

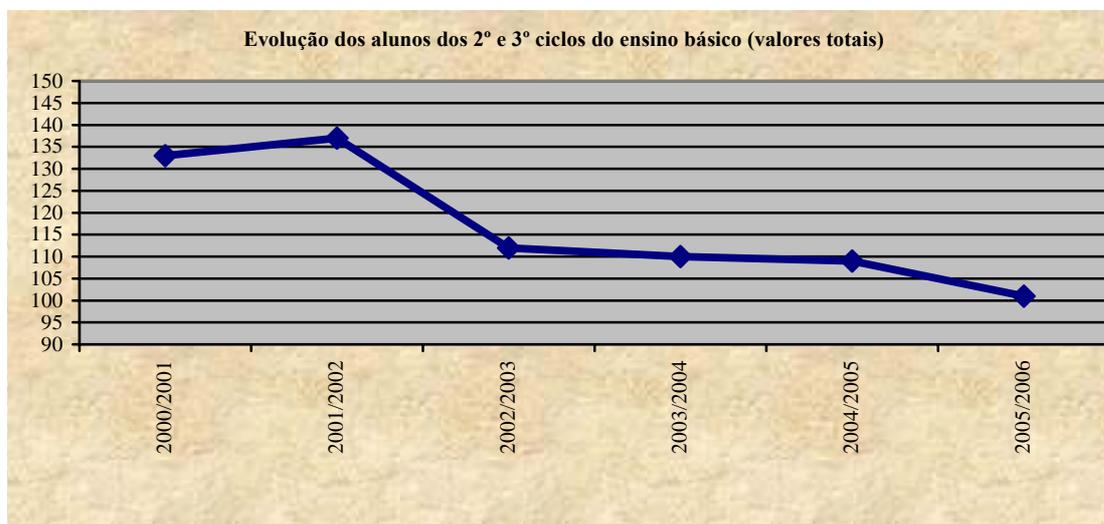
Tal como fizemos para a rede Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, vamos de seguida analisar a evolução dos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

Os resultados relativos à evolução da população dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico revelam que no último ano houve uma certa estabilização do número de alunos nos diferentes anos de escolaridade, à excepção do 7º ano onde se notou uma quebra mais acentuada.

Quadro 44. Evolução da população do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
2000/01	28	15	33	36	21	133
2001/02	27	24	23	25	38	137
2002/03	24	26	21	26	15	112
2003/04	14	30	23	24	19	110
2004/05	18	18	29	24	20	109
2005/06	18	16	21	24	22	101

Gráfico 23. Evolução dos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (valores totais)



A análise do quadro e gráfico anteriores mostram-nos em relação aos valores totais que houve uma ligeira subida de 2000/2001 até 2001/2002 e desde aí, o número total de alunos a frequentar o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico no concelho de Vila Velha de Ródão tem vindo a diminuir até à actualidade, verificando-se a maior quebra entre os anos 2001/2002 e 2002/2003. Podemos concluir que relativamente aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico o concelho de Vila Velha de Ródão perdeu 32 alunos (24,1%) desde o ano lectivo 2000/2001.

No Concelho de Vila Velha de Ródão, há apenas uma escola com 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico (Escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão) que é a escola sede do agrupamento vertical.

Quadro 45. Escola dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Tipo de Rede	Escola	Freguesia
Rede Pública	Escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão	Vila Velha de Ródão

A escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão pertence à rede pública, possui seis turmas distribuídas desde o 5º ano de escolaridade até ao 9º ano, e apenas no 8º ano há duas turmas a funcionar.

Quadro 46. Recursos Humanos no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

		Ano	Nº de Turmas	Nº de Alunos	Nº de Professores	Funcionários
Rede Pública	Escola do 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão	5º	1	18	12	25
		6º	1	16		
		7º	1	21	15	
		8º	2	24		
		9º	1	22		
TOTAL			6	101	27	25

A escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão possui vinte e sete professores (doze pertencentes ao 2º Ciclo e quinze ao 3º Ciclo) e vinte e cinco funcionários.

Quanto a recursos físicos podemos observar, que a escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão possui salas com diferentes características de apoio à leccionação (oito salas de aula, uma sala polivalente, uma sala de Informática, uma sala de Música, duas salas de Educação Visual e três outras salas), possui um laboratório de Física/Química, uma Biblioteca, um Auditório e um Refeitório.

Quadro 47. Recursos físicos e equipamentos de ensino do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

		Alunos	Salas de Aulas	Salas Polivalentes	Salas de Informática	Salas de Música	Salas de Educ. Visual	Lab. Física/Química	Lab. Ciências	Outros Laboratórios	Biblioteca	Auditório	Refeitório	Outras Salas
Rede Pública	Escola do 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão	101	8	1	1	1	2	1	-	-	1	1	1	-
Total (Concelho)		101	8	1	1	1	2	1	-	-	1	1	1	-

Os resultados apresentados no quadro que segue, permitem verificar que os rácios da escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão, têm todos valores baixos à exceção do rácio salas de aula/turma, onde podemos verificar que existem mais salas de aula que turmas a funcionar na escola (o valor do rácio é por isso superior a um).

Quadro 48. Rácios do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Escola	Rácio Alunos / Professor	Rácio Alunos / Sala	Rácio Professores / Sala	Rácio Alunos / Turma	Rácio Salas Aula / Turma
Escola do 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão	3,7	12,6	3,4	16,8	1,3

a) No nº de salas a funcionar estão incluídas apenas as salas de aula

Relativamente à taxa de ocupação das salas da escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão, ela é bastante baixa (50,5%), apesar de termos considerado na taxa de ocupação apresentada apenas as salas de aula normais. Este valor podia ainda ser mais reduzido se considerássemos também as outras salas e laboratórios disponíveis na escola. Consideramos que a escola possui recursos físicos e equipamentos de ensino de qualidade para os alunos que a frequentam, estando no entanto muito abaixo da sua capacidade de oferta.

Quadro 49. Taxas de ocupação das escolas dos 2º, 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

Escola	Nº de salas de aula a funcionar	Total de alunos	Taxa de Ocupação
Escola do 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão	8	101	50,5%

a) No nº de salas a funcionar estão incluídas apenas as salas de aula

No que a instalações desportivas diz respeito, consideramos que a escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão possui as condições indispensáveis e adequadas para a prática da disciplina de Educação Física e do desporto escolar.

Quadro 50. Instalações Desportivas das Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º Ciclos

	Campo Jogos	Polidesportivo	Pavilhão Desportivo	Balneários
Escola do 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão	1	1	1	2

Frequentam a escola dos 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão, nove crianças com necessidades educativas especiais de carácter prolongado, distribuídas por duas turmas.

Quadro 51. Necessidades Educativas Especiais e Transporte Escolar

	Nº de crianças com Necessidades Educativas Especiais	Turmas com crianças com Necessidades Educativas Especiais	Crianças Beneficiárias Transporte Escolar
Escola do 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão	9	2	88

Podemos também constatar que muitas das crianças (88) são beneficiárias do transporte escolar, uma vez que se deslocam das aldeias vizinhas para Vila Velha de Ródão para frequentar a escola da sede do concelho.

10.2. Acção Social Escolar /Apoio à Família

No âmbito da acção social escolar a autarquia assegura apoio às crianças do Ensino Pré-escolar (fornecimento de almoço e lanche; prolongamento diário do horário e serviço de compensação das ausências da educadora e transporte) e às crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico (fornecimento de almoço e ATL/Prolongamento e transporte). A nível do transporte a autarquia apoia também crianças e jovens que se encontram a frequentar ciclos de estudo que vão para além do 1º Ciclo.

10.3. Previsão de evolução da população escolar dos vários ciclos de estudos

Trataremos, neste capítulo, de prever qual será a evolução da população a frequentar cada um dos ciclos de estudos, e dentro destes, em cada um dos anos de escolaridade e cada uma das escolas em todos os anos lectivos entre 2006 e 2010.

Para isso teremos em conta um conjunto de factores que importa enumerar:

- Evolução da população residente do concelho de Vila Velha de Ródão, tendo em conta os censos gerais á população entre 1981 e 2001.
- Evolução da população dos vários grupos etários do concelho de Vila Velha de Ródão, tendo em conta os censos gerais á população entre 1981 e 2001.
- Análise do número de nascimentos, por ano civil e até ao ano de 2004, no concelho de Vila Velha de Ródão e em todas as suas freguesias.
- Previsões do número de nascimentos no período entre 2005 e 2010, no concelho de Vila Velha de Ródão e em todas as suas freguesias.
- Análise das taxas de escolarização dos vários anos lectivos e das várias escolas de cada um dos ciclos de estudos.
- Análise do número de alunos a frequentar cada um dos anos escolares de cada um dos ciclos de estudos, nos anos lectivos compreendidos entre 2000 e 2005.

Do contacto que a equipa teve com as várias escolas, Jardins de Infância, sede de agrupamento vertical de escolas e Câmara Municipal tornou-se clara a existência de factores que, tal como em qualquer outro estudo que envolva a previsão de dados, são muito difíceis de quantificar com uma margem de erro aceitável. Referimo-nos, por exemplo a factores como:



- Movimentos migratórios da população, quer ao nível do concelho, quer ao nível de concelhos limítrofes, do país ou mesmo do estrangeiro.
- Movimentos de alunos do concelho que optam por frequentar cursos de estudos que só existem noutros concelhos (por exemplo cursos técnico profissionais)

Quadro 52 - Previsão de evolução da população do Ensino Pré-escolar

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
V.V. Ródão	34	37	43	36	34	37	37	37	37	37	37
Fratel	9	10	14	12	11	13	14	14	15	15	16
Sarnadas	8	5	5	5	5	7	5	5	5	5	5
TOTAL	51	52	62	53	50	57	56	56	57	57	57

Quadro 53 - Variação percentual de 2000/01 a 2010/11

	Variação percentual	
	2000/01-2005/06	2005/06-2010/11
V.V. Ródão	8,82%	0,00%
Fratel	44,44%	23,08%
Sarnadas	-12,50%	-28,57%
TOTAL	11,76%	0,00%

A observação dos quadros anteriores permite concluir que até ao ano lectivo de 2010/2011, a variação do efectivo populacional do ensino Pré-escolar deverá ser nula, quando comparada com o ano lectivo 2005/06.

No período 2000/2006 verificou-se um aumento no número de alunos a frequentar o ensino Pré-escolar no concelho (11,76%). A este crescimento sucede-se uma estagnação e o número total de alunos matriculados no ensino Pré-escolar no ano lectivo 2010/11, no concelho de Vila Velha de Ródão, deverá ser exactamente o mesmo que no ano lectivo 2005/06.

Relativamente às freguesias do concelho, a variação deverá ser diversificada.

Nos anos lectivos do quinquénio 2000 a 2005 o decréscimo do efectivo populacional da freguesia das Sarnadas (-12,5%) foi compensado pelo crescimento verificado nas freguesias do Fratel (44,44%) e de Vila Velha de Ródão (8,82%).

Prevê-se que os anos lectivos compreendidos entre 2005/06 e 2010/11 sejam caracterizados por um crescimento nulo na sede do concelho, enquanto que nas freguesias do Fratel e das Sarnadas se verifiquem variações populacionais (respectivamente 23% e -29%).



Quadro 54 - Previsão de evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
V.V. Ródão	47	38	37	52	53	52	55	57	60	62	65
Fratel	17	17	15	15	16	12	13	12	11	10	9
Sarnadas	8	8	15	15	15	16	19	21	22	24	26
TOTAL	72	63	67	82	84	80	86	90	93	97	100

Quadro 55 - Variação percentual de 2000/01 a 2010/11

	Variação percentual	
	2000/01-2005/06	2005/06-2010/11
V.V. Ródão	10,64%	25,00%
Fratel	-29,41%	-25,00%
Sarnadas	100,00%	62,50%
TOTAL	11,11%	25,00%

No que se refere ao 1º Ciclo do Ensino Básico prevê-se que o número total de alunos tenha um aumento significativo a nível do concelho. Do ano lectivo 2000/01 para o ano lectivo 2010/11 prevê-se um acréscimo de 28 alunos no efectivo escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, o que representa um crescimento percentual de 38,88%.

Globalmente, e no período compreendido entre os anos lectivos de 2005/06 e 2010/11 o aumento do número de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho deverá situar-se ao nível de 25% reforçando, assim, a evolução positiva que o número total de alunos do 1º Ciclo no concelho já evidencia entre 2000/01 e 2005/2006 (11,11%).

Analisemos, agora, a evolução do número de alunos matriculados em cada umas das freguesias do concelho.

Nas freguesias de Vila velha de Ródão e de Sarnadas a população matriculada no 1º Ciclo do Ensino Básico deverá aumentar. A evolução verificada, nestas freguesias, no período compreendido entre 2000 e 2005 (10,64% e 100% respectivamente) deverá manter-se no período compreendido entre 2006 e 2010, ainda que com valores de crescimento diferentes (25% e 62,5% respectivamente). Estas taxas de crescimento representam um aumento populacional de 13 e 10 alunos respectivamente.

Na freguesia do Fratel, o decréscimo já registado no período compreendido entre 2000/01 e 2005/06 (-29,41%) deverá manter-se no período compreendido entre os anos lectivos de 2005/06 e 2010/11, ainda que ligeiramente atenuado (-25%)



Quadro 56 - Previsão de evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico por ano de escolaridade

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
1º ano	*	*	16	28	16	16	16	15	14	12	11
2º ano	*	*	18	18	32	21	28	30	33	35	37
3º ano	*	*	18	19	16	25	24	26	28	29	31
4º ano	*	*	15	17	20	18	21	22	23	24	25
Total	72	63	67	82	84	80	86	90	93	97	100

* Dados indisponíveis

Quadro 57 - Variação percentual de 2000/01 a 2010/11

	Variação percentual	
	2000/01-2005/06	2005/06-2010/11
1º ano	*	-12,50%
2º ano	*	52,38%
3º ano	*	8,00%
4º ano	*	27,78%
Total	11,11%	25,00%

* Dados indisponíveis

Analisando os dados por ano de escolaridade (e apesar não nos ter sido disponibilizado o número de alunos matriculados por ano de escolaridade nos anos lectivos de 2000/01 e 2001/02) verificamos que todos os anos de escolaridade apresentam, até 2005/06, um aumento ou, pelo menos, uma manutenção do seu número de efectivos. No período compreendido entre os anos lectivos 2005/06 e 2010/11 apenas o 1º ano de escolaridade registará um decréscimo populacional de -12,5% (correspondente a uma diminuição de 6 alunos). Neste mesmo período os 2º, 3º e 4º anos de escolaridade deverão crescer em número de alunos matriculados com taxas de, respectivamente, 52%, 8% e 28%, correspondentes a um aumento de 16, 6 e 7 alunos em cada um dos anos de escolaridade referidos.

Quadro 58 - Previsão de evolução da população dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
5º ano	28	27	24	14	18	18	20	23	21	18	16
6º ano	15	24	26	30	18	16	19	20	24	20	17
7º ano	33	23	21	23	29	21	15	18	19	23	20
8º ano	36	25	26	24	24	24	21	17	17	17	21
9º ano	21	38	15	19	20	22	23	23	16	15	15
Total	133	137	112	110	109	101	98	101	97	93	89



Quadro 59 - Variação percentual de 2000/01 a 2010/11

	Variação percentual	
	2000/01-2005/06	2005/06-2010/11
5º ano	-35,71%	-11,11%
6º ano	6,67%	6,25%
7º ano	-36,36%	-4,76%
8º ano	-33,33%	-12,50%
9º ano	4,76%	-31,82%
Total	-24,06%	-11,88%

A análise das tabelas anteriores permite-nos dizer que a população dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico terão comportamentos diferentes entre os anos lectivos 2005/06 e 2010/11.

Quando comparamos o número de alunos matriculados em 2000/01 com o número de alunos que se prevêem estar a frequentar em 2010/2011 o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, verificamos que, em conjunto, estes ciclos de estudos terão uma diminuição de 44 alunos (-33%). Esta diminuição manifesta diferentes variações ao longo da década em análise. No período compreendido entre os anos lectivos de 2000/01 e 2005/2006 a taxa de decréscimo situa-se nos -24,06% para no período compreendido entre 2005/06 e 2010/11 se situar ao nível de -11,88%.

Analisemos cada um dos anos de escolaridade dos ciclos em estudo.

No que respeita ao 5º ano de escolaridade, que até 2005/2006 tinha diminuído o número de alunos matriculados em -35,71%, deverá no período compreendido entre 2005/06 e 2010/11 sofrer uma quebra menos significativa de -11,11%.

O 6º ano de escolaridade, que até 2005/2006 tinha aumentado o número de alunos matriculados em 6,67%, deverá no período compreendido entre 2005/06 e 2010/11 manter os níveis de crescimento sensivelmente idênticos (6,25%).

No 3º Ciclo do Ensino Básico, quando comparamos os mesmos períodos verificamos que a evolução é bastante diversificada.

Prevê-se para o número de alunos a frequentar o 7º ano de escolaridade uma diminuição da tendência generalizada de queda que entre 2000/01 e 2005/2006 era de -36 % e entre os anos lectivos 2005/06 e 2010/11 deverá estar situada ao nível de -5%.

Relativamente ao 8º ano de escolaridade a diminuição do número de alunos desagrava-se passando de -33% entre os anos lectivos 2000/01 e 2005/2006 para valores da ordem de -13% entre os anos lectivos 2005/06 e 2010/11.



No 9º ano de escolaridade, que até 2005/2006 tinha aumentado o número de alunos matriculados em 5%, deverá no período compreendido entre 2005/06 e 2010/11 sofrer uma quebra muito significativa de -32%.

11. Critérios de Ordenamento da Rede Educativa

O entendimento de que a educação e formação profissional constituem um processo integrado, é reforçado e operacionalizado pela actual reforma do sistema educativo. Esta orientação dá continuidade a medidas políticas de igual sentido, que vinham a ser tomadas em articulação com decisões e orientações comunitárias e que foram particularmente reforçadas após a decisão estratégica de promover a aprendizagem ao longo da vida, adoptada no Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000, durante a presidência Portuguesa da Comunidade. Neste conselho foi aprovada uma nova estratégia para a Europa, baseada na inovação e na formação ao longo da vida, como suporte do desenvolvimento económico e social.

Os princípios e os objectivos que norteiam a política educativa de um país reflectem-se na concepção e na implantação da rede de estabelecimentos de educação, ensino e formação. Qualquer parque escolar traduz as marcas e as opções, tomadas ao longo dos anos em contextos de permanente evolução social, científica, económica e política. As construções escolares edificadas sobretudo a partir do século XIX, com fronteiras espaciais e arquitectónicas rígidas, revelam-se actualmente inadequadas, tanto a novas concepções e modelos de aprendizagem como à distribuição territorial da população, e têm vindo progressivamente a ser ultrapassadas, em muitos casos, pela força da própria dinâmica social e educativa desencadeada a nível local.

A existência e o reconhecimento dessa dinâmica são um elemento essencial da construção da dimensão local da política e acção educativa e uma variável fundamental a considerar no planeamento da rede. Por isso, ao pensar os objectivos do planeamento da rede, deve partir-se de um quadro conceptual de inteligibilidade da realidade, afastando-se de qualquer posicionamento determinista e visão centralista, que facilite a criação de um sistema operativo flexível capaz de servir e apoiar as diferentes respostas a encontrar a nível local e regional.

O documento orientador do reordenamento da rede educativa elaborado pelo Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação aponta um conjunto de princípios que devem constituir o quadro de inteligibilidade que sustenta o planeamento da rede, e que passamos a citar:

- reconhecimento da importância da participação social na construção da ordem local e na definição do bem comum, defendendo a negociação entre parceiros oriundos de diferentes sectores da sociedade (educação, autarquias, interesses económicos, entre outros) como um elemento fundamental a ter em conta na definição e desenvolvimento da rede educativa;

- entendimento da rede educativa como uma malha da rede maior e mais geral de equipamentos locais de diversa natureza, que têm como fim comum contribuir para o desenvolvimento nacional através da satisfação das necessidades e aspirações identificadas a nível local;
- concepção da aprendizagem e desenvolvimento educativo como um processo sequencial, integrado e complementar, não compartimentado, nem no espaço, nem no tempo, nem nos saberes. Concepção que exige o esforço da articulação de todo o sistema de educação e ensino, e entre este e todos os outros processos e situações educativas a que a escola deve abrir-se numa perspectiva de contributo para a valorização dos recursos humanos.

De acordo com os princípios orientadores referidos anteriormente, pensamos ser fundamental ter em conta quatro pontos que nos parecem ser determinantes:

1. A rede educativa deverá cobrir de uma forma coerente a totalidade do concelho, de modo a dar resposta às necessidades de formação ao nível da escolaridade obrigatória gerada pela população residente (projectão temporal para um horizonte até 2010/2011), contribuindo para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais, assegurando a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.
2. A rede do ensino Pré-escolar (público e privado) deve assegurar a cobertura total da procura gerada pela população residente no concelho (projectão temporal para um horizonte até 2010/2011) com níveis de qualidade adequados, de forma a favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as potencialidades das crianças.
3. Nas previsões da procura do ensino, ter em conta o alargamento da escolaridade obrigatória até aos dezoito anos de idade, devendo a rede escolar dar cobertura integral à procura gerada pela população residente no concelho (projectão temporal para um horizonte até 2010/2011).
4. Na requalificação do parque escolar deve procurar-se proporcionar a alunos, professores e outros intervenientes na acção educativa, as condições mais apropriadas para o desenvolvimento de um ensino de qualidade para que possa haver um pleno desenvolvimento dos processos educativos e das aprendizagens.

O reordenamento da rede, embora tenha na sua base questões de ordem financeira, sustenta-se fundamentalmente em questões pedagógicas e funcionais, dando particular importância e prioridade às necessidades que se traduzam numa efectiva melhoria da qualidade do serviço educativo prestado às crianças do concelho, tais como:

- Melhoria das condições pedagógicas e elevação dos processos educativos e das aprendizagens nas escolas;



- Desenvolvimento de processos de socialização, com o objectivo de superar as condições de isolamento a que são submetidas muitas crianças e professores;
- Racionalização na utilização dos recursos educativos, didácticos e humanos, de forma a potenciar o desenvolvimento integral das crianças.

Na proposta de reordenamento da rede apresentada procuramos ter em conta critérios, por vezes contraditórios, como são, por um lado, a importância de uma oferta de proximidade que evite deslocações incómodas (principalmente para as crianças mais novas), e, por outro, preocupações relacionadas com a concentração da oferta, que permite melhores condições na qualidade dos serviços educativos prestados.

No reordenamento da rede educativa, levamos em linha de conta algumas premissas apontadas pelo Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação (Oliveira, Coragem e Martins, 2000a), nomeadamente a desactivação de escolas do 1º Ciclo para as quais se projecta um número de alunos inferior a vinte (evidenciando uma procura de ensino abaixo dos limiares críticos) e a criação de pólos de oferta de educação Pré-escolar e de 1º Ciclo em locais que, pela sua área de influência, tenham um potencial de captação de alunos em número adequado que possam favorecer o desenvolvimento dos processos educativos. Procuramos, de igual modo, e sempre que possível evitar o recurso a turmas com níveis de escolaridade diferenciados.

Relativamente aos locais de implementação dos pólos de concentração da oferta educativa ao nível do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, procuramos ter em conta as dinâmicas demográficas e de desenvolvimento, bem como as distâncias nos trajectos e a rede de transportes e também orientações estratégicas dos diferentes agentes envolvidos no processo educativo e da câmara municipal. Levamos, ainda, em linha de conta o possível aproveitamento do parque escolar existente.

Considerando o atrás referido, propomos um projecto de reestruturação da rede educativa ao nível do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico que procure a integralidade do percurso escolar, a promoção de um espírito de comunidade, a complementaridade entre freguesias, a gestão racional dos recursos e sua modernização, a promoção de um clima securizante e de melhor aproveitamento das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Pretendemos, assim, melhorar a oferta formativa procurando dar a resposta mais adequada às necessidades e anseios dos residentes no concelho, de forma a contribuir para que o mesmo se

torne mais atractivo, ajudando a fixar as populações. Por outro lado, há a preocupação com a melhoria do parque escolar de forma a proporcionar aos alunos, professores e demais agentes que fazem parte do sistema educativo instalações e dotações de equipamentos adequados a uma boa vivência, às exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos e das aprendizagens.

11.1. Critérios de reordenamento relacionados com os diferentes ciclos de ensino

No reordenamento da rede educativa, é fundamental ter em linha de conta algumas premissas determinantes, apontadas pelo Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação (Oliveira, Coragem e Martins, 2000a), em cada um dos ciclos de ensino e que passamos a citar:

■ Na Educação pré-escolar

- A educação Pré-escolar pode realizar-se em unidades distintas ou incluídas em outras unidades onde também seja ministrado o Ensino Básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar.
- Cada sala de educação Pré-escolar deve ter uma frequência mínima de 20 e máxima de 25 crianças.
- Em zonas de baixa densidade populacional poderá ser autorizada uma frequência inferior a 20 ou a adopção de modalidades alternativas, designadamente de educação itinerante e a animação infantil comunitária.

Os requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação Pré-escolar, devem obedecer a critérios gerais, tais como:

- a) Integração ou associação dos estabelecimentos de educação Pré-escolar com os vários equipamentos colectivos, nomeadamente estabelecimentos de ensino ou com outro tipo de equipamento colectivo compatível, numa perspectiva de racionalização e articulação de gestão e utilização dos recursos físicos e humanos;
- b) Versatilidade na criação ou reconversão de instalações destinadas aos estabelecimentos de educação Pré-escolar, de modo a permitirem adaptações à evolução da procura e à dinâmica dos métodos e objectivos pedagógicos, educacionais e de apoio social.

- c) Variedade de tipologias de estabelecimentos de modo a adequar as funções, o tipo de atendimento oferecido e as dimensões dos estabelecimentos de educação Pré-escolar à especificidade de cada local ou região tendo em conta a conjugação de princípios de carácter pedagógico, educacional, apoio social, administrativo, financeiro e arquitectónico.

Prevê ainda que, se se verificar a necessidade de criação de uma única sala, a solução poderá ser a de integração noutro tipo de equipamento colectivo.

De acordo com os princípios definidos consideram-se as seguintes tipologias para os estabelecimentos de educação Pré-escolar:

- Jardins de Infância (JI)
- Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI)
- Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EBI/JI)

■ No 1º Ciclo do Ensino Básico

Os dados do ministério da educação permitem verificar que a actual rede do 1º Ciclo do Ensino Básico compõe-se ainda, na sua maioria (cerca de 57 %), de escolas de muito pequena dimensão (1 ou 2 lugares docentes). O problema destas escolas, que se situam frequentemente em áreas desvitalizadas, de grande dispersão populacional e de difícil acessibilidade, constitui um dos problemas mais preocupantes no reordenamento da rede do Ensino Básico, representando frequentemente um sério constrangimento à implementação das medidas propostas pela Lei de Bases do Sistema Educativo.

Nos últimos anos têm sido postas em prática as medidas consideradas mais adequadas à resolução de cada caso mas que passam, normalmente, pelo agrupamento de escolas ou pela concentração de alunos em estabelecimentos de maior dimensão, desde que estes possuam as condições físicas indispensáveis ao cumprimento dos actuais objectivos curriculares e ao pleno desenvolvimento educativo e social das crianças, de forma qualificada e qualificante.

O princípio definido na LBSE de evitar a vinculação dos edifícios a um único nível de ensino tem vindo a ser posto em prática pelas Direcções Regionais de Educação, como forma de rentabilizar o parque escolar através de uma melhor gestão de espaços que, entretanto, ficaram sub-ocupados devido ao decréscimo de frequência. Com efeito, e tal como se pode constatar pela análise comparativa dos dados relativos à situação do parque escolar, existe um número muito significativo de estabelecimentos de educação Pré-escolar criados para funcionar em salas



devolutas de antigas escolas primárias que assim passaram à tipologia Escola Básica de 1º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI).

Os critérios para suspensão de escolas de 1º Ciclo são aprovados anualmente por despacho ministerial, sob proposta da estrutura coordenadora do Movimento Anual da Rede Escolar (MARE), quando não se verifique uma das seguintes condições:

1. Escolas cuja frequência prevista para o ano lectivo seguinte seja igual ou inferior a 10 alunos (nº 3 do artº 70º do Dec.Lei 35/88, de 4 de Fevereiro);
2. Escolas unitárias, independentemente do número de alunos, onde nos dois últimos anos se tenha verificado a impossibilidade de fixar professores, decorrente da inexistência de transporte de ligação à escola (adequado ao horário de funcionamento da mesma) e de alojamento para o professor na localidade;
3. Escolas unitárias, independentemente do número de alunos, cujas instalações não reúnam condições pedagógicas e requisitos mínimos de higiene, salubridade e segurança.
4. A organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares é da competência da autarquia. Esta competência consiste na oferta do serviço de transporte a todos os alunos entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino, respectivamente sem ou com refeitório.

No caso das propostas de suspensão de escolas cujos alunos residam a mais de 3 km ou 4 km da escola integradora deverá ser ouvida a autarquia no sentido de verificar se esta dispõe de transporte de ligação à referida escola.

O acesso ao transporte escolar deverá ser garantido pela autarquia a todos os alunos que dele necessitem considerando a distância residência-escola, idade dos alunos e os perigos do percurso.

No caso da 1.ª condição referida anteriormente, parece-nos importante acrescentar que, embora o Ministério aponte, em 2006, para o encerramento de escolas do 1º CEB até 20 alunos, tal critério é desajustado tanto para a realidade da Beira Interior como para a realidade concelhia, uma vez que, em muitos casos, apenas a(s) escola(s) da sede de freguesia conseguem atingir aqueles quantitativos em permanência. Esta consideração remete, necessariamente para o comprometimento de outros critérios passíveis de ser tomados em consideração para a tomada de decisão.

11.2. Território Educativo

O conceito de Território Educativo fornecerá, de acordo com a legislação mais recente, a matriz da constituição das novas redes educativas. Contudo, para tentar minimizar os impactos desta nova organização para a entidade gestora da rede e para a população, deverá ter-se em consideração a organização previamente existente, que assenta no conceito de Agrupamento Escolar.

O Manual para a Elaboração da Carta Educativa (Oliveira, Coragem e Martins, 2000b) define Território Educativo como sendo:

“Um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado”.

Esta nova unidade é o principado geográfico concelhio onde se assegura a escolaridade obrigatória em funcionamento integrado. Deverá ser servido por um conjunto de instalações de educação Pré-escolar, Ensino Básico e secundário interdependentes e complementares sob a perspectiva pedagógica e da utilização dos recursos físicos e infra-estruturas de apoio.

Um dos objectivos primordiais do Território Educativo é a distribuição equitativa, pela população escolar, das condições mínimas de frequência de ensino a que toda a criança tem direito. Deverá caracterizar-se por:

1. Promoção do sucesso escolar dos alunos, sob o ponto de vista da aprendizagem sequencial programada e acompanhada ao longo dos vários níveis de ensino;
2. Funcionamento integrado de serviços de apoio sócio-educativo (Psicologia, Orientação Educativa e Acção Social Escolar);
3. Optimização e qualidade dos recursos físicos e material didáctico, com grande ênfase na administração e gestão educativa;
4. Facilidade de contacto entre os docentes;
5. Promoção da formação profissional de pessoal docente e não docente, adequada às especificidades regionais e locais.

A área de influência dos Territórios Educativos deverá facilitar os contactos entre os vários equipamentos de ensino aí existentes, considerando para tal efeito as condições geográficas, de



acessibilidade e de densidade populacional. Dentro do TE deverá existir um equipamento de ensino denominado de nuclear, que congrega os melhores e mais qualificados recursos físicos, humanos e materiais, e onde se articulam diversas actividades que não são passíveis de serem efectuadas em muitas das escolas do TE. Esta Escola Nuclear será o centro dinamizador e de apoio pedagógico da porção da rede educativa que lhe compete.

As propostas de Território Educativo que se apresentam de seguida foram o resultado de um longo e complexo processo de consulta às Autarquias Locais e às entidades ligadas à educação no concelho. Deste *processo-plano* foram concebidas inúmeras alterações até à solução final de intervenção que se explana no próximo capítulo.

11.3. Diagnóstico Prospectivo

Depois de realizado o diagnóstico da situação educativa no concelho de Vila Velha de Ródão há que decidir quais as medidas a tomar no futuro próximo. É necessário atender a aspectos quantitativos, verificando se os equipamentos educativos hoje existentes conseguirão responder nos próximos anos às necessidades previsíveis, colmatar eventuais falhas e, por outro lado, melhorar a oferta educativa e formativa de modo a elevar os níveis educacionais, procurando diminuir o abandono e o insucesso escolar, e contribuir deste modo para o êxito do percurso educativo e formativo inicial da população do concelho.

Interessa fazer, para cada nível educativo, um exercício de previsão sobre que população escolar teremos no futuro próximo. Os cenários que se podem desenhar dependem de um largo conjunto de variáveis, entre as quais se podem referir (condicionantes da projecção):

- variação da população residente no concelho;
- evolução da população dos vários grupos etários do concelho;
- análise do número de nascimentos e previsões do número de nascimentos no período entre 2005 e 2010;
- análise das taxas de escolarização dos vários anos lectivos e das várias escolas de cada um dos ciclos de estudos;
- análise do número de alunos a frequentar cada um dos anos escolares de cada um dos ciclos de estudos

Naturalmente que há variáveis de maior dificuldade de previsão como as conjunturais, com as quais não se entrará aqui em consideração.

Neste sentido, procura-se neste capítulo um diagnóstico de carácter prospetivo, baseado em projecções elaboradas para o ano 2011, tomando em consideração o que se pensa que irá formatar a relação entre a procura e a oferta de educação num futuro mais ou menos próximo. O comportamento estimado daquela procura baseia-se nas projecções efectuadas e apresentadas anteriormente. Em função daquelas projecções, admite-se que a procura de ensino/educação por parte da população residente no concelho será coberta a 100% pela rede escolar existente no município.

Uma das grandes virtudes do balanço prospetivo é o de facultar a percepção das debilidades da rede escolar que actualmente se encontra em funcionamento; quando contrabalançados com os elementos de diagnóstico territorial apresentados em pontos anteriores do presente documento, constituem-se como os dois pilares fundamentais na elaboração da proposta de actuação que será apresentada a seguir.

11.3.1. A Educação Pré-escolar

A capacidade da rede de Jardins de Infância existentes foi avaliada tendo por base o número de salas de actividades de cada um dos estabelecimentos de ensino do concelho e considerando como capacidade recomendável e capacidade máxima por sala de aula, respectivamente 20 e 25 alunos.

Quadro 60 - Capacidade recomendada e máximas dos Jardins de Infância

Estabelecimento	Freguesia	Salas de Actividades	Capacidade Recomendável		Capacidade Máxima	
			Sala	Escola	Sala	Escola
J. I. de Vila Velha de Ródão	V.V.de Ródão	1	20	20	25	25
J. I. de Porto do Tejo	V.V.de Ródão	1	20	20	25	25
J. I. de Fratel	Fratel	1	20	20	25	25
J. I. de Sarnadas (pólo itinerante)	Sarnadas	1	20	20	25	25

Tendo em conta o número de salas de actividade por freguesia, as respectivas capacidades recomendadas e máximas e a previsão de procura estimada para o ano lectivo 2010/11, é estimado o balanço entre a oferta e a procura de ensino e calculadas as taxas de ocupação previstas para cada uma das freguesias e tendo sempre em atenção as duas capacidades – recomendada e máxima.

Quadro 61 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure no Ensino Pré-escolar

Freguesia	Salas de Actividades	Capacidade (n.º de crianças)		Procura (2010/11) (n.º de crianças)	Balanço Oferta-Procure		Taxa de Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima	Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima
V.V.de Ródão	2	40	50	37	3	13	93%	74%
Fratel	1	20	25	16	4	9	80%	64%
Sarnadas	1	20	25	5	15	20	25%	20%
Total Concelho	4	80	100	58	22	42	73%	58%

Da análise do quadro anterior concluímos que:

- Globalmente, a rede actual tem capacidade excedente de cobertura da procura estimada para o ano lectivo 2010/11;
- A freguesia de Sarnadas é a que apresenta maior excesso de oferta;
- Para a freguesia sede de concelho prevê-se uma elevada taxa de ocupação que no entanto deixa margem para precaver uma eventual tendência de concentração urbana no concelho.

11.3.2. O 1º Ciclo do Ensino Básico

Os critérios utilizados para avaliar a capacidade da rede de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico existente, a capacidade recomendável e capacidade máxima por sala de aula, o balanço entre a oferta e a procura de ensino e as taxas de ocupação previstas para cada uma das freguesias foram os mesmos que para o Ensino Pré-escolar. Os resultados obtidos foram registados no quadro que se apresenta em seguida:



Quadro 62 - Capacidade recomendada e máximas da escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Estabelecimento	Freguesia	Salas de Actividades	Capacidade Recomendável		Capacidade Máxima	
			Sala	Escola	Sala	Escola
Escola do 1º Ciclo Nº 1 de V. V. de Ródão	V.V.de Ródão	1	20	20	25	25
Escola do 1º Ciclo Nº 2 de Porto do Tejo	V.V.de Ródão	2	20	40	25	50
Escola do 1º Ciclo de Fratel	Fratel	1	20	20	25	25
Escola do 1º Ciclo de Sarnadas de Ródão	Sarnadas	1	20	20	25	25

Da mesma forma o balanço prospectivo para o ano lectivo de 2010/11 de oferta-procura do 1º Ciclo do Ensino Básico a nível do concelho pode ser observado no quadro que segue:

Quadro 63 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura no 1º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Salas de Actividades	Capacidade (n.º de crianças)		Procura (2010/11) (n.º de crianças)	Balanço Oferta-Procura		Taxa de Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima	Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima.
V.V.de Ródão	3	60	75	65	-5	10	108%	87%
Fratel	1	20	25	9	11	16	45%	36%
Sarnadas	1	20	25	26	-6	-1	130%	104%
Total Concelho	5	100	125	100	0	25	100%	80%

Da análise do quadro anterior concluímos que:

- Tendo em conta a capacidade recomendada por sala de aula a rede actual tem capacidade deficitária de cobertura da procura estimada para o ano lectivo 2010/11, nas freguesias de Vila Velha de Ródão e Sarnadas e atinge valores próximos do limite (em Vila Velha de Ródão) ou ligeiramente acima (no caso da freguesia de Sarnadas) das respectivas capacidades máximas. No caso da freguesia de Sarnadas este facto assume particular importância uma vez que a escola sofreu avultadas obras de melhoramento antes do início do ano lectivo 2005/06;
- Na freguesia do Fratel estima-se um excesso de entre 11 e 16 vagas o que, em virtude de existir apenas uma sala de actividades, representa uma taxa de ocupação de entre 45% e 36% (tomando como referência as capacidades recomendadas e máximas, respectivamente)

11.3.3. O 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

No que se refere às escolas com 2º e 3º Ciclos, verifica-se que o concelho é servido por apenas uma escola que oferece este tipo de formação. A capacidade desta escola foi avaliada pelo produto do número de turmas que as suas instalações conseguem albergar por 25 alunos e por 28 alunos, de forma a calcular, respectivamente, a capacidade recomendável e máxima de alunos na escola. Este exercício conduziu à elaboração do quadro seguinte, no qual não se teve em conta o ensino recorrente uma vez que no caso do 3.º Ciclo é muito residual (apenas 1 aluno o frequenta). De referir que esta escola oferece também formação de nível secundário.

Quadro 64 - Capacidade recomendada e máxima da escola com 2.º e 3.º Ciclos

Freguesia	Estabelecimento	N.º de turmas	Capacidade Recomendável		Capacidade Máxima	
			Turma	Escola	Turma	Escola
Vila Velha de Ródão	Escola do 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão	6	25	150	28	168

Apresenta-se agora num outro quadro o balanço prospectivo (num horizonte temporal de 5 anos) para o 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, podendo concluir-se que o parque escolar existente tem capacidade para absorver a procura previsível, até 2011, sendo que a própria capacidade da escola ficará subaproveitada.

Quadro 65 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura pelo 2.º e 3.º Ciclos

Freguesia	N.º Turmas	Capacidade (n.º alunos)		Procura 2010/11 (n.º de crianças)	Balanço Oferta – Procura		Taxa de Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima	Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima
Vila Velha de Ródão	6	150	168	89	61	79	59%	53%

A escola com oferta ao nível do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico apresenta, em termos globais, um número total de alunos que é inferior à sua capacidade potencial, uma vez que o número de alunos que procura este tipo de ensino tem vindo a diminuir nos últimos anos. A



escola apresenta um padrão de conservação relativamente bom e a dotação de infra-estruturas e de equipamento é muito razoável.

11.3.4. O Ensino Secundário

No caso do Ensino Secundário, a oferta é inexistente, tal como é inexistente qualquer oferta ao nível do Ensino Profissional.

11.4. Vectores estratégicos de actuação

Depois de termos analisado a situação educativa de Vila Velha de Ródão, de traçarmos uma visão prospectiva geral e delineado os principais objectivos que enquadram as medidas a tomar, vamos agora particularizar as intervenções necessárias para vencer os constrangimentos ainda existentes no sistema educativo no concelho.

Focaremos a nossa atenção nos equipamentos educativos, nas suas necessidades mais prementes, conscientes de que são fundamentais para que os profissionais da educação, que neles exercem a sua actividade, consigam melhorar o seu desempenho e possam contribuir eficazmente para o êxito dos seus alunos e para a criação de escolas mais adequadas ao desenvolvimento de novos projectos educativos.

Neste sentido, e com base no diagnóstico e análises prospectivas, apresentamos agora as linhas de actuação relativamente à rede escolar do concelho, propondo uma requalificação, reordenamento ou reorganização da rede desde o Pré-escolar até ao 3º Ciclo do Ensino Básico, passando pelos restantes ciclos de ensino (1º e 2º ciclos).

11.4.1. A Educação Pré-escolar

Embora tendo em mente que o reordenamento da rede deve fundamentalmente dar primazia a questões pedagógicas, funcionais ou argumentos ligados a processos de desenvolvimento integral das crianças, consideramos que ao nível do ensino Pré-escolar, é tão ou mais importante ter como principal vector de actuação uma oferta de proximidade devidamente qualificada que evite a deslocação de crianças de tenra idade, desde que o seu número justifique

essa mesma oferta. Atendendo ao referido anteriormente, e de acordo com o quadro de projecções para 2010/2011:

Quadro 66 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure no Ensino Pré-escolar

Freguesia	Salas de Actividades	Capacidade (n.º de crianças)		Procura (2010/11) (n.º de crianças)	Balanço Oferta-Procure		Taxa de Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima	Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima
V.V.de Ródão	2	40	50	37	3	13	93%	74%
Fratel	1	20	25	16	4	9	80%	64%
Sarnadas	1	20	25	5	15	20	25%	20%
Total Concelho	4	80	100	58	22	42	73%	58%

Propomos para o concelho de Vila Velha de Ródão:

1. Manutenção a curto prazo dos Jardins de Infância públicos existentes no concelho, com requalificação da oferta, nomeadamente através de uma beneficiação das instalações que apresentem deficiências. Neste particular, o caso mais preocupante é o Jardim de Infância do Fratel, que funciona num edifício com algumas décadas e necessita de um programa de intervenção, de forma a oferecer, a médio prazo, as necessárias condições físicas de qualidade, respeitando as normas relativas a equipamentos educativos para estas idades como estão definidas pelo Ministério da Educação.

2. Repensar, a médio prazo, a manutenção do Jardim de Infância das Sarnadas, uma vez que a projecção efectuada para 2010/2011 aponta para que o número de crianças estabilize num valor à volta das 5 crianças. Entendemos que deverá ser criada e contemplada uma situação de excepção relativamente ao Jardim de Infância de Sarnadas, parecer que se se sustenta nos seguintes aspectos essenciais: o seu estatuto como Jardim de Infância Itinerante irá ser alterado, assumindo-se como um equipamento educativo com carácter fixo, o que pode tornar-se uma mais-valia para a sua viabilidade; este equipamento escolar é o único existente na freguesia (mais exactamente, na sede de freguesia) e na parte norte do concelho, pelo que a sua extinção significará a extinção da oferta educativa; tal encerramento compromete os princípios de organização territorial e de distribuição do sistema educativo; ainda, está previsto para aquela freguesia um conjunto de investimentos na área habitacional que poderão potenciar a fixação de novas famílias, alterando assim as condições-base de projecção que foram tidas em conta. Não seria por isso coerente a proposta de encerramento do Jardim de Infância de Sarnadas,



ressalvando-se que, em todo o caso, numa futura revisão desta Carta Educativa, ter-se-á que tomar em consideração este aspecto nas mencionadas especificidades.

3. Promover a reorganização da rede Pré-escolar na freguesia de Vila Velha de Ródão, uma vez que aí existem duas estruturas que oferecem formação ao 1º Ciclo e ao Jardim de Infância, uma localizada no Porto do Tejo e outra na sede de freguesia, cuja proximidade geográfica é bastante grande. Neste sentido, propomos, alternativamente ao modelo prosseguido actualmente, a concentração destes dois níveis de educação. No caso da educação Pré-escolar, esta ficaria concentrada na actual Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI) de Porto do Tejo, que passaria a JI. Esta medida permitirá ganhos de eficácia de utilização de instalações (obviando, por exemplo, o pagamento do aluguer de espaço à Santa Casa da Misericórdia que actualmente é suportado pela Câmara Municipal)), mas também ganhos ao nível pedagógico, pois poder-se-ia programar a acção educativa de forma mais concertada, criaria um saudável volume de crianças no mesmo espaço e poder-se-iam realizar actividades conjuntamente. Neste sentido, as crianças do 1º Ciclo passariam para outro espaço escolar da freguesia, nos moldes de funcionamento que se irão apresentar no(s) ponto(s) seguinte(s). Esta alteração envolve, naturalmente, um programa de obras de adaptação à ministração exclusiva de educação Pré-escolar, tomando em linha de conta a criação ou ajustamento de condições para o fornecimento de refeições, de transporte, de apetrechamento de material didáctico, etc.

A estrutura proposta para a Educação Pré-escolar funcionaria no modelo proposto no mapa seguinte, em termos de localização.

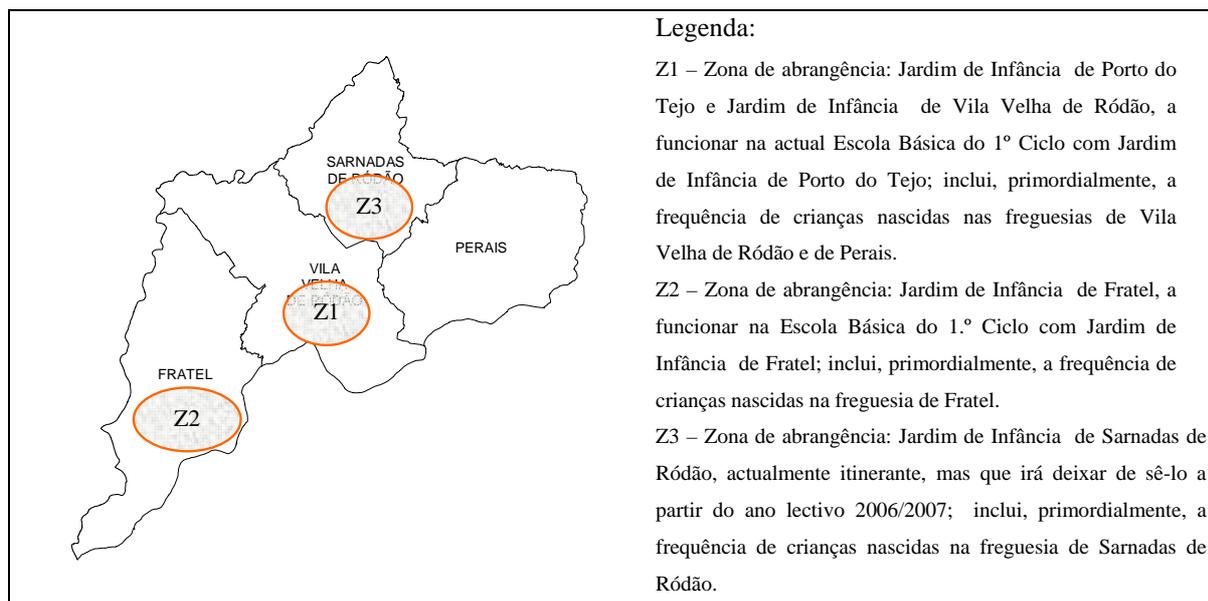


Figura 9. Zonas de intervenção ao nível da educação Pré-escolar

11.4.2. O 1º Ciclo do Ensino Básico

O 1º Ciclo do Ensino Básico é, como sabemos, o lugar onde se realizam as aprendizagens que estruturam todo o percurso educacional e social do aluno. No momento actual, este nível de ensino passa por uma reestruturação, da qual se salientam os seguintes aspectos:

- a importância curricular atribuída às expressões artísticas (plásticas e musicais) e físico-motoras;
- introdução de um conjunto de áreas curriculares transversais, nomeadamente o trabalho com as TIC, o trabalho de projecto, o estudo acompanhado, ...

No 1º Ciclo pretende-se caminhar para uma situação em que todas as escolas tenham uma dimensão que permita o desenvolvimento de um projecto educativo consistente, utilizando todos os equipamentos sócio-educativos complementares necessários, com uma turma/ano de escolaridade/sala de aula. Atendendo ao referido anteriormente, e de acordo com o quadro de projecções para 2010/2011:



Quadro 67 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure no 1º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Salas de Atividades	Capacidade (n.º de crianças)		Procura (2010/11) (n.º de crianças)	Balanço Oferta-Procure		Taxa de Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima	Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima
Fratel	1	20	25	9	11	16	45%	36%
Sarnadas	1	20	25	26	-6	-1	130%	104%
Total Concelho	5	100	125	100	0	25	100%	80%

Propomos para o concelho de Vila Velha de Ródão:

1. A manutenção a curto prazo de todas as escolas do 1º Ciclo que se encontram a funcionar no concelho, recorrendo a programas de beneficiação das instalações que apresentem deficiências.

Tal como referido anteriormente no caso da educação Pré-escolar (uma vez que se trata da mesma instalação), o caso a que se deve prestar particular atenção é o da EB1/JI do Fratel, que funciona num edifício bastante antigo e que necessita de um programa de intervenção, para garantir no médio prazo condições físicas de qualidade de ensino.

2. Repensar no futuro a manutenção da Escola do 1º Ciclo do Fratel, uma vez que as projecções efectuadas para aquela escola apontam para uma procura de 9 alunos, o que se pode revelar escasso para uma utilização racional do espaço educativo, por um lado, e pela socialização limitada que os alunos desenvolverão. Pensamos não ser, para já, uma medida a ter em conta o encerramento da Escola, uma vez que apresenta índices de utilização ainda relevantes e também porque este equipamento escolar é o único existente na freguesia e na parte sul do concelho, pelo que a sua extinção significará a extinção da oferta educativa, comprometendo os princípios de organização territorial e de distribuição do sistema educativo ao nível concelhio; no entanto, esta terá que ser uma escola a monitorizar com alguma atenção, já que a sua dimensão poderá não justificar a sua manutenção no futuro. Esta monitorização implica uma dificuldade operacional de aplicação do ponto anterior, no sentido em que a fazer obras de beneficiação poderão subverter o princípio estrutural desse gasto. Esta decisão deverá ser cuidadosamente ponderada pela Câmara Municipal.

3. Concentrar os alunos do 1º Ciclo na Escola do 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão, transferindo-os das escolas básicas do 1º Ciclo de Porto do Tejo e de Vila Velha de Ródão, num

modelo EBI. Este modelo criaria sinergias de funcionamento ao nível do 1º Ciclo, uma vez que as crianças da freguesia estariam todas reunidas num único espaço físico, com as decorrentes vantagens de racionalização de espaços e recursos, bem como vantagens ao nível pedagógico e de realização de actividades, uma vez que criaria uma comunidade considerável de crianças que frequentariam o mesmo nível de ensino. Por outro lado, esta intervenção estaria de acordo também com a racionalização do próprio espaço da Escola EB 2,3 de Vila Velha de Ródão, pois também esta, de acordo com as projecções efectuadas, se encontra a perder alunos, havendo assim algum desafogo em termos de espaço. Adicionalmente, colocaria as crianças do 1º Ciclo em contacto com os níveis de ensino subsequentes, tornando as instalações familiares e minimizando de alguma forma, o processo de transição e as potenciais dificuldades de integração futura. Naturalmente, terá que existir um programa específico de intervenção na Escola EB 2,3 de forma a criar uma “zona de intervenção” do 1º Ciclo que permita responder às necessidades específicas deste tipo de alunos.

A estrutura proposta funcionaria num modelo semelhante ao da educação Pré-escolar e que pode ser apreciado no mapa seguinte, em termos de localização:

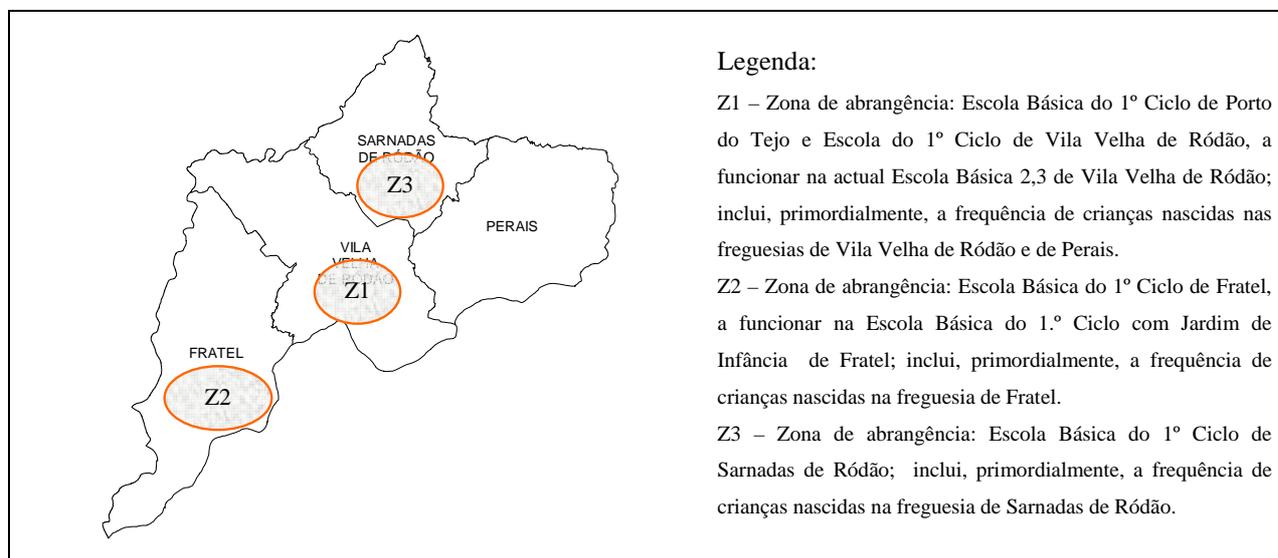


Figura 10. Zonas de intervenção ao nível do 1º CEB

11.4.3. O 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

No caso do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (e tendo presente que este não é um nível de ensino de responsabilidade directa da Câmara Municipal), de acordo com as projecções efectuadas, observamos um decréscimo acentuado do número de alunos entre os anos lectivos de 2000/2001 e 2005/2006, seguido de um ligeiro decréscimo nos próximos anos. A tendência futura parece assim apontar para uma certa estabilidade, oscilando o número de alunos entre os 90 e 100, que parece um valor-padrão coerente a tomar em conta. Tal pode ser apreciado no quadro de projecções para 2010/2011:

Quadro 68 - Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura pelo 2.º e 3.º Ciclos

Freguesia	N.º Turmas	Capacidade (n.º alunos)		Procura 2010/11 (n.º de crianças)	Balanço Oferta – Procura		Taxa de Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima	Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima
Vila Velha de Ródão	6	150	168	89	61	79	59%	53%

Perante esta realidade, e de acordo com as propostas referidas do ponto relativo ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, trata-se aqui de promover uma correcta inserção entre os alunos do 1º Ciclo e os dos Ciclos subsequentes de forma a não comprometer as aspirações de uns e outros no acesso à qualidade de educação que todos terão direito.

Deverá continuar a funcionar a mesma escola (EB 2,3 de Vila Velha de Ródão); no entanto, haverá que salvaguardar, simultaneamente, espaços de intervenção para o 1º Ciclo e para os 2º e 3º Ciclos .



11.5. Optimização do funcionamento escolar – medidas globais

Para além das medidas referidas anteriormente relativamente à procura de uma solução optimizadora de espaços e recursos, sugerem-se algumas medidas adicionais, em termos globalmente considerados.

1. Instalação do serviço de acesso à Internet (e gestão integrada do mesmo) em computadores que ainda não possuem esta facilidade. A instalação da Internet permitirá uma ligação em rede entre todas as escolas e a sede do agrupamento, pois tal apenas traz benefícios, desde a partilha de informação mais rápida, a utilização de recursos digitais e a resolução de problemas, bem como o melhor acompanhamento que o agrupamento poderá efectuar em relação às escolas que dele fazem parte. Parte deste objectivo estará já atingido, com o trabalho desenvolvido no âmbito do programa Internet nas Escolas.

2. Melhoria do material e recursos educativos disponíveis nas Escolas do 1º Ciclo e nos Jardins de Infância do concelho, pela realização de um exercício de levantamento de necessidades junto dos mesmos, por intermédio e em conjunto com o agrupamento, de forma a determinar os tipos de materiais que são efectivamente necessários em cada caso (jogos didácticos e de expressão, livros, jogos/materiais de motricidade, ...). Este levantamento deverá ser feito anualmente (ou no máximo de dois em dois anos), pois tratam-se de materiais facilmente desgastáveis e manuseados por crianças.

3. Promoção, pelo agrupamento de escolas de Vila Velha de Ródão, de iniciativas e projectos que tenham como público-alvo ou participantes os alunos da educação Pré-escolar ou do 1º Ciclo, procurando o fomento da articulação do percurso escolar das crianças (feiras temáticas, semanas de ciência, divulgação de conteúdos, visitas de estudo às escolas do ensino subsequente,...)

4. Candidaturas das bibliotecas escolares das escolas do 1º Ciclo do concelho à rede de Bibliotecas escolares do Ministério da Educação (apenas a EB23 de Vila Velha de Ródão se encontra integrada nesta rede), recorrendo-se, se possível, ao apoio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. A equacionar esta hipótese, tal deveria ser efectuada a um prazo relativamente curto para que nos programas de beneficiação a sugerir para as diversas escolas do 1º Ciclos e considerasse desde logo um espaço para instalação de biblioteca. Numa fase



posterior, dever-se-ia promover a rotatividade dos fundos bibliográficos entre as diversas bibliotecas.

5. Promoção da acessibilidade nos equipamentos educativos do concelho, através de uma revisão geral dos edifícios e respectiva adaptação à legislação em vigor para edifícios públicos, através de desnivelamento, da colocação de rampas, de placas elevatórias, entre outras.

6. Num contexto de dificuldades orçamentais em Portugal, haverá que procurar formas de financiamento alternativas. Haverá que assegurar a regularidade e assiduidade de candidaturas a programas de financiamento europeus e nacionais de materiais e projectos de desenvolvimento, para todos os públicos (ex: SIQE, PRODEP, POCI-2010, POEFDS e outros que possam vir a surgir), seja pela Câmara Municipal seja pela sede do agrupamento.

11.6. Optimização do funcionamento escolar – medidas específicas de intervenção

Neste ponto apresentaremos uma proposta de intervenções a realizar no edificado, a partir de recolha presencial e em contacto com os utilizadores desses edifícios, de acordo com a ficha-síntese que é proposta pelo Ministério da Educação¹⁷.

Para atender a esta questão, apresentamos um mapa de funcionamento das escolas do concelho de Vila Velha de Ródão.

Quadro 69 - Mapa de funcionamento das escolas até 2010-2011

ESCOLAS	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011
Jardim de Infância de Sarnadas de Ródão					
Jardim de Infância de Vila Velha de Ródão					
Escola do 1.º Ciclo com Jardim de Infância de Fratel					
Escola do 1.º Ciclo c/ Jardim de Infância de Porto do Tejo					
Escola Básica do 1.º Ciclo de Sarnadas de Ródão					
Escola Básica do 1.º Ciclo de Vila Velha de Ródão					

Legenda:

	Funcionamento
	Funcionamento condicionado a análise
	Mudança de instalações

¹⁷ Ver Manual de Elaboração da Carta Educativa do Ministério da Educação, 2000.



Do quadro anterior, haverá que ter em atenção as questões colocadas em pontos anteriores.

Desta forma, o Jardim de Infância de Sarnadas de Ródão funcionará sem qualquer restrição até ao ano lectivo 2008-2009, altura em que se reequacionará o seu funcionamento, de acordo com a procura de crianças que registe por essa altura.

Este aspecto é igualmente considerado para o caso da Escola Básica do 1.º Ciclo de Fratel, que funcionará sem qualquer restrição até ao ano lectivo 2008-2009, ano em que se reequacionará o funcionamento do seu 1º Ciclo, de acordo com a procura de crianças que registe por essa altura.

A mudança ao modelo prosseguido na freguesia de Vila Velha de Ródão levará ao encerramento do Jardim de Infância de Vila Velha de Ródão, uma vez que todas as crianças serão transferidas para a actual Escola Básica do 1.º Ciclo de Porto do Tejo, onde se concentrará a educação Pré-escolar da freguesia. Neste contexto, será desactivado nesta escola o funcionamento do 1.º ciclo.

Também a Escola Básica do 1º Ciclo de Vila Velha de Ródão, em virtude da mudança de modelo educativo proposta, irá encerrar. Todas as crianças do 1º Ciclo serão transferidas para Escola Básica do 2º e 3º Ciclos de Vila Velha de Ródão, incluindo as da Escola Básica do 1.º Ciclo de Porto do Tejo.

A Escola Básica do 1.º Ciclo de Porto do Tejo continuará a funcionar, mas apenas com educação Pré-escolar, conforme referido no parágrafo anterior.

É na sequência desta proposta que, seguidamente, apresentamos as fichas-síntese para as diversas escolas que se irão manter em funcionamento.

Fichas de Escola

Identificação:

JI Porto do Tejo.

Designação:

Requalificação/Beneficiação do Jardim de Infância de Porto do Tejo.

Descrição:

O plano de requalificação/beneficiação do JI de Porto do Tejo é composto por um projecto de intervenção no edificado e um projecto de execução de arranjos exteriores. As medidas encontram-se descritas nos tópicos abaixo.

Projecto de intervenção no edificado

Melhoramento dos sistemas de aquecimento/arrefecimento mediante a instalação de aparelhos de ar condicionado.

Disponibilização de água quente nas instalações sanitárias.

Verificação/correção das instalações: electricidade, redes telefónicas e de dados, detecção de incêndios, águas, esgotos.

Colocação de persianas exteriores nas janelas.

Projecto de execução de arranjos exteriores

Zonas verdes:

A escassez de espaço aponta para a colocação de arbustos de elevado valor ornamental, adaptados às condições climatéricas locais.

Zona de recreio infantil:

Construção de um espaço exterior coberto.

Estratégias em que se insere:

As propostas de intervenção no edificado e espaço exterior tomam por base os seguintes princípios: garantia do conforto e da segurança; modernização dos espaços; adaptação às situações de mobilidade condicionada; equilíbrio com as características dos edifícios já existentes; aumento das potencialidades de cada espaço escolar, por via da dotação/requalificação; diminuição das despesas de manutenção (resistência e durabilidade dos materiais).



Articulações:

Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão / DREC.

Prioridade:

Prioridade de nível 1, definida de acordo com as condições actuais de funcionamento.

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.

Identificação:

JI e EB1 de Fratel.

Designação:

Requalificação/Beneficiação do Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo de Fratel.

Descrição:

O plano de requalificação/beneficiação do JI e EB1 de Fratel é composto por um projecto de intervenção no edificado e um projecto de execução de arranjos exteriores. As medidas encontram-se descritas nos tópicos abaixo.

Projecto de intervenção no edificado

Recuperação e adaptação das instalações sanitárias existentes, para adultos e pessoas com mobilidade condicionada e para as crianças que a frequentarão. Disponibilização de água quente nas instalações sanitárias.

Criação de uma sala que pudesse servir de centro de recursos educativos/biblioteca, com espaço de trabalho para os docentes e de prolongamento das actividades lectivas.

Intervenção/remodelação da zona onde funciona o refeitório.

Melhoramento/correção do sistema de aquecimento (substituição da caldeira a lenha), arranjo dos telhados, portas, janelas e colocação de estores no exterior.

Colocação de vedações/gradeamento à volta da escola.

Verificação/correção das instalações: electricidade, redes telefónicas e de dados, detecção de incêndios, águas, esgotos.

Projecto de execução de arranjos exteriores

Zonas de acesso:

Facilitação de zonas de acesso directo: um acesso pedonal e um acesso via automóvel, destinado a viaturas de serviço e de urgência. Estes acessos serão controlados por portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças do recinto.

Garantia de acessibilidade a utentes de mobilidade reduzida.

Zonas verdes:

A escassez de espaço aponta para a colocação de arbustos de elevado valor ornamental, adaptados às condições climáticas locais.

Zona de recreio infantil:

Intervenção na zona de recreio com arranjo do piso adequando-o às diferentes actividades aí desenvolvidas pelas crianças.

Intervenção no parque infantil tendo em conta as normas regulamentares ao nível dos equipamentos, da sinalética informativa, espessura e características dos pavimentos e adaptação às condições climáticas e à utilização frequente.

Estratégias em que se insere:

As propostas de intervenção no edificado e espaço exterior tomam por base os seguintes princípios: garantia do conforto e da segurança; modernização dos espaços; adaptação às situações de mobilidade condicionada; equilíbrio com as características dos edifícios já existentes; aumento das potencialidades de cada espaço escolar, por via da dotação/requalificação; diminuição das despesas de manutenção (resistência e durabilidade dos materiais).

Articulações:

Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão / DREC.

Prioridade:

Prioridade de nível 1, definida de acordo com as condições actuais de funcionamento.

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.

Identificação:

EB1 de Sarnadas de Ródão.

Designação:

Requalificação/Beneficiação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Sarnadas de Ródão.

Descrição:

O plano de requalificação/beneficiação da EB1 de Sarnadas de Ródão é composto por um projecto de intervenção no edificado e um projecto de execução de arranjos exteriores. As medidas encontram-se descritas nos tópicos abaixo.

Projecto de intervenção no edificado

Criação de um centro de recursos educativos, com espaço de trabalho para os docentes.

Criação de uma sala de prolongamento.

Verificação/correção das instalações: electricidade, redes telefónicas e de dados, detecção de incêndios, águas, esgotos.

Colocação de persianas exteriores nas janelas.

Projecto de execução de arranjos exteriores

Zonas de acesso:

Garantia de acessibilidade a utentes de mobilidade reduzida para a sala de aula.

Zonas verdes:

A escassez de espaço aponta para a colocação de arbustos de elevado valor ornamental, adaptados às condições climatéricas locais.

Zona de recreio infantil:

Dotação de uma estrutura de recreio multifuncional/parque infantil: verificação das normas regulamentares ao nível dos equipamentos, da sinalética informativa, espessura e características dos pavimentos e adaptação às condições climáticas e à utilização frequente.

Intervenção na zona de recreio com criação de um espaço coberto e arranjo do piso adequando-o às diferentes actividades aí desenvolvidas pelas crianças.

Estratégias em que se insere:

As propostas de intervenção no edificado e espaço exterior tomam por base os seguintes princípios: garantia do conforto e da segurança; modernização dos espaços; adaptação às



situações de mobilidade condicionada; equilíbrio com as características dos edifícios já existentes; aumento das potencialidades de cada espaço escolar, por via da dotação/requalificação; diminuição das despesas de manutenção (resistência e durabilidade dos materiais).

Articulações:

Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão / DREC.

Prioridade:

Prioridade de nível 1, definida de acordo com as condições actuais de funcionamento.

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.

Identificação:

EB1 de Vila Velha de Ródão.

Designação:

Beneficiação da zona onde vai funcionar a Escola Básica do 1.º Ciclo na EB2/3 de Vila Velha de Ródão.

Descrição:

Fazer uma adequação cuidada da zona onde vai funcionar o 1º Ciclo do Ensino Básico, ao nível das instalações, adequação do material (didático, bibliográfico e mobiliário), bem como ao nível das acessibilidades para crianças com mobilidade reduzida.

Estratégias em que se insere:

As propostas de intervenção no edificado e espaço exterior tomam por base os seguintes princípios: garantia do conforto e da segurança; modernização dos espaços; adaptação às situações de mobilidade condicionada; equilíbrio com as características dos edifícios já existentes; aumento das potencialidades de cada espaço escolar, por via da dotação/requalificação; diminuição das despesas de manutenção (resistência e durabilidade dos materiais).

Articulações:

Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão / DREC.

Prioridade:

Prioridade de nível 1, definida de acordo com as condições actuais de funcionamento.

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.

12. Monitorização / Avaliação

A Carta Educativa, como instrumento de planeamento e de gestão do sistema educativo local, deve assumir um carácter dinâmico sendo necessário, desta forma, encontrar um modelo para a monitorização da mesma. Este modelo não pode descurar que a perspectiva do desenvolvimento da melhoria da qualidade do sistema educativo deverá resultar da auscultação dos actores educativos e de uma intervenção concertada, tendo em linha de conta as expectativas dos munícipes, do CME e dos restantes actores sociais da comunidade. O modelo de monitorização deve ser um processo da responsabilidade de uma estrutura onde haja uma visão global e integrada da realidade local em matéria da educação. O Conselho Municipal de Educação assumirá um papel relevante na assunção deste processo.

Após a apresentação e discussão da Carta Educativa interessa aprofundar quais as metodologias de avaliação e traçar estratégias de monitorização necessárias para a adaptação às alterações do sistema educativo local.

A monitorização corresponde ao procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção e identificar eventuais desvios face ao que foi previsto inicialmente, através da utilização de um sistema de registo. Este controlo incide sobre aspectos relativos ao processo e relativos aos resultados obtidos nas várias fases de implementação e deve assentar num sistema de registo de dados e de acções, visando acompanhar de forma continuada, os processos em curso, o seu impacto nos resultados esperados e os factores críticos para a concretização das acções planeadas.

Nas várias dimensões do sistema de monitorização, devem estar previstos campos destinados:

- às diferentes fases do projecto;
- aos procedimentos adoptados ao longo do projecto;
- à identificação de eventuais desvios de trajectórias que, de algum modo, possam comprometer o alcance das metas;
- à recalibragem dos indicadores e revisão dos objectivos iniciais (atendendo a dinâmicas não previstas do processo e ao seu impacto sobre os resultados).

A monitorização deve idealmente constituir um processo contínuo de acompanhamento, controlo e avaliação do processo. Alternativamente, deverão ser fixados prazos, não superiores a

um ano, no fim dos quais deverá ser feita a actualização da informação e a avaliação dos resultados obtidos até ao momento, numa dupla lógica: por um lado, de detecção de desvios face ao definido anteriormente, e por outro lado, do grau de evolução já alcançado tendo em conta o que são os resultados finais pretendidos.

Podem constituir resultados da monitorização os seguintes itens:

- relatório de estado da situação do projecto (nas suas diversas fases);
- listagens das acções tomadas e a tomar em função dos respectivos resultados;
- actualizações do plano e cronograma iniciais, como reflexo do progresso verificado;
- custos reais e previstos das medidas adoptadas.

A monitorização e avaliação da Carta Educativa deverá, sempre que possível, ser conduzida pelos serviços técnicos de cada autarquia, de modo a que, atempadamente, possam ser retiradas as respectivas ilações, sobre o curso dos processos.

Como é referido no Manual para a Elaboração da Carta Educativa, esta é sempre um processo inacabado, na medida em que tem de se adequar a uma realidade que evolui constantemente em função de dinâmicas demográficas, socio-económicas, de alterações de política educativa e do desenvolvimento local.

O objectivo central é o de promover o acompanhamento sistemático das dinâmicas do sistema educativo de modo a apoiar a concepção e a decisão de medidas de intervenção no que respeita à política educativa para o município. Deste modo, assegurar-se-á a actualização da Carta Educativa e, ao mesmo tempo, a avaliação dos resultados das intervenções em função dos objectivos inicialmente propostos e a revisão das estratégias.

Seguidamente, deixamos alguns indicadores, a título de exemplo, cujo acompanhamento no tempo deve ser objectivado:

- taxa de escolarização e de Pré-escolarização;
- número de alunos por escola/jardim de Infância ;
- número de alunos por ano/Ciclo de ensino;
- taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino;
- população em idade escolar;
- estado de conservação dos edifícios;
- taxa de insucesso/abandono;
- (...).

A monitorização da Carta Educativa deverá ser um processo de responsabilidade alargada, através de uma estrutura que possua uma visão global e integrada da realidade local em matéria de educação, onde se possa de facto aferir a forma como essa realidade se está a desenvolver e onde se possam ouvir todos os intervenientes com responsabilidades no sector. Desta forma, parece-nos que o organismo mais naturalmente vocacionado para aquele efeito é o Conselho Municipal de Educação e será em sede deste órgão que irá ter lugar a reflexão com carácter de avaliação à implementação da Carta Educativa de Vila Velha de Ródão, garantindo um sistema coerente, de qualidade e adequado às necessidades do concelho pela discussão positiva e construtiva por parte dos actores que estão inerentemente ligados a este processo.

Nota Final

A elaboração da Carta Educativa de Vila Velha de Ródão assentou em informações e dados estatísticos de base provenientes de vários domínios: informações e dados urbanísticos e cartografia disponibilizadas pela Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão; dados demográficos e socio-económicos do Instituto Nacional de Estatística e do *Eurostat*; dados fornecidos pela escola sede do agrupamento de escolas de Vila Velha de Ródão; dados recolhidos nos diversos trabalhos de campo levados a cabo pela equipa responsável pela elaboração da Carta Educativa.

Um aspecto relevante no âmbito da agregação, validação e síntese da informação foi o esforço da equipa técnica na comparação das informações recolhidas nas diferentes fontes e analisar a sua coerência interna e externa, obtendo assim uma sintetização consistente e significativa dos dados disponíveis, proporcionando uma perspectiva global do sistema educativo de Vila Velha de Ródão o mais completa possível.

A equipa responsável pela elaboração da carta educativa agradece a todos os que contribuíram com os seus preciosos conhecimentos sobre a realidade do sistema educativo do Concelho e acompanharam a elaboração do presente instrumento de ordenamento do território.



Bibliografia Consultada

- Almeida, C. e col. (2004). “*Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Vila Velha de Ródão*” Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDER) do Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- Carta Administrativa Oficial de Portugal (2005). Instituto Geográfico Português: Lisboa. Consultado na Internet no sitio <http://www.igeo.pt/>
- Carvalho, A. e Matias, S. (2004). “Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas”. *Prospectiva e Planeamento*, 2004(10), 87-161. DPP: Lisboa.
- Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social (1985). *Quadros de Pessoal*. DEMESS: Lisboa.
- Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social (1991). *Quadros de Pessoal*. DEMESS: Lisboa.
- Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (1997). *Quadros de Pessoal*. DETEFP/MTSS: Lisboa.
- Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (1997). *Quadros de Pessoal*. DGEEP: Lisboa.
- Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (2006). *Planeamento da Rede Educativa: Princípios Orientadores*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1960). *X Recenseamento Geral da População, Tomo II*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1981). *XII Recenseamento Geral da População, Distrito de Castelo Branco*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1993). *XIII Recenseamento Geral da População, 1991*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1995). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1996). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.



- Instituto Nacional de Estatística (1997). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1997a). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1998). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1999). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2000). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2000a). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2001). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2002a). *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2002b). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2002c). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2003). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2004a). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2004b). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2004c). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Oliveira, B.; Coragem, C. e Martins, É. (2000a). *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*. DAPP: Lisboa.
- Oliveira, B.; Coragem, C. e Martins, É. (2000b). *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*. DAPP: Lisboa.
- Roberto Carneiro e col. (2000). “Questões de método e linhas gerais de evolução”, in: *O Futuro da Educação em Portugal: Tendências e Oportunidades. Tomo I*. Questões de método e linhas gerais de evolução. DAPP: Lisboa.



ANEXO 1 – FICHAS DE ESCOLA

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE FRATEL

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância 1º Ciclo 2º, 3º Ciclo e Secund.

N.º ALUNOS: M F **Idade** 3 4 5 6 **Com NEE** 3 4 5 6

Proveniência dos Alunos: Local De fora **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS	SIM	NÃO
Recreio coberto	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Recreio descoberto	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Bar	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Refeitório	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Instalações Sanitárias	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Água quente disponível	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>

A Escola possui material informático: Sim Não Qual? _____

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? Sim Não

O estado de conservação do material escolar é: Bom Razoável Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola:

Transporte: Como:
Quem paga:

Almoço: Onde:
Quem paga:

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE PORTO DO TEJO

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância 1º Ciclo 2º, 3º Ciclo e Secund.

N.º ALUNOS: M F **Idade** 3 4 5 6 **Com NEE** 3 4 5 6

Proveniência dos Alunos: Local De fora **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS	SIM	NÃO
Recreio coberto	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Recreio descoberto	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Bar	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Refeitório	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Instalações Sanitárias	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Água quente disponível	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>

A Escola possui material informático: Sim Não Qual? _____

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? Sim Não

O estado de conservação do material escolar é: Bom Razoável Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola:

Transporte: Como: Táxi e carrinha da Santa Casa da Misericórdia
Quem paga: Câmara Municipal

Almoço: Onde: Na escola
Quem paga: Parte suportado pela Câmara Municipal

NOME DA ESCOLA: JARDIM DE INFÂNCIA DE SARNADAS DE RÓDÃO - ITINERANTE

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância 1º Ciclo 2º, 3º Ciclo e Secund.

N.º ALUNOS: M F **Idade** 3 4 5 6 **Com NEE** 3 4 5 6

Proveniência dos Alunos: Local De fora **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS	SIM	NÃO
Recreio coberto	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Recreio descoberto	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Bar	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Refeitório	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Instalações Sanitárias	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Água quente disponível	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>

A Escola possui material informático: Sim Não Qual? _____

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? Sim Não

O estado de conservação do material escolar é: Bom Razoável Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola:

Transporte: Como:
Quem paga:

Almoço: Onde:
Quem paga:

NOME DA ESCOLA: JARDIM DE INFÂNCIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância 1º Ciclo 2º, 3º Ciclo e Secund.

N.º ALUNOS: M Idade 3 5 Com NEE 3 5
F 4 6 4 6

Proveniência dos Alunos: Local N.º docentes: N.º funcionários:
De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS	SIM	NÃO
Recreio coberto	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recreio descoberto	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Bar	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Refeitório	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Instalações Sanitárias	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Água quente disponível	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

A Escola possui material informático: Sim Não Qual? _____

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? Sim Não

O estado de conservação do material escolar é: Bom Razoável Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha; Ar condicionado.

Transporte: Como: Carrinhas da Santa Casa da Misericórdia
Quem paga: Pais

Almoço: Onde: Na Santa Casa da Misericórdia
Quem paga: Parte suportado pela Câmara Municipal

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE FRATEL

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância 1º Ciclo 2º, 3º Ciclo e Secund.

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas próximo ano (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS	SIM	NÃO
Recreio coberto	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Recreio descoberto	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Campo de Jogos/Polidesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sala de informática	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Instalações Sanitárias	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Água quente disponível	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

A Escola possui material informático: Sim Não Qual? 3 computadores com ligação à Internet, 2 impressoras e 1 fotocopiadora

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? Sim Não

O estado de conservação do material escolar é: Bom Razoável Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte: Como: Táxi
Quem paga: Câmara Municipal

Almoço: Onde: Na escola
Quem paga: Parte suportado pela Câmara Municipal

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE PORTO DO TEJO

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância 1º Ciclo 2º, 3º Ciclo e Secund.

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas próximo ano (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS	SIM	NÃO
Recreio coberto	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Recreio descoberto	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Campo de Jogos/Polidesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sala de informática	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Instalações Sanitárias	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Água quente disponível	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

A Escola possui material informático: Sim Não Qual? 5 computadores, 2
com ligação à Internet, e 4 impressoras

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? Sim Não

O estado de conservação do material escolar é: Bom Razoável Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte: Como: Táxi e autocarro
Quem paga: Câmara Municipal

Almoço: Onde: Santa casa da Misericórdia
Quem paga: Parte suportado pela Câmara Municipal

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO DE SARNADAS DE RÓDÃO

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância 1º Ciclo 2º, 3º Ciclo e Secund.

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas próximo ano (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS	SIM	NÃO
Recreio coberto	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Recreio descoberto	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Campo de Jogos/Polidesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sala de informática	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Instalações Sanitárias	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Água quente disponível	<input type="text"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

A Escola possui material informático:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Qual? <u>4 computadores, um com ligação à Internet e 1 impressora</u>
O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
O estado de conservação do material escolar é:	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Razoável	<input type="checkbox"/> Mau
Tipo de equipamento de climatização da escola:	<input type="text" value="Radiadores a óleo"/>		
Transporte:	Como: <u>Táxi</u>		
	Quem paga: <u>Câmara Municipal</u>		
Almoço:	Onde: <u>Centro de Dia</u>		
	Quem paga: <u>Parte suportado pela Câmara Municipal</u>		



ANEXO 2 – ANEXO ESTATÍSTICO



Quadro A.1. Estrutura do Emprego, segundo o sector de actividade

	Primário	Secundário	Terciário	Total
1960	2.030	406	485	2.921
1981	447	752	446	1.645
1991	222	597	564	1.383
2001	161	497	738	1.396

Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

Quadro A.2. Distribuição das empresas segundo os sectores de actividade¹⁸

Sector	1985	1991	1997	2002
Primário	6	16	13	16
Secundário	15	24	37	50
Terciário	4	7	8	15
TOTAL	25	47	58	81

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Quadro A.3. Distribuição dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade¹⁹

Sector	1985	1991	1997	2002
Primário	8	20	15	18
Secundário	20	29	41	64
Terciário	7	14	12	23
TOTAL	35	63	68	105

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Quadro A.4. Distribuição das pessoas ao serviço dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade²⁰

Sector	1985	1991	1997	2002
Primário	20	57	48	48
Secundário	619	506	484	609
Terciário	26	33	103	166
TOTAL	665	596	635	823

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

¹⁸ Cálculos efectuados a partir de dados segundo o Código das Actividades Económicas (CAE).

¹⁹ Cálculos efectuados a partir de dados segundo o Código das Actividades Económicas (CAE).

²⁰ Cálculos efectuados a partir de dados segundo o Código das Actividades Económicas (CAE).



Quadro A.5. Número de empresas, segundo a actividade (CAE - Rev. 2.1)

CAE	1985	1991	1997	2002
AA. Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	6	16	13	16
BB. Pesca			0	0
CA. Extracção de Produtos Energéticos			0	0
CB. Indústrias Extractivas com excepção da Extracção de Produtos Energéticos	0	0	0	0
DA. Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	3	6	6	8
DB. Indústria Têxtil	0	0	1	1
DC. Indústria do Couro e dos Produtos do Couro			0	0
DD. Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0	1	3	3
DE. Indústrias de Pasta, de Papel e Cartão e seus artigos; Edição e Impressão	0	0	1	1
DF. Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear			1	0
DG. Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais	0	0	0	0
DH. Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas			0	0
DI. Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	1	1	0	0
DJ. Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos			1	1
DK. Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	0	0	0	0
DL. Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica			0	0
DM. Fabricação de Material de Transporte			0	0
DN. Indústrias Transformadoras, N.E.	0	0	0	0
EE. Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	0	0	0	0
FF. Construção	4	5	4	7
GG. Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	5	7	12	17
HH. Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	2	4	6	7
I. Transportes, Armazenagem e Comunicações	0	0	2	5
J. Actividades Financeiras			0	0
K. Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	1	1	2	6
L. Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória			0	2
M. Educação			0	1
N. Saúde e Acção Social			3	2
O. Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	3	6	3	4
P. Famílias com Empregados Domésticos			0	0
Q. Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais			0	0
TOTAL	25	47	58	81

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.



Quadro A.6. Número de empresas por actividades económicas

CAE	1985	1991	1997	2002
A+B	6	16	13	16
C	0	0	0	0
D	4	8	13	14
E	0	0	0	0
F	4	5	4	7
G	5	7	12	17
H	2	4	6	7
I	0	0	2	5
J+K	1	1	2	6
L+M+N+O+P+Q	3	6	6	9
TOTAL	25	47	58	81

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.



Quadro A.7. Número de estabelecimentos, segundo a actividade (CAE - Rev. 2.1)

CAE	1985	1991	1997	2002
AA. Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	8	20	15	18
BB. Pesca			0	0
CA. Extracção de Produtos Energéticos			0	0
CB. Indústrias Extractivas com excepção da Extracção de Produtos Energéticos	0	0	1	0
DA. Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	3	6	6	8
DB. Indústria Têxtil	0	0	1	1
DC. Indústria do Couro e dos Produtos do Couro			0	0
DD. Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0	1	3	3
DE. Indústrias de Pasta, de Papel e Cartão e seus artigos; Edição e Impressão	1	1	1	1
DF. Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear	0	0	0	0
DG. Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais			0	0
DH. Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas			0	0
DI. Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	1	1	0	1
DJ. Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos			1	2
DK. Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	0	0	0	0
DL. Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica			0	0
DM. Fabricação de Material de Transporte			0	0
DN. Indústrias Transformadoras, N.E.	0	0	0	0
EE. Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	1	1	0	0
FF. Construção	5	5	7	13
GG. Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	5	8	11	18
HH. Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	2	4	6	9
I. Transportes, Armazenagem e Comunicações	2	2	4	8
J. Actividades Financeiras	3	6	2	2
K. Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas			3	9
L. Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória			0	2
M. Educação			0	1
N. Saúde e Acção Social	4	8	4	5
O. Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais			3	4
P. Famílias com Empregados Domésticos			0	0
Q. Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais			0	0
TOTAL	35	63	68	105

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.



Quadro A.8. Número de estabelecimentos por actividades económicas

CAE	1985	1991	1997	2002
A+B	8	20	15	18
C	0	0	1	0
D	5	9	12	16
E	1	1	0	0
F	5	5	7	13
G	5	8	11	18
H	2	4	6	9
I	2	2	4	8
J+K	3	6	5	11
L+M+N+O+P+Q	4	8	7	12
TOTAL	35	63	68	105

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Quadro A.9. Número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, segundo a actividade (CAE - Rev. 2.1)

CAE	1985	1991	1997	2002
AA. Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	20	57	48	48
BB. Pesca			0	0
CA. Extracção de Produtos Energéticos			0	0
CB. Indústrias Extractivas com excepção da Extracção de Produtos Energéticos	0	0	2	0
DA. Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	15	32	33	56
DB. Indústria Têxtil	0	0	4	8
DC. Indústria do Couro e dos Produtos do Couro			0	0
DD. Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0	2	13	8
DE. Indústrias de Pasta, de Papel e Cartão e seus artigos; Edição e Impressão	494	410	317	298
DF. Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear	0	0	0	0
DG. Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais			0	0
DH. Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas			0	0
DI. Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	4	8	0	3
DJ. Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos			3	10
DK. Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	0	0	0	0
DL. Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica			0	0
DM. Fabricação de Material de Transporte			0	0
DN. Indústrias Transformadoras, N.E.	0	0	0	0
EE. Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	3	3	0	0
FF. Construção	38	18	25	98
GG. Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	16	23	42	57
HH. Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	10	10	19	39
I. Transportes, Armazenagem e Comunicações	39	0	26	32
J. Actividades Financeiras	18	23	14	11
K. Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas			5	46
L. Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória			0	2
M. Educação			0	1
N. Saúde e Acção Social	8	10	70	65
O. Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais			14	41
P. Famílias com Empregados Domésticos			0	0
Q. Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais			0	0
TOTAL	665	596	635	823

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Quadro A.10. Número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, por actividade económica

CAE	1985	1991	1997	2002
A+B	20	57	48	48
C	0	0	2	0
D	513	452	370	383
E	3	3	0	0
F	38	18	25	98
G	16	23	42	57
H	10	10	19	39
I	39	0	26	32
J+K	18	23	19	57
L+M+N+O+P+Q	8	10	84	109
TOTAL	665	596	635	823

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Quadro A.11. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, por condição perante a actividade económica (sentido lato) e nível de instrução

Condição Perante a Actividade Económica, Nível de Instrução	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75+
Total	156	199	212	159	180	213	214	277	213	314	424	398	824
População com actividade económica	33	132	181	143	156	180	170	189	99	102	62	27	18
Sem nível de ensino	1	1	2	2	1	3	3	6	6	12	16	11	3
1º Ciclo	8	11	12	30	45	83	104	124	70	78	39	15	14
2º ciclo	7	10	36	26	44	29	25	30	12	6	5	0	1
3º ciclo	15	42	32	18	26	25	16	15	5	0	2	0	0
Ensino Secundário complementar	2	55	57	47	28	28	11	10	4	2	0	0	0
Ensino médio	0	0	0	0	0	1	2	0	1	2	0	0	0
Bacharelato	0	2	16	4	1	3	2	3	0	1	0	0	0
Licenciatura	0	11	24	14	10	8	6	1	1	1	0	1	0
Mestrado	0	0	2	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Doutoramento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
População sem actividade económica	123	67	31	16	24	33	44	88	114	212	362	371	806
Sem nível de ensino	1	2	1	6	3	4	3	6	9	51	97	133	420
1º Ciclo	3	8	9	4	15	19	30	71	93	145	236	226	354
2º ciclo	6	3	7	2	2	4	7	7	6	6	8	7	17
3º ciclo	38	2	2	1	3	3	2	3	5	3	6	2	4
Ensino Secundário complementar	57	15	3	2	1	2	2	1	1	5	8	2	3
Ensino médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0	6
Bacharelato	4	13	2	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Licenciatura	14	24	7	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1
Mestrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doutoramento	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Quadro A.12. População residente empregada, com actividade económica, segundo a situação na profissão, por grupo etário

Grupo Etário	Total Geral	População Empregada, segundo a Situação na Profissão								
		Total	Empregador	Trabalhador por Conta Própria	Trabalhador Familiar não Remunerado	Trabalhador por Conta de Outrem		Membro Activo de Cooperativa	Outra Situação	
						Total	Dos quais			
						Militar Carreira	SMO			
15 – 19	33	24	1	0	0	23	0	2	0	0
20 – 24	132	122	1	0	4	116	3	2	0	1
25 – 29	181	167	16	6	0	143	6	0	0	2
30 – 34	143	134	14	8	0	112	1	0	0	0
35 – 39	156	145	11	9	0	124	1	0	0	1
40 – 44	180	176	19	15	1	140	0	0	0	1
45 – 49	170	162	15	9	1	137	0	0	0	0
50 – 54	189	176	19	14	3	139	0	0	0	1
55 – 59	99	93	14	7	5	65	0	0	0	2
60 – 64	102	91	17	13	5	55	1	0	0	1
65 – 69	62	61	12	17	7	23	0	0	0	2
70 – 74	27	27	9	9	4	5	0	0	0	0
75 +	18	18	3	6	6	3	0	0	0	0
Total	1.492	1.396	151	113	36	1.085	12	4	0	11

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Quadro A.13. População residente desempregada em sentido lato, por grupo etário

Grupo Etário	População Desempregada		
	Total	Procura 1.º Emprego	Procura Novo Emprego
15 – 19	9	6	3
20 – 24	10	4	6
25 – 29	14	5	9
30 – 34	9	0	9
35 – 39	11	0	11
40 – 44	4	1	3
45 – 49	8	1	7
50 – 54	13	2	11
55 – 59	6	0	6
60 – 64	11	0	11
65 – 69	1	1	0
70 – 74	0	0	0
75 +	0	0	0
Total	96	20	76

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)